

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA MECÂNICA
COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA MECÂNICA
PLANEJAMENTO EM SISTEMAS ENERGÉTICOS

**O setor elétrico brasileiro e a mídia impressa
(jornais): um estudo da participação da opinião
pública na definição de empreendimentos energéticos**

Autora: Cristiane Peres Bergamini Marques
Orientador (a): Prof. Dr. Ennio Peres da Silva
Co-Orientador (a): Profa. Dra. Vera R. T. Camargo

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA MECÂNICA
COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA MECÂNICA
PLANEJAMENTO DE SISTEMAS ENERGÉTICOS

**O setor elétrico brasileiro e a mídia impressa
(jornais): um estudo da participação da opinião
pública na definição de empreendimentos energéticos**

Autora: Cristiane Peres Bergamini Marques
Orientador (a): Prof. Dr. Ennio Peres da Silva
Co-Orientador (a): Profa. Dra. Vera R. T. Camargo

Curso: Planejamento de Sistemas Energéticos

Dissertação de mestrado acadêmico apresentada à comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Engenharia Mecânica, como requisito para obtenção do título de Mestre em Planejamento de Sistemas Energéticos.

Campinas, 2006
S.P. – Brasil

UNIDADE BC
Nº CHAMADA T/UNICAMP
m348
V _____ EX _____
TOMBO BC/ 70669
PROC. 16.0.00123-06
C _____
PREÇO 11,00
DATA 21/11/06
BIB-ID 391493

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA ÁREA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - BAE - UNICAMP

M348s

Marques, Cristiane Peres Bergamini

O setor elétrico brasileiro e a mídia impressa (jornais): um estudo da participação da opinião pública na definição de empreendimentos energéticos / Cristiane Peres Bergamini Marques. --Campinas, SP: [s.n.], 2006.

Orientadores: Ennio Peres da Silva, Vera Regina Toledo Camargo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Mecânica.

1. Energia elétrica. 2. Usinas termoeletricas. 3. Opinião pública. 4. Mídia. I. Silva, Ennio Peres da. II. Camargo, Vera Regina Toledo. III. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Mecânica. IV. Título.

Titulo em Inglês: The brazilian electric sector and the press (newspapers): a study of the participation of the public opinion in the definition of energy enterprises.

Palavras-chave em Inglês: Electric energy, Energy enterprises, Public opinion, Press
Área de concentração: Energia, Sociedade e Meio Ambiente

Titulação: Mestre em Engenharia Mecânica

Banca examinadora: Ennio Peres da Silva, Maria José da Costa Oliveira e Moacyr Trindade de Oliveira Andrade

Data da defesa: 28/07/2006

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA MECÂNICA
COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA MECÂNICA
PLANEJAMENTO DE SISTEMAS ENERGÉTICOS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ACADÊMICO

**O setor elétrico brasileiro e a mídia impressa
(jornais): um estudo da participação da opinião
pública na definição de empreendimentos energéticos**

Autora: **Cristiane Peres Bergamini Marques**

Orientador: **Prof. Dr. Ennio Peres da Silva**

Co-Orientadora: **Profa. Dra. Vera R. Toledo Camargo**

A Banca Examinadora composta pelos membros abaixo aprovou esta Dissertação:

Prof. Dr. Ennio Peres da Silva, Presidente
Faculdade de Engenharia Mecânica - UNICAMP

Profa. Dra. Maria José da Costa Oliveira
Faculdades Integradas Metropolitanas de Campinas - Metrocamp

Prof. Dr. Moacyr Trindade de Oliveira Andrade
Faculdade de Engenharia Mecânica - UNICAMP

Campinas, 28 de julho de 2006

Dedicatória

Dedico este trabalho ao meu amado companheiro para a vida *Daniel (More)*.

Agradecimentos

A concretização deste trabalho se deve particularmente ao grande amigo, “chefe”, conselheiro e orientador *Ennio*. Por isso, registro aqui um agradecimento muito especial, que, pelo importante papel que adquiriu na minha vida, deixou a marca de uma *Cris Pré e Pós LH2*.

Deixo aqui também um agradecimento especial à *Vera*, que mais que uma co-orientadora, foi uma verdadeira amiga.

Não seria possível ainda a realização de um projeto como este sem a participação de grandes amigos que, pela disposição e solidariedade, contribuíram de forma efetiva. São eles: minha companheira e “assistente” de biblioteca, *Paula*, pela sua incansável boa vontade e ombro amigo; *Fabiana* que em todos os momentos em que foi solicitada mostrou uma espetacular disposição e ótimas idéias; ao *Cristiano*, pela efetiva ajuda no trabalho e pelos imprescindíveis momentos de descontração; à *Carlinha* pelas dicas valiosas e à *Deizi*, minha mais nova companheirinha de trabalho.

Agradeço também todos os colegas do *LH2* que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

Não seria possível ainda a realização de um trabalho como este sem a valiosa contribuição de profissionais competentes e comprometidos, como as jornalistas *Paula*, *Patrícia* e *Mariana*.

Agradeço também às empresas jornalísticas (Correio Popular e Jornal de Paulínia – Srs. *Oscar* e *Medina*), à Biblioteca Municipal de Americana (Sras. *Nilze*, *Jossi*, *Dorilei* e *Níbia*, ao

Sr.*Pontes* e ao *Samuel*) e ao Centro de Memória da Unicamp, em especial à *Fernanda*, por cederem as informações para o levantamento de dados que compõem o trabalho.

Agradeço ainda a disponibilidade e preciosas contribuições dos Profs. *Moacyr e Maria José*.

E também à minha família nuclear: à querida *Cláudia*, ao *Jú*, à *mãe* e ao *pai Berga*, e também à *Andréa* e ao *Alexandre* que, cada um do seu jeito, acompanharam e compreenderam os momentos de ausência e incentivaram para a finalização do trabalho.

Deixo registrado ainda meu agradecimento a todos aqueles que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização deste trabalho.

Muito obrigada a todos vocês e, principalmente, à Deus e ao meu bom Amigo Espiritual pela oportunidade e inspiração.

“Comece fazendo o que é necessário, depois o que é possível, e de repente você estará fazendo o impossível”.

São Francisco de Assis

Resumo

MARQUES, Cristiane Peres Bergamini. **O setor elétrico brasileiro e a mídia impressa (jornais): um estudo da participação da opinião pública na definição de empreendimentos energéticos.** Campinas: Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, 2006. 120 p. Dissertação (Mestrado).

O atual processo de licenciamento e implantação de empreendimentos energéticos no Brasil, de acordo com a legislação vigente, exige entre outras coisas que haja uma participação da população em audiências públicas, nas quais tomam ciência dos detalhes dos projetos, seus benefícios e malefícios. Da mesma forma, os impactos negativos destes empreendimentos e os conflitos deles oriundos farão com que haja a necessidade de negociações e gerenciamento destes conflitos, onde mais uma vez a opinião pública e seus órgãos de comunicação, as mídias, deverão se manifestar. Assim, a forma de atuação das mídias poderá contribuir para um encaminhamento favorável, onde o bem geral será buscado, como também poderá influenciar em decisões equivocadas. Por tudo isso, este trabalho visa analisar a efetiva participação dos agentes envolvidos na implantação de um empreendimento energético, bem como atuação da mídia na disseminação das informações, tendo como objeto de análise a tentativa da construção dos empreendimentos de Paulínia, anterior à Rio-92, e o de Americana – Carioba II, que aconteceu dez anos após, em meio às discussões para a ratificação do Protocolo de Kyoto.

Palavras-Chave

Setor elétrico, mídia impressa, opinião pública, empreendimentos energéticos.

Abstract

MARQUES, Cristiane Peres Bergamini. **The brazilian electric sector and the press (newspapers): a study of the participation of the public opinion in the definition of energy enterprises.** College of Mechanical Engineering, São Paulo State University, 2006, 120 p. Master's Degree Dissertation.

The recent process of licensing and implementation energy enterprises in Brazil, according to the legislation in vigor, demands that there be the participation of the population in public audiences with the entrepreneurs. In the public audiences, the population receives information about the project details, its advantages and disadvantages. Likewise, the negative impacts of those enterprises and the conflicts originated from them will require negotiations and management of these conflicts and, once more, the public and its communication institutions, the media, must express opinion. Therefore, the manner of acting of the media may contribute to a favorable conduction of the process, leading to the population welfare, as well as influencing in mistaken decisions. For all that, this work aims to analyze the real participation of the agents involved in the implementation of energy enterprises, as well as the action of the media in disclosing information. The object of analysis of this dissertation was the attempt of implementing the energy enterprise in Paulínia, which dates before Rio-92, and in Americana – Carioba II, which occurred 10 years after the first, in the midst of the discussions of the Kyoto Protocol.

Keywords:

Electric sector, press, public opinion, energy enterprises.

Índice

Lista de Figuras	iii
Lista de Tabelas	iv
Lista de Quadros	v
Lista de Gráficos	vi
Capítulo 1 – Introdução	01
1.1 – Objetivos	06
1.2 – Estrutura	06
Capítulo 2 – Revisão Bibliográfica	08
2.1 – Informação & Sociedade	19
2.2 – Licenciamento Ambiental	22
2.3 – Audiências Públicas	29
Capítulo 3 – Metodologia	33
Capítulo 4 – Levantamento de Dados	36
4.1 – Histórico dos Empreendimentos	36
4.1.1 – Termoelétrica de Paulínia	36

4.1.2 – Termoelétrica de Americana – Carioba II	38
Capítulo 5 – Análise dos Resultados	53
Capítulo 6 – Conclusões e Sugestões para os próximos trabalhos	61
Referências Bibliográficas	66
Anexos	73
Anexo 1 – Deliberação CONSEMA sobre Audiências Públicas	74
Anexo 2 – Exemplos de matérias pesquisadas	84
Anexo 3 – Tabelas das matérias coletadas nos jornais pesquisados	91

Lista de Figuras

Figura 1 – Requisitos para obtenção de Licença Prévia	26
Figura 2 – Requisitos para obtenção de Licença de Instalação	27
Figura 3 – Requisitos para obtenção de Licença de Operação	28

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Perfil dos jornais analisados	44
Tabela 2 – Total de matérias divulgadas nos dois eventos	46
Tabela 3 – Localização das chamadas de capa e das matérias	47
Tabela 4 – Total de matérias Opinião divulgadas nos dois eventos	48
Tabela 5 – Autor das matérias	48
Tabela 6 – Primeira audiência pública (24/maio/2001)	49
Tabela 7 – Segunda audiência pública (29/maio/2001)	50
Tabela 8 – Terceira audiência pública (4/junho de 2001)	50
Tabela 9 – Cancelamento da quarta audiência pública (7/junho/2001)	50
Tabela 10 – Quarta audiência pública (19/setembro/2001)	51
Tabela 11 – Tendência das matérias – em quantidade	51
Tabela 12 – Meio Ambiente – em quantidade	52
Tabela 13 – Meio Ambiente – em percentual	52
Tabela 14 – Localização das matérias – em percentual	57

Lista de Quadros

Quadro 1 – Comparativo entre os empreendimentos	42
Quadro 2 – Concepções gerais dos empreendimentos analisados	53

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Espaço ocupado nos jornais regional e local – Paulínia	55
Gráfico 2 – Espaço ocupado nos jornais regional e local – Americana	55
Gráfico 3 – Espaço ocupado no jornal regional – Paulínia e Americana	56
Gráfico 4 – Espaço ocupado por Opinião nos jornais regional e local – Paulínia	58
Gráfico 5 – Espaço ocupado por Opinião nos jornais regional e local – Americana	58
Gráfico 6 – Espaço ocupado por Opinião no jornal regional – Paulínia e Americana	59

Capítulo 1

Introdução

Hoje, já não é mais possível se pensar a vida moderna sem energia. Ela está presente em praticamente todos os aspectos da vida das pessoas, refletindo na qualidade de vida e na geração de riquezas. Como se sabe, a energia representa um vetor de desenvolvimento social e econômico para qualquer sociedade. Entretanto, todas as etapas de produção, armazenamento, transporte e utilização da energia acarretam problemas ambientais que acabam comprometendo este desenvolvimento. Portanto, se por um lado fica inviável pensar hoje o mundo sem o uso dos energéticos, por outro tanto suas produções como suas utilizações devem ter uma abordagem sistêmica, incluindo também a dimensão ambiental. E, já que a energia é tão importante para a vida das pessoas e para o desenvolvimento, crescimento ou progresso de uma nação, como será que os seus maiores usuários recebem as informações relacionadas a esse segmento? E ainda, qual a importância dos meios de comunicação na disseminação destas informações? De todos os meios comunicacionais disponíveis para isso, em particular, qual o papel que a imprensa escrita tem exercido no Brasil? Apenas o de informar ou também o de formar e colaborar com a melhoria da qualidade de vida da sociedade? E esta informação, está sendo prestada de forma correta ou distorcida, intencionalmente ou não? Desde a crise de desabastecimento de energia elétrica de 2001 até hoje muito se lê ou se ouve falar em energia, mas será que a mídia realmente tem dado a importância que o assunto merece ou é apenas mais um modismo que surge em cada nova crise?

Apesar de sua grande importância, a energia ainda não é acessível a todos os brasileiros, principalmente para aqueles que vivem em algumas regiões rurais e/ou isoladas, distantes dos centros urbanos. Tanto é assim que o governo federal iniciou em 2005 o desafio de acabar com a exclusão elétrica no país, através do programa “LUZ PARA TODOS”¹, cujo objetivo é o de levar energia elétrica para mais de 12 milhões de pessoas até 2008, além de contar também com diversos outros programas regionais, como o Projeto Ribeirinhas², que tem o intuito de realizar o atendimento elétrico em comunidades isoladas do Estado do Amazonas.

De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, 2006), devido à demanda do mercado consumidor, o governo prevê uma necessidade de investimento no mercado de energia elétrica na ordem de R\$ 6 a 7 bilhões/ano para expansão da oferta de energia elétrica brasileira, já que o seu crescimento está na casa dos 4,5% ao ano, com expectativas de ultrapassar 100 mil MW em 2008.

Como já afirmado anteriormente, para que haja disponibilidade de energia para uma sociedade, a mesma estará sujeita aos inúmeros problemas, de diversas naturezas, com destaque para os impactos ambientais e sociais, sendo os benefícios e os prejuízos distribuídos de forma diferenciada entre os diversos grupos sociais, em diferentes regiões do país. Assim sendo, caberá a esta sociedade determinar as melhores alternativas, buscando identificar àquelas que proporcionem uma maior eficiência energética, com menor custo possível e, ainda, que produza o mínimo impacto sócio-ambiental. Para tanto, é necessário que tal sociedade esteja bem informada das alternativas existentes, dos benefícios que serão obtidos, dos custos de implantação e, também, de todos os impactos a serem produzidos e suas alternativas de mitigação e/ou compensações, de forma a se fazer a melhor escolha. É neste aspecto que a mídia e, em especial, a escrita tem um importante papel a desempenhar, informando adequadamente e contribuindo para a escolha certa.

¹ O programa LUZ PARA TODOS, que está sendo realizado em parceria com as distribuidoras de energia e os governos estaduais, foi orçado em R\$ 9,5 milhões, teve início em 2004 e já atendeu cerca de 2,2 milhões de pessoas. Com este programa o governo federal antecipará em sete anos a universalização da energia elétrica no país.

² O objetivo do Projeto Ribeirinhas é a geração de energia elétrica através do uso das fontes renováveis locais. Até dezembro de 2004 foram atendidos 1.000 ribeirinhos distribuídos em 27 comunidades amazonenses.

Contudo, na prática isto pode não estar ocorrendo, ou estar ocorrendo de forma insatisfatória. Assim, este trabalho, através do estudo de alguns empreendimentos energéticos, tem o objetivo de analisar qual foi o tratamento dado pela imprensa (jornais) durante todas as fases de sua implantação, os conflitos existentes, e se este tratamento influenciou na definição ou adequação do empreendimento e, neste caso, em qual profundidade.

Esta dissertação busca verificar a postura e a importância da imprensa na implantação de empreendimentos energéticos no Brasil, principalmente porque em muitos casos tais empreendimentos podem nem se concretizar devido à pressão que a sociedade exerce, seja pelas questões ambientais, como acontece na maioria dos casos, ou simplesmente pela falta do conhecimento real sobre as vantagens que o empreendimento poderá trazer. Assim, o processo que envolve a implantação do empreendimento, desde o projeto, pedido de registro na agência reguladora, etapas do licenciamento ambiental até sua entrada em operação, é fundamental analisar como o assunto é tratado pela mídia, pois é através dela que a população busca o respaldo necessário para a formação de sua opinião e as informações de que necessita para se posicionar quanto à viabilidade sócio-ambiental e política de cada empreendimento. Mas, como será que a mídia trata esta questão? Será que se posiciona como agente “isento” da informação e prestadora de serviço para toda sociedade ou como uma empresa interessada no lucro proporcionado pelo produto “notícia”?

Como se sabe, a mídia tem certa tendência a amplificar os problemas para assim torná-los mais “atraentes” para o público, apresentando os diversos aspectos para atender as várias faces da notícia. Desta forma, esse fato sensacional abordado pela mídia pode influenciar e levar ao sucesso um empreendimento, como é o caso do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB)³, à sua modificação, como no caso do projeto da termoeletrica de Americana/SP, ou até ao seu cancelamento, como aconteceu com o projeto da termoeletrica de Paulínia/SP (REPLAN). Assim, notícias desencontradas ou infundadas podem influenciar de

³ Em 02 de julho de 2003 foi instituído pelo Governo Federal um Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de apresentar estudos sobre a viabilidade de utilização de Biodiesel como fonte alternativa de energia. O objetivo do PNPB é implementar de forma sustentável tanto técnica, como economicamente, a produção e uso do Biodiesel, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda (Portal do Biodiesel, 2006). Em 13 de janeiro de 2005 foi publicada a Lei 11.097, que dispõe sobre a introdução do Biodiesel na matriz energética brasileira.

forma a fomentar uma obra que viria beneficiar as comunidades locais, regionais ou até nacional, ou a implantação de um programa que só trará malefícios e/ou despesas à sociedade.

Dessa forma, este trabalho visa analisar a efetiva participação dos agentes envolvidos, da mídia e o seu poder de influência na implantação de um empreendimento energético, além de demonstrar o que pode causar o seu despreparo no trato de questões mais complexas e, assim, evidenciar a fundamental importância do conhecimento multidisciplinar do jornalista. Vale destacar que entre os agentes envolvidos na implantação desse tipo de empreendimento estão a sociedade civil/ONGs, governos federal, estaduais e municipais, agências reguladoras, empresas responsáveis pelo empreendimento e ainda os agentes observadores, como a imprensa, universidades e outros agentes não envolvidos diretamente, inclusive de âmbito internacional, evidenciando a condição de integração mundial explicitada pela globalização, como bem se insere neste termo os acordos mundiais como o caso do Protocolo de Kyoto⁴.

Como embasamento inicial e suporte teórico, este trabalho considerará a dissertação de mestrado “Relacionamento planejadores energéticos e jornalistas: a análise da crise energética de 2001” (VIANA, 2004), a qual aborda a relação entre jornalistas e cientistas e como esse relacionamento pode ser utilizado de forma favorável para ambos e desse modo construir uma parceria. Este trabalho buscou mostrar ao jornalista o que é e como é realizado o planejamento energético, as dificuldades, objetivos e formas de atuação, assim como também foi apresentada aos planejadores energéticos a necessidade de compreensão do trabalho dos jornalistas, bem como a estrutura da empresa jornalística e a divulgação científica através do jornalismo científico. Por meio de toda pesquisa e análise identificou-se que é possível uma relação mais produtiva entre esses dois atores, já que a questão analisada (crise energética de 2001) foi um fato em que a mídia, através de informações embasadas e objetivas, promoveu um entendimento entre a população e o governo. Houve neste caso uma relação positiva entre o jornalista, que queria noticiar, e o planejador, que queria, através de seus estudos, mostrar a realidade, ao mesmo tempo em que ansiava por ações da sociedade para atingir um objetivo de curtíssimo prazo requerido para condição energética do setor elétrico.

⁴ Protocolo de Kyoto – pontos básicos relativo à viabilidade de empreendimentos e a possibilidade de interdependência mundial em relação aos gases de efeito estufa (CO₂).

Será considerada ainda a Dissertação de Mestrado “O Financiamento do Setor Elétrico e as Políticas Ambiental e de Conservação de Energia”, (MAMANA, 1994), na qual o autor faz uma análise do surgimento e atuação do movimento ambientalista brasileiro, para assim discutir as origens da política ambiental no setor elétrico e a efetiva participação da sociedade durante a implantação de um empreendimento energético.

A partir de uma revisão bibliográfica será mostrada como se dá a participação da sociedade (opinião pública) na definição de empreendimentos energéticos no Brasil (legislação ambiental, movimentos sociais, etc). Em seguida serão analisados alguns veículos da mídia impressa (jornais) que trataram da discussão de alguns empreendimentos energéticos recentes no Brasil. Por fim, será mostrada como se deu a participação da mídia nos processos de definição desses empreendimentos, correlacionando esta participação com o cancelamento, modificações e ampliações dos mesmos.

Pela grande relevância das questões ambientais, justifica-se uma análise de como as mídias nacionais vêm atuando no Brasil nestes assuntos, sempre de grande interesse social. A escolha do jornalismo impresso neste trabalho explica-se pelo maior detalhamento e pesquisa na produção das notícias, o que vai ao encontro do que é veiculado pela televisão e pelo rádio e aos seus objetivos acadêmicos. Da mesma forma, a mídia impressa apresenta-se com alto valor de documentação se comparada com a Internet, além de significar um foco específico de trabalho, condizente com uma proposta de mestrado.

Para a efetiva análise de como foi realizada a comunicação entre a população atingida pela implantação ou não de um empreendimento energético foram levantadas matérias publicadas nos jornais locais e regional no período de abrangência desse fato e, assim, levantar dados para compreensão do fenômeno.

1.1 – Objetivos

O objetivo geral do trabalho é compreender a forma da participação e a importância da mídia impressa (jornais) na definição de empreendimentos energéticos no setor elétrico brasileiro, buscando contribuir para o aprimoramento do processo de tomada de decisão.

Dentre os objetivos secundários estão a análise da implantação de alguns empreendimentos energéticos e os conflitos causados em todo o processo, tendo como objeto de estudo a mídia impressa (jornais); o conhecimento das ferramentas utilizadas pelo jornalista na produção da notícia ao tratar de empreendimentos energéticos; apontar, no atual processo de implantação de um empreendimento energético no país, as etapas nas quais a opinião pública (e a mídia impressa) tem participação relevante; e ainda levantar os aspectos positivos e negativos da atuação da imprensa em empreendimentos energéticos, sugerindo medidas e ações que contribuam para o processo de tomada de decisão da sociedade.

1.2 – Estrutura

O segundo capítulo deste trabalho, “Revisão Bibliográfica”, aborda um estudo cuja finalidade é contextualizar e situar o momento histórico dos empreendimentos energéticos analisados. Para alcançar o enfoque do trabalho, faz-se uma breve análise da importância da energia para o desenvolvimento e progresso de uma sociedade, desde a sua imprescindível participação para o alcance desse desenvolvimento até os prejuízos que pode causar através do uso indiscriminado dos recursos naturais. Em seguida é mostrado o surgimento dos movimentos sociais que aparecem com o intuito de defender a natureza, mesmo que para isso seja necessário acabar definitivamente com uma proposta de construção de um empreendimento que poderia beneficiar uma sociedade inteira. Nesse capítulo é mostrada ainda a mídia como agente que auxilia no processo de mediação entre a sociedade e os empreendedores e como se dá a participação desse agente.

O terceiro capítulo, “Metodologia”, apresenta a metodologia aplicada no trabalho, o porquê dessa escolha e a descrição do método de coleta de dados.

O quarto capítulo, “Levantamento de Dados”, mostra primeiramente um breve histórico dos empreendimentos analisados e dos jornais nos quais foram coletadas as informações e, em seguida, aplicando-se a metodologia são apresentados os resultados obtidos com a pesquisa.

Já no quinto capítulo, “Análise dos Resultados”, é feita a análise desses resultados e implicações dos mesmos.

Por fim, no último capítulo, “Conclusão e Sugestões para os Próximos Trabalhos”, são levantadas as principais conclusões da dissertação e apresentadas algumas propostas para trabalhos futuros.

Em seguida é listada a bibliografia utilizada e anexadas informações de grande relevância para a elaboração dessa dissertação.

Capítulo 2

Revisão Bibliográfica

Até pouco tempo atrás, havia quase um consenso de que quanto mais desenvolvida é uma nação, maior é o seu consumo per capita de energia, afinal “o crescimento da renda nacional ocorre através de um aumento populacional, número de casas, automóveis, aparelhos domésticos etc., com um conseqüente aumento proporcional no consumo de energia” (GOLDEMBERG, 1998). Realmente, até o século passado o grau de desenvolvimento de uma sociedade era expresso unicamente através de seu crescimento econômico. Entretanto, a recíproca não é verdadeira, já que o aumento do consumo de energia em uma sociedade não leva necessariamente ao seu maior desenvolvimento. Esse e outros aspectos conduziram a que hoje em dia o crescimento econômico (Produto Interno Bruto - PIB) não seja o único indicador considerado, devendo-se analisar outros fatores, principalmente aqueles relacionados ao bem-estar social.

“Se até a década de 1930, a idéia de desenvolvimento estava fortemente ligada à produção material e ao mercado como principal mecanismo de distribuição, após a Segunda Guerra aquela idéia passa a estar associada ao bem-estar social, pois o desenvolvimento passa a ser identificado com direitos sociais, segurança social e políticas redistributivas de renda” (MOTA, 2001).

A energia é uma necessidade social e isso é reconhecido na própria Constituição Brasileira. É um recurso de influência ecológica, pois diferentes fontes de energia causam diferentes formas de impactos. É também um recurso estratégico, já que é motivo de guerras e políticas de governo. Por tudo isso, percebe-se que a energia é, hoje, um imprescindível recurso ao desenvolvimento de

qualquer sociedade e, quanto mais se moderniza e se industrializa, mais a sociedade se torna dependente dos recursos energéticos. Mas, com o aumento da demanda pelo uso de energia, aumenta-se conseqüentemente o uso dos recursos naturais, já que não é possível gerar energia sem causar impactos, mesmo que a fonte utilizada seja renovável. Os impactos podem ser mitigados, mas nunca serão nulos.

A partir da Segunda Guerra a população mundial e as atividades econômicas cresceram de forma nunca vista até então. Esse crescimento, entretanto, se deu de forma bastante desigual. Para se ter uma idéia das disparidades, apesar de os países do Hemisfério Norte corresponder a apenas um quinto da população do planeta, eles detêm quatro quintos dos rendimentos mundiais e consomem 70% de energia, 75% dos metais e 85% da produção de madeira mundial (WWF-Brasil, 2003)⁵. A partir de tais indicadores é possível constatar que, se para alcançar o desenvolvimento dos países do Primeiro Mundo os do Terceiro tivessem que utilizar a mesma quantidade de recursos naturais, a Terra não suportaria atender a demanda dos padrões de consumo. Para que todos os países pudessem atingir o desenvolvimento obtido pelos EUA seriam necessários cinco planetas Terra.

“É ilusão e, por isso, uma desonestidade, alimentar e difundir a idéia de que todo o mundo poderia atingir um nível industrial equivalente ao da Europa Ocidental, América do Norte e Japão, bastando para isso que as sociedades menos desenvolvidas aprendam com a Europa” (ALTVATER, 1995).

Observa-se, assim, que essa distribuição de energia reflete grandes desigualdades dos níveis de vida, acentuando e reproduzindo esse modelo de desenvolvimento (BÔA NOVA, 1985).

“Além de acirrar as desigualdades – ao contrário de atenuá-las, – essa exacerbação do consumo se revela arriscada. Mais cedo ou mais tarde, o processo acaba se chocando com limites situados no ecossistema, na disponibilidade de energia e outros recursos naturais e também na própria capacidade de realização de investimentos” (BÔA NOVA, 1985).

⁵ WWF-Brasil – organização brasileira autônoma, sem fins lucrativos, pertencente à Rede mundial WWF, anteriormente conhecida como Fundo Mundial para a Natureza. Criada em 1961, na Suíça, a Rede WWF atua ativamente em mais de cem países e tem como propósito o desenvolvimento de projetos que visam a preservação do meio ambiente.

Assim, os prejuízos devido à busca do desenvolvimento de alguns são sentidos por todos. Um exemplo é o aumento do efeito estufa, no qual o mundo “sente” igualmente, através das profundas alterações climáticas que se vivencia hoje em dia, as conseqüências da grande quantidade de emissões de gases jogadas na atmosfera pelos automóveis e fábricas. Como as conseqüências do mau uso dos recursos naturais e da poluição atmosférica demoram a aparecer, os efeitos de uma possível reconstrução também levam tempo para surgir. É certo que para que haja progresso e desenvolvimento é necessário o uso dos recursos naturais, mas é também válido ressaltar que, uma vez utilizado no processo de desenvolvimento, esses recursos não estarão disponíveis uma segunda vez para tais estratégias (ALTVATER, 1995).

“Qualquer estratégia de desenvolvimento e, portanto de industrialização, traz conseqüências para o desenvolvimento e para o meio ambiente em todas as outras regiões do mundo. Desenvolvimento e meio ambiente encontram-se em uma relação recíproca: atividades econômicas transformam o meio ambiente e o ambiente alterado constitui uma restrição externa para o desenvolvimento econômico e social” (ALTVATER, 1995).

A partir de tudo isso, surge uma questão: será que o desenvolvimento é contrário ao meio ambiente? Evoluir significa produzir e produzir significa, necessariamente, poluir? Como pode haver uma sustentabilidade global, o grande desejo atual da humanidade, se apenas 20% da população mundial consomem 80% de todos os recursos naturais globais?

O grande desafio está em desenvolver diferentes maneiras que permitam a diminuição do uso desenfreado dos recursos naturais. Uma dessas formas é o desenvolvimento de novas tecnologias energéticas que, associadas ao uso de fontes renováveis, produzam energia com maior eficiência e mínimos impactos. O uso dessas tecnologias, entretanto, não pode ir contra a preservação ambiental. O desenvolvimento deve se dar de forma sustentável e os recursos naturais usados com racionalidade. Por tais motivos, atualmente fala-se muito em preservação, poluição, impacto, sustentabilidade ambiental e ainda desenvolvimento sustentável⁶, pois há uma grande preocupação com o esgotamento dos recursos naturais. Até o século passado não se pensava tanto nessas questões, já que o objetivo era unicamente o crescimento econômico. Hoje,

⁶ O conceito de desenvolvimento sustentável foi difundido em 1989 pelas Nações Unidas e significa “aquele que atende às necessidades dos presentes sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades” (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991).

o foco não é somente esse, mas um desenvolvimento de forma sustentável, com capacidade de desenvolver atividades econômicas e, ao mesmo tempo, manter a vitalidade dos componentes e processos de funcionamento dos ecossistemas, já que tantos os países ricos como os pobres apresentam graves problemas ambientais, seja pelo grande nível de consumo e industrialização ou ainda pelos altos índices de crescimento populacional ou desertificação. “Na América Latina, a exclusão social impõe novos desafios e busca por novos modelos de desenvolvimento voltados para o desenvolvimento sustentável” (BARTHOLO Jr., 2001).

“É pertinente pensar num modelo de desenvolvimento compatível com as necessidades ambientais que proporcionem uma qualidade de vida condizente com as reais necessidades da população; e para tanto se faz necessário o entendimento concreto da realidade regional na qual, possíveis propostas de entendimento desta dinâmica se assentam” (BARBOSA, 2000).

Não é de hoje que se discutem quais os limites do crescimento e os riscos da degradação ambiental que esse crescimento traz. Será que é possível associar a busca pelo progresso com a preservação do meio ambiente? A principal conclusão retirada do Relatório do Clube de Roma⁷, afirma que “se a população mundial, produção industrial, a poluição, a produção de alimentos e a utilização dos recursos naturais continuarem crescendo no mesmo ritmo, chegaremos a um esgotamento dos recursos não renováveis em longo prazo” (MMA, 2006).

“A degradação ambiental passou a assumir, na década de 70 um caráter global, mostrando que as possíveis soluções têm que ser pensadas no coletivo e a partir da complexidade do seu significado. Não há fronteiras políticas, sociais, culturais e muito menos geográficas para a questão ambiental, pois o enfoque e as possíveis soluções deverão ser pensadas em conjunto” (BARBOSA, 2000).

Assim, inúmeras reuniões mundiais surgiram para discutir o futuro dos países baseado num desenvolvimento sustentável como, por exemplo, a Conferência de Estocolmo, em 1972, e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992. Esta última reuniu 180 chefes de estado e resultou num conjunto de documentos, entre os quais a Agenda 21 que, de acordo com Guimarães (1999), propõe um verdadeiro plano de ação para orientar a

⁷ O Clube de Roma é um grupo formado por líderes da academia, da indústria, economistas, banqueiros e chefes de estado de vários países para discussão sobre os problemas mundiais. É a mais influente e conceituada organização não-governamental do mundo. Foi formado em 1968 na capital da Itália (MMA, 2006).

transformação mundial da sociedade, já que identificam, em 40 capítulos, 115 áreas de ação prioritária. Entretanto, há muito ainda para se chegar a alguns desses ideais propostos, uma vez que o desafio que apresenta a Agenda 21 está mais nas questões e relações políticas do que na técnica a ser empregada propriamente dita: “Antes de reduzir a questão ambiental a argumentos técnicos para a tomada de decisões racionais, deve-se forjar alianças entre os distintos grupos sociais capazes de impulsionar as transformações necessárias” (GUIMARÃES, 1999).

Cinco anos após a Rio-92, aconteceu em Kyoto, Japão, a III Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima em que a principal discussão estava na adoção de um Protocolo que previa metas de redução de emissão gases de efeito estufa. Essa Conferência, que aconteceu de 01 a 10 de dezembro de 1997, estipulou que a meta da redução para emissão desses gases deveria ser atingida entre 2008 e 2012. O Protocolo não previa, entretanto, o compromisso de redução para os países em desenvolvimento.

Passado mais cinco anos, chegou o momento da realização de uma conferência para verificação das implementações das medidas que deveriam ser adotadas por todos os países na busca por um desenvolvimento sustentável contidos na Agendas 21. Foi a chamada Rio +10, conferência que aconteceu em Joanesburgo, África do Sul, e que defendia uma verdadeira revolução na matriz energética do planeta, priorizando soluções locais e de baixo impacto ambiental, reduzindo o ritmo de aquecimento da Terra, aumentando a geração de empregos e diminuindo as disparidades sociais. A contribuição brasileira foi a proposta de ampliação da participação das fontes alternativas – solar, eólica, geotérmica, marés, biomassa e pequenas hidrelétricas – na sua matriz energética, de 2,2% para 10% até 2010. Esta proposta, entretanto, não foi aceita e pouco resultado prático foi obtido nesta conferência.

As dificuldades em se implantar de forma efetiva programas globais de redução de emissões de gases de efeito estufa podem ser dimensionadas pelo fato do protocolo de Kyoto ter entrado em vigor apenas em 16/02/2005, mais de 7 anos após sua criação.

No Brasil, não é recente a preocupação com as questões ambientais e isso pode ser comprovado não somente com o envolvimento do Governo Federal em conferências internacionais, mas também com a participação ativa da sociedade. Os grupos sociais

preocupados com essas questões começaram a ter destaque em 1972, quando teve início a formação de importantes movimentos sociais. O marco do movimento ambientalista, por exemplo, segundo Mammana (1994), data de 1973, quando um protesto contra a poluição da cidade de São Paulo obteve grande repercussão nacional. Até então, as movimentações ambientalistas ocorriam apenas em nível local. A partir desse episódio, surgiram inúmeros grupos de denúncias em defesa do meio ambiente, havendo inclusive o envolvimento da Igreja Católica como aconteceu em 1979, quando escolheu, através da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), como tema da campanha da fraternidade “Preserve o que é de todos”, pregando a preservação e defesa do meio ambiente. Outro importante fato ainda deve ser considerado no que se refere à participação e pressão da opinião pública na defesa das questões ambientais. Trata-se de uma publicação⁸ que denunciou o acordo Brasil-Alemanha⁹, causando um grande mal-estar para o Estado do Rio Grande do Sul, acarretando até na elaboração de uma emenda na Constituição Estadual proibindo a construção de usinas nucleares no estado gaúcho.

Como se observa através dos acontecimentos históricos, a sociedade pode se manifestar de diversas maneiras para exprimir sua opinião. De acordo com Mammana (1994), a sociedade pode atuar de duas formas. Uma é através dos movimentos sociais, onde há a reunião de um grande número de pessoas em torno de um objetivo comum, que podem ter maior integração e duração, dando assim origem às organizações, clubes, partidos ou associações. As ONGs (Organizações Não-Governamentais) ambientalistas surgiram a partir da década de 1970 e são resultados da organização dos movimentos sociais.

“As ações das ONGs em todas as áreas estão em crescimento no Brasil, o Terceiro Setor já se configura com atitudes que interferem nos poderes públicos e a busca de recursos para viabilizar seus projetos também é um marco importante em nossa sociedade que necessita ser investigado e compreendido” (CAMARGO, 2004).

Vale destacar ainda a importância que essa forma de organização representa para a sociedade:

⁸ A publicação intitulada “Pesadelo Atômico”, foi feita por José Lutzenberger e amparada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e pela Sociedade Brasileira de Física (SBF), em 1980.

⁹ Acordo entre o governo militar brasileiro e o governo alemão envolvendo a compra e instalação no Brasil de 10 reatores nucleares e a transferência da tecnologia alemã de purificação de urânio.

“Os movimentos sociais populares representam estruturas novas que podem vir a contribuir na formação de um duplo poder, são criações da sociedade civil que vão democratizando a sociedade e ocupando um espaço que os canais tradicionais de representação não estavam dando conta, além do mais, não tiram espaços destes, pelo contrário podem somar” (PERUZZO, 1991).

Assim, “os movimentos sociais têm o potencial de modificar valores e instituir mudanças de postura. Ajudam a romper a cultura do silêncio das majorias” (FREIRE, 1981 apud OLIVEIRA, 2004). A outra forma de atuação da sociedade, ainda de acordo com Mammana (1994), é através da percepção coletiva de um problema, ou seja, não há necessariamente uma ação, mas o estabelecimento da “opinião pública” que, dependendo de sua força e atuação, pode contribuir para o aumento das pressões sobre os pólos de decisão.

Devido à relevância do tema, é imperioso destacar o conceito de opinião pública que, certamente, contribuirá de forma significativa para o enriquecimento do trabalho, mas anterior a isso, se deve contextualizar o real significado da palavra público: “Público é o envolvimento de pessoas com opiniões diferentes na discussão de qualquer assunto por meio da interação pessoal ou dos veículos de comunicação” (KUNSCH, 1999). Conforme Oliveira (1994), não há para o conceito de opinião pública uma homogeneidade, deparando-se com uma verdadeira polêmica existente entre diversos autores. “Opinião pública é o juízo de valor formulado pelo novo em torno de um fato concreto” (MELO, 1977), ou ainda, “Opinião pública refere-se às atitudes das pessoas diante de uma questão, quando elas são membros do mesmo grupo social” (HABERMANS apud OLIVEIRA, 1994). “Com efeito, a opinião pública é a expressão verbal da atitude comum de um público determinado, frente a controvérsias; daí também admitir-se como mais correto o termo “opinião do público, no lugar de opinião pública” (ANDRADE, 1975).

Para explicar como se forma a opinião pública, ANDRADE (1975) diz que “(...) a interpretação dos fatos, e não simplesmente sua ocorrência, é que permite a formação do público e de sua opinião”. Mas, como ressaltado por Freitas (1984), a opinião pública se forma de diversas maneiras, mas principalmente pela influência dos fatores sociais, psicológicos e também dos meios de comunicação. Por esse motivo é preciso preparar o público (sociedade) para o recebimento da informação, mas antes é necessário observar e analisar o seu comportamento.

Assim, a atuação profissional no manuseio das informações é de extrema importância para que não haja distorções e desentendimentos futuros.

Por tudo isso e em meio às grandes discussões que surgem sobre a questão ambiental há que se considerar, além da atuação dos movimentos sociais e da pressão exercida pela sociedade; a manipulação das informações por parte dos empreendedores ou mesmo das ONGs envolvidos num determinado empreendimento energético. Entre essas manipulações de informações destaca-se o *lobby* que, como informa Oliveira (1994), dentro das questões ambientais pode ser considerado sob dois aspectos: o da empresa que conta com um trabalho profissional procurando obter vantagens junto ao poder público, “(...) nesse caso vamos encontrar exemplos de empresas que usam o *lobby* para obter vantagens particulares que prejudicam o próprio meio ambiente, inibindo leis, restringindo a ação de grupos ambientalistas, etc.” (OLIVEIRA, 1994); e o realizado por grupos ambientalistas, como as ONGs, que ainda agem amadoristicamente nesse assunto. Entretanto, “(...) diante do bem entendido exercício sadio do *lobby*, a organização poderá levar em conta muitas das questões referentes à defesa do meio ambiente, não deixando que seus interesses puramente econômicos sobreponham-se à própria qualidade de vida de toda uma população” (OLIVEIRA, 1994). Assim, Lodi (1984) afirma que o *lobby* restringe-se uma ação junto ao poder público e representa um ato de influenciar sobre a decisão. “Mas que não existe *lobby* junto à opinião pública, como não existe *lobby* junto à imprensa” (LODI, 1984). Tratar a questão do *lobby* mereceria a dedicação de um capítulo inteiro com a indicação de diversos autores discorrendo sobre o seu conceito, peculiaridades e exemplos. Embora esta abordagem não possa ser realizada neste trabalho, fica destacada sua existência e relevância no que se refere à atuação e influência dos empreendedores e demais agentes envolvidos na construção de empreendimentos energéticos que, inevitavelmente, acarreta em grandes discussões sobre as questões ambientais.

Assim, através das diversas formas organizadas de atuar, os movimentos sociais ambientalistas ganham cada vez mais espaço e também mais adeptos. Para que sua opinião chegue aos órgãos de governo, instituições, entidades privadas ou qualquer agente que esteja direta ou indiretamente ligado à sua luta, esses movimentos se manifestam através de panfletos, passeatas, eventos públicos e conta ainda com um importante aliado: a mídia, que contribui na

apresentação ou publicação de reportagens, artigos em jornais e revistas e denúncias contra atividades ou empreendimentos que causem ou possam causar grandes impactos ambientais.

Nesta discussão sobre o papel das mídias é bastante útil o conceito de Comunicação Pública que, apesar de ainda pouco difundido, já mostra grande relevância, principalmente devido à sua forte influência nos diversos setores da sociedade. De acordo com Oliveira (2004), não é apenas o governo que está inserido no contexto de Comunicação Pública, mas as ONGs, empresas dos terceiro setor e também a sociedade.

“Há grande tendência de se considerar Comunicação Pública como aquela praticada pelo governo. Entretanto, (...) Comunicação Pública é um conceito mais amplo, envolvendo toda a comunicação de interesse público, praticada não só por governos, como também por empresas, Terceiro Setor e sociedade em geral” (OLIVEIRA, 2004).

Comunicação Pública é aquela “(...) que envolveria o cidadão de maneira mais diversa, participativa, estabelecendo um fluxo de relações comunicativas entre o Estado e a sociedade” (MATOS, 1999). O conceito de Comunicação Pública “(...) se remete ao processo de comunicação instaurado em uma esfera pública que engloba Estado, governo e sociedade, um espaço de debate, negociação e tomada de decisões relativas à vida pública do país” (MATOS, 1999).

Entretanto, “(...) para tratar de Comunicação Pública é preciso tratar de cidadania, acolhendo-se a noção sobre a atuação da sociedade no espaço público, de onde emergem conceitos tais como sociedade civil organizada e civilidade” (OLIVEIRA, 2004).

“A efetividade da Comunicação Pública, por sua, vez subentende um relacionamento entre os diferentes setores pautado na confiança, na credibilidade, na transparência, na ética, na responsabilidade social e no diálogo constante, formando-se a base para a estruturação da cidadania” (OLIVEIRA, 2004).

Assim, ainda de acordo com Oliveira, o papel da Comunicação Pública é o de interlocutor entre os diferentes agentes da sociedade, em prol do interesse público. Assim, “(...) o principal dever de casa do comunicador público é a cotidiana reflexão sobre o mal e o bem que o reflexo de seu trabalho pode causar à sociedade” (CAMARGOS, 2004).

Mais uma vez ressalta-se a importância de uma abordagem maior sobre o tema “público”, mas devido a sua profundidade, não cabe aqui tal discussão. No entanto, serve como um indicativo para trabalhos futuros envolvendo desde o conceito da palavra público, sua formação, o conceito de opinião pública e comunicação pública, até as abordagens sobre o que é interesse público e interesse do público.

Se por um lado, quando da implantação de um empreendimento energético, a participação da sociedade se restringe apenas às audiências públicas, que não é o melhor fator de decisão para o cancelamento ou implantação do empreendimento; por outro, como a sociedade está mais democratizada e também organizada, cresce sua mobilização em ação conjunta com algumas organizações não-governamentais ou ainda criando movimentos a favor ou contra um empreendimento, que podem ter o seu tempo de existência atrelado à discussão/decisão quanto à construção ou não desse empreendimento. “A participação ativa e ampliada da população é coisa que se constrói lentamente, na própria dinâmica social, por causa das condições encontradas e conforme o grau de compromisso das pessoas com a própria cidadania” (PERUZZO, 2004). Alguns exemplos são os movimentos criados durante a tentativa de implantação de uma usina termoeletrica em Paulínia/SP, chamado “Termoeletrica de Paulínia Não” e também o movimento criado a favor da termoeletrica de Americana/SP (Carioba II), conhecido como “Movimento Pró-Carioba”, formado por políticos e empresários. Este grupo chegou a promover uma série de eventos no município de Americana com o intuito de conscientizar a população sobre os benefícios do empreendimento. O grupo programou colagem de adesivos em veículos, apresentações musicais, coleta de assinaturas de incentivo à instalação da usina e o lançamento de um *site* oficial de apoio a Carioba II.

Através desses exemplos pode-se verificar que cada um dos atores envolvidos em qualquer empreendimento que seja tem uma forma de divulgar e defender os seus interesses dentro da sua legitimidade. Como muitas vezes os grupos sociais não possuem recursos financeiros, como os atores favoráveis à Carioba II, além de sua forma de se organizar e através das audiências públicas contam, assim como os empreendedores, com o apoio da mídia, que tem também o seu interesse próprio. Mas esta última, acima de tudo, tem o compromisso de informar sobre os fatos e manter sua credibilidade. Assim, o ator coadjuvante nesse processo, o jornalista, tem que estar preparado para a divulgação das informações corretas, favoráveis ou contrárias a qualquer fato,

de forma que a sociedade possa tomar a melhor decisão. Tanto a sociedade como qualquer outro agente envolvido espera da mídia essa postura, daí sua responsabilidade social:

“No papel de mediadora, cabe à mídia uma função decisiva, tanto política quanto cultural, de estimular e mobilizar a sociedade para o respeito e a promoção das prerrogativas estabelecidas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, (...). Para esse fim, a própria mídia deve se pautar por valores de cidadania” (MATTOZO, 2005).

Um exemplo é a visão que uma determinada organização ambientalista tem da mídia:

“Nossas campanhas visam sensibilizar e engajar a população na luta pela preservação ambiental, estimulando a cidadania e a conscientização da sociedade. A mídia auxilia também na importante difusão das mobilizações organizadas pela Fundação e outras ONGs, e na divulgação de nossos trabalhos e projetos que, esperamos, sirvam de exemplo e motivação para as mais diversas camadas da sociedade” (SOS Mata Atlântica, 2006).

A mídia, entretanto, nem sempre está preparada para noticiar determinados fatos, principalmente aqueles de cunho mais científico. Isso se deve à falta de preparo dos seus agentes que vem desde sua formação. Depois que chega ao mercado de trabalho, o jornalista enfrenta ainda outro grande problema: o de se especializar. Não há tempo, espaço e nem financiamento para isso. Por tais motivos, o jornalista, que é o grande gerador de notícias, peca pela falta de informação e cuidado no trato de alguns assuntos. “O despreparo dos jornalistas em torno dos temas de ciência faz com que planejadores e cientistas em geral se esquivem da divulgação científica associada aos meios de comunicação” (VIANA, 2004). Com isso, todos saem perdendo: cientistas, jornalistas e, principalmente, a sociedade. Daí a importância de um prévio estudo pelo jornalista da pauta que vai cobrir e também da parceria e entendimento com sua fonte.

“A busca pela parceria entre planejadores energéticos e cientistas em geral e jornalistas, em virtude da importância da divulgação nos meios de comunicação, torna-se obrigatória. E, neste caso, o rigor profissional, a constante busca pelo aperfeiçoamento nesta relação, postura ética, responsabilidade social e respeito de jornalistas e planejadores pelas atividades desenvolvidas por cada um são preponderantes” (VIANA, 2004).

2.1 – Informação & Sociedade

Em tempos de globalização, abertura de mercados e competição desenfreada é preciso repensar a forma como alguns elementos que influenciam diretamente a vida das pessoas chegam até elas e um desses elementos a ser repensado é a informação. O direito à informação é contemplado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e, no Brasil, assegurado pela Constituição Federal:

“Todos têm direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Como se sabe, na atualidade a maior parte das informações é veiculada através dos meios de comunicação (jornais, rádio e TV entre outros) e por tal motivo estes meios exercem uma forte influência na sociedade. Entretanto, não basta apenas despejar informações à população, pois muitas vezes o cidadão acumula informações, mas não sabe o que fazer com elas, pois não consegue associar a importância dessas informações à sua realidade. Sobra informação e falta formação. Ter informação não é o mesmo que ter conhecimento. Segundo MORIN (2000), é primordial a reforma do pensamento a partir da organização do saber, para assim obter uma cabeça bem-feita ao invés de uma cabeça bem-cheia. “O conhecimento só é conhecimento enquanto organização, relacionado com as informações e inserido no contexto destas. As informações constituem parcelas dispersas do saber” (MORIN, 2000).

Como também se sabe o responsável por produzir a informação que será levada à sociedade é o jornalista, que cumpre assim uma função social como mediador de vários processos, já que uma sociedade bem informada e com senso crítico aguçado exerce de forma mais plena a sua cidadania. No entanto, para que todo esse processo seja eficiente é fundamental que o jornalista tenha comprometimento com a realidade social e conhecimentos suficientes para levar à população informações de forma clara e precisa. Assim, com uma visão global dos fatos que afetam toda uma sociedade, as pessoas podem, ao invés de simplesmente acumular informações, associá-las aos saberes e à realidade. “Pode-se até dizer que o conhecimento progride não tanto

por sofisticação, formalização e abstração, mas, principalmente, pela capacidade de contextualizar e englobar” (MORIN, 2000).

Essa organização do conhecimento, no entanto, começa na formação do jornalista, ainda na academia. Por tudo isso, é muito importante a multidisciplinaridade na formação do jornalista, ou seja, a junção de disciplinas distintas para o entendimento de um sistema tão complexo. Esta visão do todo é fundamental, principalmente para o trato de determinados assuntos como, por exemplo, desenvolvimento, energia e meio ambiente, assuntos que dificilmente podem ser abordados de forma isolada. O que se percebe, entretanto, é que tal formação não está tão presente na imprensa brasileira. Assim, é urgente que profissionais verdadeiramente comprometidos com o correto exercício de sua profissão, cômico de sua função social, busquem esta formação complementar, aprofundando-se nos tópicos tratados, mas sem esquecer, naturalmente, da multidisciplinaridade, já que a “hiperespecialização impede de ver o global” (MORIN, 2000).

A falta da formação/informação adequada ao jornalista gera conflitos de diversas naturezas, trazendo grandes prejuízos à sociedade. No caso da instalação de uma termoelétrica, por exemplo, a população pode se posicionar contra ou a favor, dependendo das informações e da forma como chegam até ela. A construção de um empreendimento desse tipo com certeza vai gerar mais energia, empregos e desenvolvimento para a região beneficiada. Mas, poderá trazer também grandes problemas, uma vez que, para sua construção, provavelmente serão necessárias algumas desapropriações e certamente causará algum impacto ambiental que poderá ser local, regional ou até mesmo global. Estabelece-se assim um grande conflito. De um lado a população beneficiada, os empreendedores, governo e instituições interessadas no empreendimento e do outro a população prejudicada. Primeiramente, é necessário levar em conta a real necessidade do empreendimento; se apenas comercial, sem necessidade naquele momento, pode-se facilmente postergá-lo. Entretanto, caso seja fundamental, ao invés da população afetada se unir contra a instalação poderia reivindicar algumas condições para amenizar o impacto e prejuízos que inevitavelmente terão.

“O direito de informação é pedra basilar para o exercício de uma política do meio ambiente independente e atuante. De nada valeriam as medidas de precaução no momento da instalação de uma fábrica potencialmente poluidora se, após, no decorrer de suas atividades, fossem sonegados ao público os dados relativos aos despejos por ela efetuados. (...) O controle da poluição ambiental ganhará em dinamismo e seriedade se os dados colhidos pelos organismos públicos não ficarem restritos aos meios administrativos. Com a medida proposta, cria-se uma oportunidade para as vítimas da poluição e também aos poluidores de tomarem conhecimento das análises levadas a feito e de debaterem as conclusões com os responsáveis pelos órgãos de defesa do meio ambiente, melhorando o nível de informação dos que tem competência para decidir sobre esses temas” (MACHADO, 1998).

Como no caso citado, quando se estabelece um conflito fica evidente que não é possível uma solução que satisfaça a todos, mas uma negociação e gerenciamento do mesmo, onde mais uma vez a opinião pública e seus órgãos de comunicação, as mídias, deverão se manifestar e é por esse motivo que a informação se torna algo tão precioso. A população que tiver o conhecimento necessário terá boas condições de estabelecer uma negociação justa. Poderá ser impactada pelo empreendimento, mas certamente será compensada pelos prejuízos a que estará submetida. Pode não haver uma solução técnica para um conflito como esse, mas havendo informação certamente haverá uma negociação. O caminho para a solução dos conflitos está no conhecimento da causa e a informação tem aí um importante papel, pois reduz os extremismos, muitas vezes motivados por razões alheias aos interesses da coletividade. No entanto, vale ressaltar que, caso seja proposto o mesmo procedimento de negociação para um mesmo conflito estabelecido num outro local ou período, a “solução” poderá não ser a mesma, pois as diretrizes e os interesses que eclodiram neste outro conflito poderão não ser iguais. Assim, a forma de atuação da mídia poderá contribuir para um encaminhamento favorável, onde o bem geral será buscado, como também poderá influenciar em decisões equivocadas.

Por tudo isso, o jornalista não pode ser encarado como um simples transmissor de notícias, mas um agente mediador capaz de pensar globalmente e agir localmente e para isso é necessário repensar a reforma do ensino jornalístico, a fim de que o pouco tempo de apuração dado a repórteres sem bagagem especializada para interagir com os termos científicos que colhem, dificultando o entendimento para o receptor, não sejam uma constante na imprensa brasileira e, assim, esse agente possa fazer, com ética e transparência, o intercâmbio entre a população e a comunidade científica (VIANA, 2004).

É preciso enxergar e formar o leitor/espectador como usuário, um ser crítico para que a qualidade da notícia não fique deformada e acabe sendo “maquiada”. É evidente que para isso o jornalista também corre o risco de formar um grande conflito, já que estará inserindo na sociedade uma formação crítica ao invés apenas de injetar informações, e nesse preâmbulo a informação pode se tornar um risco global, mas, “o risco é uma construção social” (CARAPINHEIRO, 2002) e é justamente esse que deve ser o maior objetivo do profissional da imprensa: reformar o pensamento, organizar o conhecimento e contribuir, através da disposição das informações, para a construção de uma sociedade bem informada e comprometida com os problemas que envolvem o país. “Ao jornalista, de forma geral, cabe oferecer à sociedade informações suficientes que lhe possibilite compreender o que se passa no mundo, a importância desses acontecimentos, permitindo-lhe formar opiniões e participar de debates políticos e sociais” (VIANA, 2004).

2.2 – Licenciamento Ambiental

Para que um empreendimento energético seja implantado é necessário seguir algumas normas e procedimentos. Entre elas está a obtenção do Licenciamento Ambiental, procedimento administrativo pelo qual o órgão competente, seja federal, estadual ou municipal, licencia a instalação, ampliação, modificação e operação da atividade e empreendimentos que utilizem os recursos naturais, que sejam potencialmente poluidores ou ainda que possam causar degradação ambiental.

O licenciamento, constituído pela Lei Federal nº 6938, de 31/08/1981, também conhecida como Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, é um importante instrumento de avaliação quanto aos impactos causados pelo empreendimento, já que estabelece as condições para que sua implantação cause o menor impacto possível ao meio ambiente. O processo de licenciamento inicia-se com a solicitação de abertura de processo para licenciamento pelo empreendedor, junto a Diretoria de Licenciamento Ambiental (DILIC).

Nos empreendimentos cujos impactos ambientais ultrapassem os limites do Estado, a licença deve ser obtida na esfera federal, ou seja, no IBAMA¹⁰, mas caso os potenciais impactos ambientais sejam restritos aos limites do Estado, a concessão do Licenciamento é de competência das agências governamentais estaduais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e do IBAMA. Em seu art. 10, a referida Lei estabelece o que segue:

“A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento por parte do órgão estadual competente, integrante do SISNAMA, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis”.

No entanto, de acordo com a Resolução CONAMA¹¹ 237/97, os órgãos estaduais podem delegar esta competência, em casos de atividades com impactos ambientais locais, à Secretaria Municipal do Meio Ambiente, mas o licenciamento deve ser solicitado numa única esfera governamental. Para isso, é necessário que o empreendedor primeiramente identifique qual a atividade do seu empreendimento e possíveis impactos ambientais, para assim obter a licença no órgão licenciador.

Para que um empreendimento possa ser construído é necessária a concessão de três tipos de licença ambiental que devem estar rigorosamente de acordo com a fase em que o empreendimento se encontra: concepção, obra, operação ou ampliação. A operação do empreendimento sem a obtenção destas três licenças caracteriza-se como crime ambiental. Os três tipos de licenças são:

¹⁰ O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA foi criado pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. Foi formado pela fusão de quatro entidades brasileiras que trabalhavam na área ambiental: Secretaria do Meio Ambiente - SEMA; Superintendência da Borracha - SUDHEVEA; Superintendência da Pesca – SUDEPE, e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF. (IBAMA, 2006).

¹¹ CONAMA é o órgão consultivo e deliberativo do SISNAMA, foi instituído pela Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto 99.274/90. É presidido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). Sua Secretaria Executiva é exercida pelo Secretário Executivo do MMA e é ainda um colegiado representativo de cinco setores formado por órgãos federais, estaduais e municipais, setor empresarial e sociedade civil. (MMA, 2006).

Licença Prévia (LP): deve ser solicitada ainda na fase de planejamento do empreendimento. Possui alguns requisitos básicos que devem ser obedecidos nas fases de localização, instalação e operação. Aprova apenas a viabilidade ambiental do empreendimento (Figura 1).

“(…) A licença prévia não gera direitos para o requerente, mesmo que tenha despendido recursos com o planejamento da obra ou a atividade. Trata-se de fase de estudo em que não há engajamento definitivo da Administração Pública com o pedido. Além disso, quando o projeto comportar o EIA¹², qualquer decisão precipitada da Administração Pública, licenciando antes do RIMA¹³ é nula, e a nulidade pode ser pronunciada pela própria Administração pública ou pelo Judiciário” (MACHADO, 1998).

Licença de Instalação (LI): aprova os projetos e autoriza o início das obras (Figura 2).

A Resolução CONAMA 001/86 estabelece que, para aproveitamento hidrelétrico a licença de instalação deverá ser obtida antes da realização da licitação para construção do empreendimento (art. 4º), para usinas termelétricas antes do início da efetiva implantação do empreendimento (art. 5º), e para subestações e linhas de transmissão depois de concluído o projeto executivo e antes do início das obras (art 6º).

Licença de Operação (LO): autoriza o início do funcionamento do empreendimento. Tem prazo de validade estabelecido de acordo com a atividade do empreendimento. Uma vez expirado esse prazo, o empreendedor deve solicitar nova Licença de Operação. É obrigatória a sua renovação (Figura 3).

De acordo com a Resolução CONAMA 001/86, para aproveitamento hidrelétrico a licença de operação (LO) deverá ser obtida antes do fechamento da barragem (art. 4º); para usinas termelétricas depois dos testes realizados e antes da efetiva colocação da usina em geração comercial de energia (art. 5º), e, para subestações e linhas de transmissão antes da entrada em operação comercial (art 6º).

¹² EIA – O Estudo de Impacto Ambiental é um documento técnico-científico composto por: diagnóstico ambiental dos meios físico, biótico e socioeconômico, análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, definição e elaboração das medidas mitigadoras dos impactos negativos e Programas de Acompanhamento e Monitoramento (IBAMA, 2006).

¹³ RIMA – O Relatório de Impacto Ambiental é um documento público que reflete as informações e conclusões do EIA. Deve ser apresentado de forma objetiva e adequada à compreensão da população. (IBAMA, 2006).

A Resolução CONAMA nº 237/97 estabelece que todas as licenças devem ter um prazo de validade definido.

Vale ressaltar que antes do processo de licenciamento ambiental existem procedimentos que o empreendedor deve atender rigorosamente como, por exemplo, a elaboração do Inventário Ambiental que compreende uma das etapas do planejamento sócio-ambiental. Durante essa fase é feito um levantamento das características da área em questão, como o tipo de ecossistema e vegetação associada, uso e ocupação do solo, áreas legalmente protegidas (reservas indígenas, preservação), população local, recursos hídricos, topografia e políticas de desenvolvimento municipal e regional. A outra etapa que compreende o planejamento sócio-ambiental é o Inventário Ambiental (fase em que acontece a solicitação da licença prévia) e Viabilidade/Projeto Básico Ambiental (apresentação do EIA/RIMA¹⁴ e obtenção da licença prévia/solicitação e obtenção da licença de instalação). Após, há ainda a fase de implantação do projeto e elaboração do programa de monitoramento e/ou redução dos impactos sócio-ambientais (solicitação e obtenção da licença de operação).

¹⁴ A Resolução CONAMA 001/86 tornou obrigatória a elaboração de Estudos de Impacto Ambiental e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental que têm por finalidade a obtenção da Licença Prévia junto aos órgãos de licenciamento ambiental. Foi alterada pelas Resoluções CONAMA nºs 011, de 18/03/86, e 237, de 19/12/97.

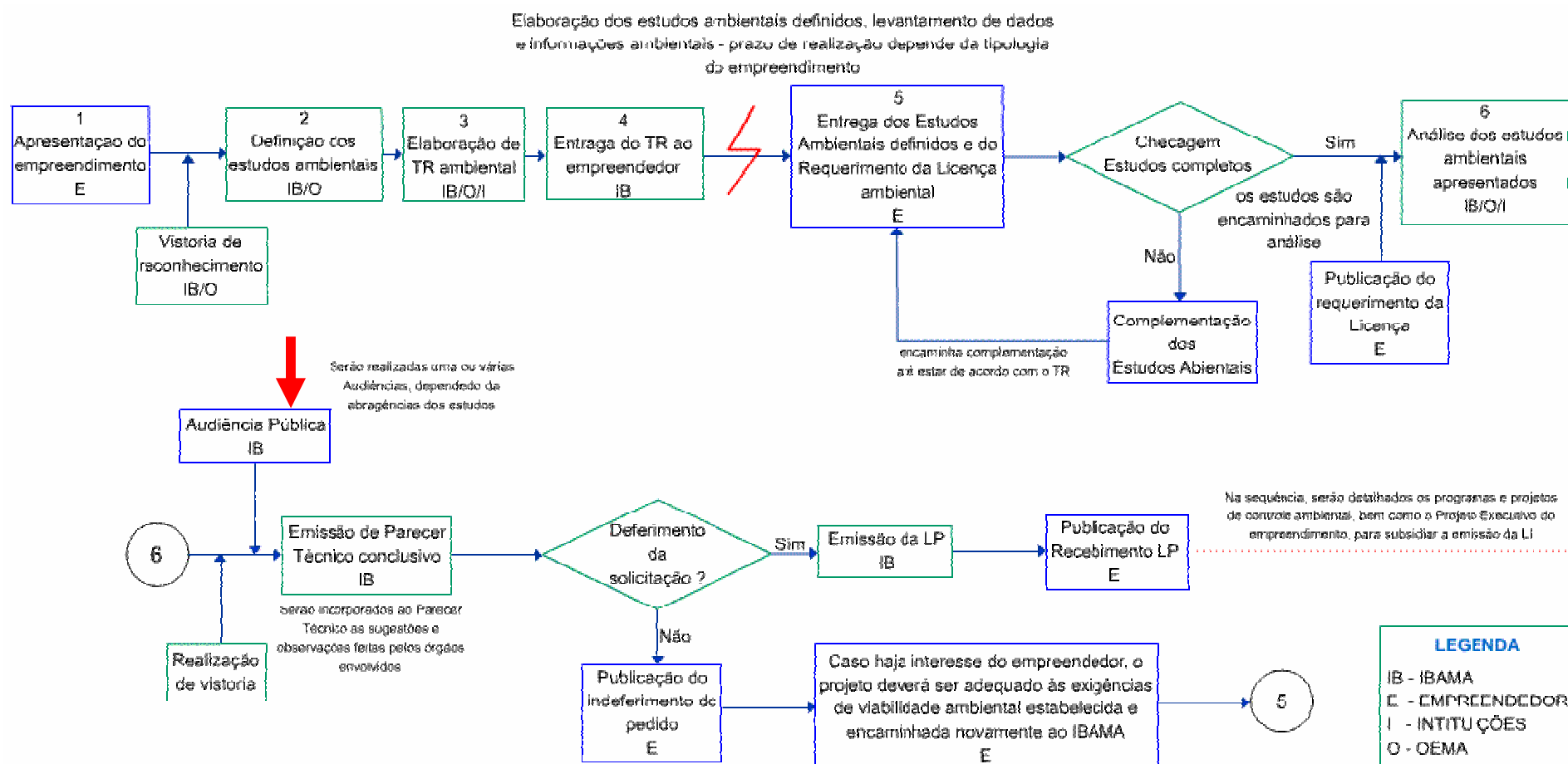


Figura 1: Requisitos para Obtenção de Licença Prévia

Fonte: Centro de Licenciamento Ambiental Federal (IBAMA), 2002

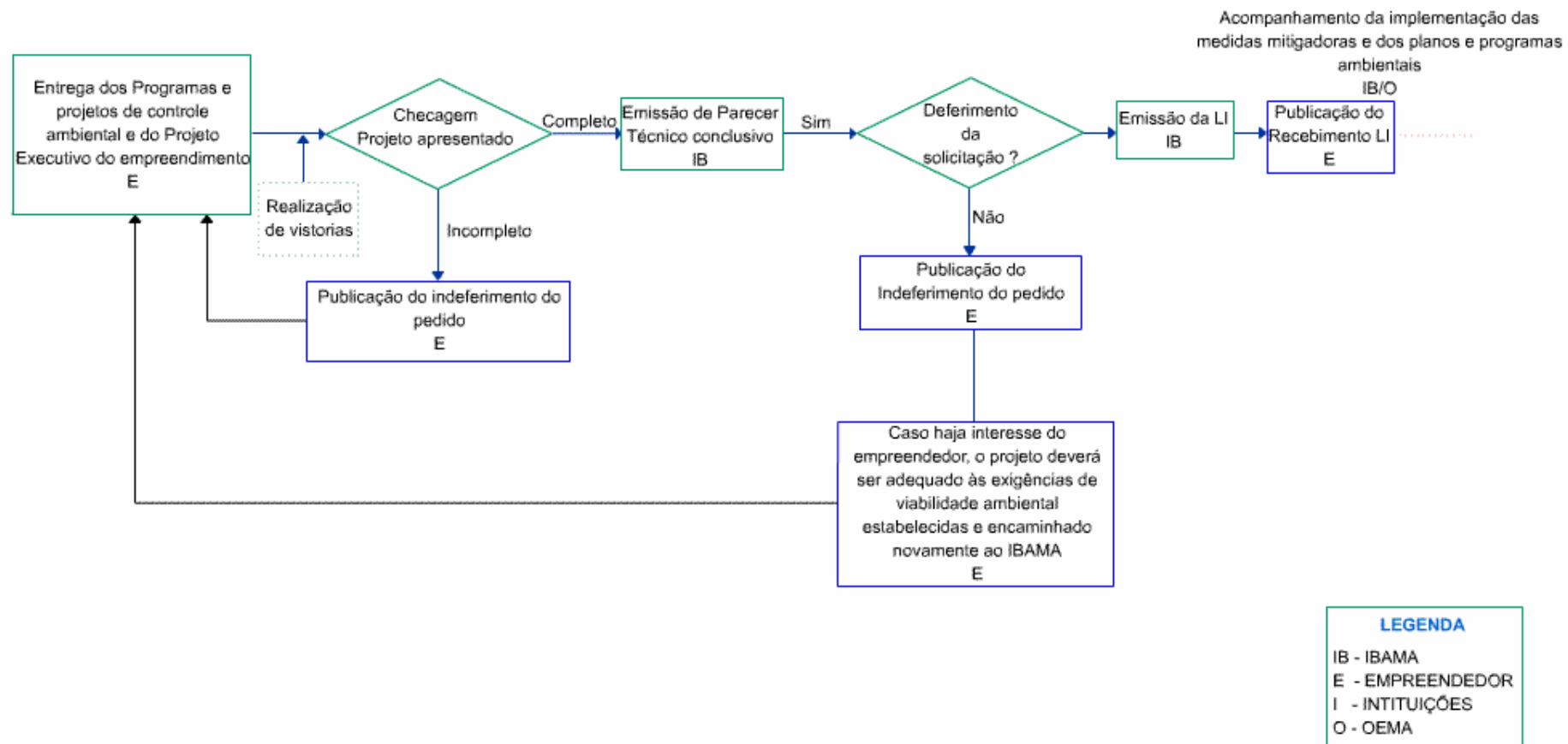


Figura 2: Requisitos para Obtenção de Licença de Instalação

Fonte: Centro de Licenciamento Ambiental Federal (IBAMA), 2002

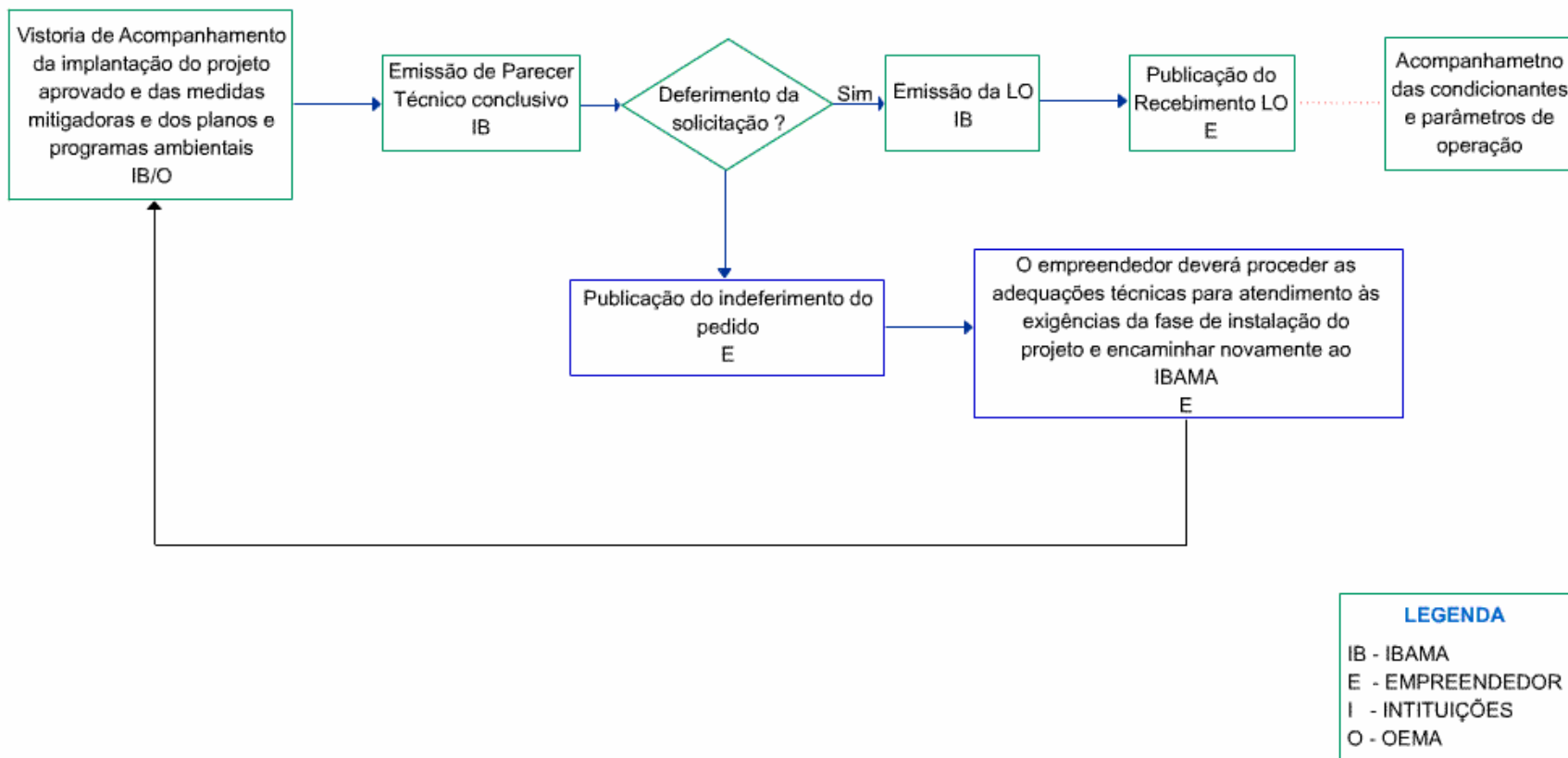


Figura 3: Requisitos para Obtenção de Licença de Operação

Fonte: Centro de Licenciamento Ambiental Federal (IBAMA), 2002.

2.3 – Audiências Públicas

O atual processo de licenciamento e implantação de empreendimentos energéticos no Brasil, de acordo com a legislação vigente, exige entre outras coisas que haja uma participação da população em audiências públicas, condição esta necessária para a obtenção da Licença Prévia, conforme mostrado na Figura 1. Nestas audiências a população toma ciência dos detalhes do projeto, seus benefícios e malefícios, sendo este o momento em que a sociedade expõe sua opinião sobre a realização ou não do empreendimento.

Daí a importância do esclarecimento à sociedade sobre o projeto, mas para que haja esse entendimento as informações devem ser claras, objetivas e com linguagem compreensível a qualquer participante, traduzindo-se, principalmente, os termos técnicos. De acordo com a Declaração do Rio de Janeiro, da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, de 1992, artigo 10, “o melhor modo de tratar as questões do meio ambiente é assegurando a participação de todos os cidadãos interessados, no nível pertinente”.

“(...) a audiência pública é um processo importante para países do terceiro mundo, pois explicita o nível de esclarecimento atingido pela sociedade, com vistas às projeções do futuro da organização do espaço territorial; é um referencial da força dos setores sociais mais informados com relação aos instrumentos legais existentes, que obrigam garantir qualidade ambiental e ordenamento territorial, além de ser uma forma prática de avaliação e aplicabilidade destes instrumentos” (AB’SABER, 1994).

Há que se esclarecer, entretanto, que a audiência pública, quando solicitada, é obrigatória, mas não é determinante para a aprovação do empreendimento. Nesses eventos é permitida a participação de qualquer pessoa que tenha algum tipo de interesse na implantação ou não do empreendimento.

Artigo 1º - São consideradas Audiências Públicas, para fins do licenciamento ambiental, as reuniões que têm como objetivo informar a sociedade e conhecer a opinião pública sobre a implantação de determinado empreendimento ou proposta de atividade potencialmente causadores de significativo impacto ambiental (Deliberação CONSEMA 34/2001).

“Este procedimento não retira da Administração seu poder de decisão, mas leva a que ela comunique-se não só com quem está pretendendo construir, instalar e realizar uma determinada atividade, mas também com aqueles que possam sofrer as conseqüências da pretensão. (...) Aqueles a quem se solicita suportar os riscos, tiveram ocasião de dizer se eles o julgam aceitáveis?” (MACHADO, 1998).

A população e/ou entidades participantes das audiências podem se manifestar positiva ou negativamente à proposta de implantação do empreendimento, através do uso da palavra, divulgação de documentos, uso de faixas, cartazes e/ou qualquer outro instrumento. As audiências públicas acontecem sempre que a Secretaria do Meio Ambiente (SMA) julgar necessário ou quando solicitada fundamentadamente ao Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental (DAIA) por órgãos (Poder Público Estadual ou Municipal do Estado de São Paulo, CONSEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente, Ministério Público Federal ou do Estado de São Paulo), entidade civil sem fins lucrativos ou ainda por representantes da sociedade.

Artigo 1º § 2º - O CONSEMA pode também, a qualquer momento e mediante deliberação específica, determinar a realização de Audiências Públicas para analisar planos e programas que possam vir a causar significativa degradação ambiental, independentemente do procedimento de licenciamento ambiental (Deliberação CONSEMA 34/2001).

Cada uma dessas entidades tem um papel específico durante as negociações de aprovação para a construção do empreendimento. A Secretaria do Meio Ambiente, por exemplo, é que faz a convocação através do Diário Oficial, determina o local, horário e se encarrega de todas as providências para que aconteça a audiência. Já o DAIA analisa os estudos ambientais de empreendimentos potencialmente impactantes, sujeitos a licenciamento com Avaliação de Impacto Ambiental. É um órgão pertencente à SMA e é responsável pela emissão do parecer técnico que subsidia o licenciamento ambiental por esta secretaria, define o termo de referência para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e responde a consultas sobre necessidade de licenciamento ambiental.

Ao CONSEMA cabe, em sessão pública, a aprovação do EIA/RIMA após análise pelo Departamento de Avaliação Ambiental. Este conselho foi criado em 1983 e está integrado à Secretaria do Meio Ambiente. É um órgão composto por 36 integrantes, sendo uma parte representada pelo governo e outra pela sociedade civil. Dos 18 representantes da sociedade civil,

seis pertencem a ONGs ambientalistas devidamente cadastradas na Secretaria Executiva do Conselho. O presidente do conselho é sempre o Secretário do Meio Ambiente.

Após a convocação para a realização de audiência pública, pela SMA, através de publicação no Diário Oficial com antecedência mínima de 20 dias, o responsável pelo empreendimento deve divulgar imediatamente em jornais locais e de grande circulação o local e a data da realização do evento. Tais publicações e notas informativas, bem como as convocações das audiências, devem ser enviadas pelo empreendedor à SMA/DAIA, comprovando sua divulgação. Todos os documentos apresentados durante a audiência, inclusive a fita de gravação da audiência, são anexados a um processo técnico-administrativo de licenciamento do empreendimento e encaminhados para a SMA para análise.

Após todo o procedimento de realização da audiência pública, a SMA realiza uma minuciosa análise do processo e informa a todos os envolvidos da sua decisão pela aceitação ou não da implantação do empreendimento.

O empreendedor é o responsável pelas despesas com a realização das audiências e entre as suas obrigações está a disponibilização do estudo ambiental, em local de acesso público, por pelo menos quinze dias úteis anteriores à audiência, o qual deverá ser mantido no local e na data da audiência para eventuais consultas. Podem acontecer diversas audiências, em qualquer momento conforme a natureza do empreendimento.

As audiências públicas podem acontecer de duas formas: **presencial ou documental**. Na primeira forma de audiência, a sociedade participa diretamente mediante inscrição prévia, podendo manifestar-se em sessão pública. Já a audiência que ocorre através de intercâmbio documental visa o encaminhamento de sugestões e/ou opiniões dos interessados para as matérias objeto da audiência.

As audiências presenciais são agendadas e instaladas com a presença mínima de dois Diretores, entre eles o Diretor-Ouvidor ou seu substituto. Em alguns casos, a critério da Diretoria Colegiada da Agência e visando uma maior participação dos interessados, a Audiência Pública Presencial poderá ocorrer simultaneamente em mais de um local. Tanto as audiências presenciais

quanto as de cunho documental têm o agendamento e pauta divulgados no Diário Oficial da União. No dia 20 de julho de 2005, a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) transmitiu pela primeira vez uma audiência pública via Internet.

Artigo 1 - § 8º - As Audiências Públicas serão realizadas sempre no município ou na área de influência em que o empreendimento, a atividade, o plano ou o programa estiverem previstos para serem implantados, tendo prioridade para escolha o município onde os impactos ambientais forem mais significativos (Deliberação CONSEMA 34/2001).

Artigo 1 - § 9º - Se a área de influência da obra ou atividade abranger dois ou mais municípios, a SMA, por iniciativa própria ou movida por deliberação do CONSEMA, poderá convocar mais de uma Audiência Pública, podendo realizá-la também na Capital do Estado (Deliberação CONSEMA 34/2001).

Além de representantes da sociedade civil são convidados a participar das audiências públicas os prefeitos e câmaras de vereadores dos municípios da área de influência do empreendimento; membros titulares e suplentes do CONSEMA; entidades ambientalistas cadastradas no CONSEMA; representantes do Ministério Público Federal e Estadual da área de influência do empreendimento.

Artigo 7º - Serão convocados, para manifestação na Audiência Pública, o empreendedor e o coordenador da equipe multidisciplinar responsável pela elaboração do estudo ambiental, assessorados pelos técnicos necessários ao completo esclarecimento da questão (Deliberação CONSEMA 34/2001).

Esse procedimento referente à realização de audiências públicas foi aprovado pelo CONSEMA em 27 de novembro de 2001. A norma completa para solicitação, convocação e condução de audiências públicas poderá ser consultada no Anexo I deste trabalho.

Capítulo 3

Metodologia

Para se atingir o objetivo principal deste trabalho, ou seja, analisar o papel da imprensa escrita na definição de empreendimentos energéticos adotou-se a metodologia de estudo de casos, buscando-se determinar, a partir do que foi publicado em jornais durante a discussão de alguns projetos, de que forma, em que intensidade e com quais propósitos se deu a participação da imprensa.

Em se tratando de uma dissertação de mestrado, não caberia aqui o estudo de um grande número de casos, tampouco considerar uma variedade elevada de jornais. Da mesma forma, considerou-se projetos de empreendimentos localizados na região de Campinas/SP, tanto pelo interesse nos estudos locais como pela dificuldade que se teria de acesso a informações em regiões distantes do país.

Com base na justificativa acima optou-se, para análise neste trabalho, por dois empreendimentos pertencentes à Região Metropolitana de Campinas (RMC)¹⁵: o projeto da

¹⁵ RMC – a Região Metropolitana de Campinas foi criada pela Lei Complementar 870, de 19 de junho de 2000. Formada por 19 municípios, está localizada numa área estratégica que permite fácil acesso à Região Metropolitana de São Paulo, ao interior do Estado e ao Sul de Minas. A RMC destaca-se pela presença de centros de inovação científica e tecnológica, bem como o segundo maior aeroporto do país. Possui um Produto Interno Bruto (PIB) de 25 bilhões de dólares. Sua renda per capita é bastante significativa se comparada à do Estado de São Paulo e Brasil (RMC = 10.689 dólares, Estado de São Paulo = 5.620 dólares e Brasil = 3.506 dólares) (EMPLASA, 2006).

Termoelétrica de Paulínia, que compreendeu o período de 1989 a 1992, e o da Termoelétrica Carioba II, localizado no município de Americana, o qual envolveu o período de 2000 a 2003.

A metodologia adotada foi a usualmente utilizada no Jornalismo Comparado (MELO, 1972 apud GUIMARÃES, 2003), devidamente testado na esfera do Jornalismo Científico (MELO, 1986 apud GUIMARÃES, 2003), metodologia esta já aplicada em pesquisas anteriores, tal como “*C&T na Mídia Impressa Brasileira: tendências evidenciadas na cobertura nacional dos jornais diários sobre Ciência e Tecnologia (Biênio 2000-2001)*”, (VOGT. et al, 2003). A partir desta metodologia e das características próprias deste trabalho, foi elaborada a seqüência das etapas descritas a seguir.

Etapa 1: Escolha dos jornais a serem analisados: jornais de veiculação local e regional de maior circulação, tendo como parâmetros de escolha a tiragem e a periodicidade.

Etapa 2: Levantamento do material: identificar a época de acontecimento dos fatos e realizar a pesquisa três meses antes e três meses após o término de ocorrência, para assim assegurar que não houve divulgação de informações sobre os empreendimentos antes e após esse período. Caso seja encontrada uma ou mais matérias nesse período é recomendável a verificação anterior e posterior à última data de veiculação.

Etapa 3: Classificação prévia do material: durante a fase de levantamento de dados, realizar uma classificação prévia do material separando os dados encontrados em cada matéria, como data, localização da matéria no jornal (número da página e caderno), autor da matéria e a quantidade de páginas do jornal na data de veiculação da matéria.

Etapa 4: Classificação detalhada do material: separação do material para contagem quanto:

- Localização no jornal: capa, editorial, opinião (artigos, crônicas, charge), local/cidades/região, geral/Brasil, especial/meio ambiente, outros (anúncio, economia, contra capa). Vale ressaltar que, para efeito de quantificação, será considerada como sendo uma única matéria àquelas divulgadas num mesmo caderno, na mesma data, não sendo, portanto, contabilizadas como matérias individuais as retrancas e/ou os boxes.

- Autor: jornalistas, especialistas/cientistas, empresários, cidadão comum, políticos, publicidade, colaborador.

- Audiências Públicas: datas, locais e quantificação, através da medição cm/coluna e linha/coluna, do espaço ocupado nos jornais por matérias sobre as audiências públicas.

- Tendências: implantação dos projetos, audiências públicas, fim dos projetos.

- Meio ambiente: quantificação das matérias que tratam sobre a questão ambiental.

As etapas subseqüentes à pesquisa do material jornalístico compreendem a tabulação e sistematização de todas as informações obtidas, a análise qualitativa e quantitativa dos mesmos, finalizando-se com as conclusões e recomendações do estudo realizado.

Capítulo 4

Levantamento de Dados

A partir da metodologia adotada partiu-se para a pesquisa dos fatos inerentes a cada empreendimento a ser analisado, para a pesquisa das empresas jornalísticas que abordaram os temas, pesquisa de campo e finalmente para a tabulação dos dados.

4.1 - Histórico dos Empreendimentos Energéticos

4.1.1 - Termoelétrica de Paulínia

Este evento aconteceu entre 1989 e 1992. O projeto da Companhia Energética de São Paulo – CESP¹⁶, previa a instalação de uma usina termoelétrica utilizando como combustível um resíduo ultraviscoso de petróleo, conhecido como Resvac, produzido junto à Refinaria de Paulínia – REPLAN, da Petrobras, chegando até a usina através de um oleoduto projetado especialmente para esse fim. O projeto, financiado pelo Eximbank do Japão, teria um investimento entre US\$ 900 milhões e US\$ 1,4 bilhão. A justificativa para a realização do empreendimento era a preocupação com o racionamento que atingiria o país entre 1993 e 1997.

¹⁶ CESP – A CESP foi constituída em 1966 como Centrais Elétricas de São Paulo a partir da fusão de 11 empresas de energia elétrica, sendo que cinco dessas empresas eram de economia mista com participação majoritária do governo estadual. O objetivo era centralizar o planejamento e racionalização dos recursos do Estado de São Paulo no setor energético. Em 1977 teve sua razão social alterada para Companhia Energética de São Paulo, abrindo espaço para o desenvolvimento de outras atividades além das tradicionais relativas aos serviços públicos de energia. Teve início nesse período o estudo de fontes alternativas de energia, como o hidrogênio e o metanol (CESP, 2006).

De acordo com especialistas consultados na ocasião, a construção dessa usina poderia agravar a chuva ácida na região e gerar o superaquecimento das águas do rio Jaguari, afetando o equilíbrio do próprio rio Piracicaba.

Nesse evento não aconteceram audiências públicas, mas reuniões coordenadas pela Divisão de Saúde Ambiental, em Campinas e Amparo, para discussão sobre a instalação da usina, com a participação de professores de universidades, entidades sindicais, governamentais e ecológicas, e a população. Além das reuniões, aconteceram também manifestações da população e solicitações do próprio prefeito do município aos empreendedores de esclarecimentos sobre os benefícios e prejuízos para a região com a construção da usina. Uma equipe de cientistas e especialistas de universidades da região foi formada para prestar essas informações à sociedade.

No entanto, entidades contrárias à usina, como o movimento “Campinas contra a usina piche-elétrica da CESP”, protestaram colhendo mais de 30 mil assinaturas e enviando cartas e telegramas à embaixada do Japão, solicitando a não liberação da verba para a construção do empreendimento, já que uma das condições estabelecidas pelo financiador japonês era de que a população da região atingida tivesse uma posição favorável ao empreendimento. Os prefeitos de Paulínia, Sumaré, Cosmópolis, Americana e Piracicaba, cogitaram ainda a realização de um plebiscito. Foram realizadas também palestras com recursos pedagógicos em 25 escolas da região, com o objetivo de instruir pais e alunos sobre a construção da usina.

Após inúmeros protestos, os empreendedores realizaram algumas alterações no projeto original da usina. Seriam instalados filtros desulfurizadores que diminuiriam em até 90% a emissão de dióxido de enxofre no ar, o sistema de refrigeração a vapor seria substituído pelo sistema “torre-seca” com refrigeração a ar, amenizando os impactos ambientais.

Mesmo com as alterações propostas pelos empreendedores, o projeto chegou ao fim em junho de 1992, com a declaração do Governador de São Paulo na época, Luiz Antonio Fleury Filho, à imprensa em meio à discussão sobre as questões ambientais mundiais da Segunda Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO 92, realizada no Rio de Janeiro. “Eu concordo com esses especialistas e quero anunciar aqui que determinei à CESP suspender o projeto da termoeletrica” (declaração de Luiz Antonio Fleury Filho divulgada no

jornal Correio Popular, de 5 de junho de 1992). De acordo com Martins (1992), essa foi a declaração do governador que acrescentou ainda que a usina não seria construída em qualquer outro ponto do território paulista e que tal decisão já estava tomada há alguns meses antes dessa declaração, mas que não havia sido divulgada ainda porque o governo paulista estava em negociação com o Fundo Nakasone, do governo japonês, para que os recursos originalmente liberados para a termoeletrica fossem aplicados em outros programas, como o saneamento básico, e que a Bacia do Rio Piracicaba poderia também ser beneficiada. Em meio a declaração do governador cancelando a instalação do empreendimento, uma equipe da CESP se encontrava com o investidor do projeto, no Japão, em plena negociação para adaptações no projeto¹⁷. Há ainda que se considerar o despreparo das equipes da CESP encarregadas do projeto da termoeletrica, tanto em relação à participação nos eventos como nas reuniões e encontros para esclarecimentos à população; quanto à postura dos seus representantes em relação aos agentes envolvidos e pessoas contrárias ao empreendimento, ou simplesmente aos arguidores dos benefícios/males.

4.1.2 - Termoeletrica de Americana - Carioba II

O projeto para instalação de uma usina termoeletrica em Americana iniciou através de um consórcio formado entre a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), Shell e a subsidiária Intergen (empresa constituída pela Shell e Bechtel). O anúncio se deu em outubro de 1999 e previa a construção da usina de geração de energia elétrica com o uso de gás natural em substituição à usina Carioba I, de 2 MW movida a óleo Diesel. Sua potência, como foi anunciada inicialmente, seria de 900MW e a previsão para início de operação em março de 2004. Com um investimento de US\$ 600 milhões, a usina iria consumir 3,8 milhões de metros cúbicos diários de gás natural e 1.288 m³/h de água.

Entretanto, tal empreendimento enfrentou forte resistência da comunidade ambientalista local devido às emissões atmosféricas e o uso dos recursos hídricos da região, envolvendo as bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. A justificativa era de que os dois terços da água

¹⁷ Comunicação particular à autora feita pelo Prof. Dr. Moacyr Trindade de Oliveira Andrade em 22 de junho de 2006, que na época da declaração do governador era funcionário da Cia. Paulista de Força e Luz (CPFL), estando a par das negociações para a implantação deste empreendimento.

evaporada no processo de resfriamento da usina comprometeria o balanço hídrico destas bacias. Após as manifestações contrárias de ambientalistas e autoridades ligadas aos recursos hídricos da região, durante a primeira audiência pública, que aconteceu em junho de 2001, o consórcio modificou a tecnologia de ciclo combinado de torre úmida para seca, produzindo, dessa forma, uma redução de 90% na demanda de água. Com a nova proposta, ao invés dos 1.288 m³ de água, seriam gastos 120 m³ e o total de água evaporada reduziria de 1.069 para 32 m³ por hora. Mas, mesmo com essa estratégia, o grupo técnico do Consórcio Intermunicipal das bacias emitiu parecer contrário ao projeto. De acordo com os ambientalistas do CONSEMA, o resfriamento a ar agravaria ainda mais a poluição atmosférica.

Já no fim de 2000 foi criada, pela Prefeitura de Nova Odessa, através da Resolução nº 97, uma Comissão Especial destinada a acompanhar os estudos relacionados à implantação da termoeletrica e no início de 2001 foi apresentado à Secretaria do Meio Ambiente o Relatório de Estudos Ambientais. Nessa mesma época a concessionária CPFL assinou um contrato com a Shell e Intergen para a compra da energia a ser produzida por Carioba II, comprometendo US\$ 240 mi anual por um prazo de 20 anos. Era a primeira usina termoeletrica a gás natural sem a parceria da Petrobrás.

Após a realização de três audiências públicas, que aconteceram em meados de junho de 2001, a primeira em Limeira, que reuniu cerca de 900 pessoas, a segunda em Paulínia, com aproximadamente 500 participantes e a terceira em Piracicaba, que chegou a mil pessoas, a trajetória sobre Carioba II teve sua quarta e última audiência, que aconteceu no próprio município de Americana, cancelada por falta de segurança. Alguns manifestantes foram presos e sete ficaram feridos devido ao tumulto que formou, já que horas antes do início da audiência foi superada a lotação do local e dentro do recinto onde aconteceria o evento, ocupado em sua maior parte por pessoas a favor da usina, que teriam apresentado mais de cem procurações para se inscrever para a tribuna livre que dá cinco minutos para cada pessoa, tomando, dessa forma, todo o tempo disponível (SANTIAGO, 2001).

Dias após o cancelamento da última audiência, a ANEEL autorizou a instalação da usina, com capacidade de gerar 1,5 MW e com investimento de R\$1,8 bi. (O Liberal, 2001). 76 dias após o cancelamento foi marcada a data da última audiência, em Americana, seguida da

divulgação de mudanças no projeto da usina. Na ocasião houve denúncias de aliciamento em que as pessoas presentes nas audiências recebiam R\$ 20,00, camiseta, transporte e lanche para se manifestarem a favor da usina (SANTIAGO, 2001).

No dia anterior à última audiência foi concedida uma liminar suspendendo-a sob alegação de que o consórcio não respeitou o prazo mínimo de 30 dias entre a publicação das complementações do EIA e a realização da audiência e ainda de que parte dessas complementações estava escrita em inglês, além de faltarem algumas páginas do processo. No dia do evento o consórcio conseguiu derrubar a liminar anterior sob o argumento de que a realização da audiência era mais importante e democrática para a discussão do que sua suspensão. Finalmente, aconteceu a quarta e última audiência pública, em Americana.

Na ocasião em que o grupo técnico de planejamento do comitê das bacias pediu mais trinta dias para emitir o parecer técnico definitivo sobre a viabilidade de instalação do empreendimento, a CPFL deixou o consórcio alegando que o projeto não atenderia os parâmetros de rentabilidade exigidos pela empresa. Diante desse fato, a Intergen, que já possuía a liderança técnica, garantiu a continuidade do projeto se tornando sócia majoritária, com um investimento de US\$ 270 mi, ficando US\$ 120 mil a cargo da Shell e o restante através de financiamento bancário.

No início de 2002 foi concedida a Licença de Instalação à usina Carioba II e em paralelo aconteceu um protesto com a participação de cerca de 300 pessoas, entre entidades civis, estudantes, sindicalistas e ONGs, que fecharam a Rodovia Luiz de Queiroz, entre Piracicaba e Santa Bárbara D' Oeste, por quinze minutos. Algumas medidas compensatórias foram concedidas pelos empreendedores, como a elevação das torres, aquisição de condensadores de ar e definição da potência máxima em 945MW.

De acordo com autorização da ANEEL, através da Resolução nº 216, de 16 de junho de 2001, a Usina Termoelétrica Carioba II apresentaria as seguintes características: 4 turbogeradores a gás de 210,60 MW cada; 4 turbogeradores a vapor de 168,885 MW cada, totalizando a capacidade instalada de 1.517,94 MW, utilizando como combustível gás natural em ciclo combinado. Início da operação comercial: bloco I, na capacidade de 379,485MW, até 31 de novembro de 2003 e os 3 blocos restantes, de igual capacidade, até 31 de março de 2004.

Depois de concedida a licença para a instalação do empreendimento e em meio a solicitações da realização de um plebiscito, Carioba II enfrentou um novo desafio, já que o Ministério de Minas e Energia estabeleceu nessa época novas regras que poderiam inviabilizar definitivamente a sua instalação, pois não havia mais a garantia de subsídios na aquisição de gás natural e venda de energia elétrica para os projetos que ainda estavam no papel.

Finalmente, em março de 2003 é veiculada, no jornal O Liberal, a primeira matéria informando a não concretização de Carioba II: *Carioba 2 “morreu”, diz Ginetti* (GUADAGNIM, 2003), sob o argumento de que o ar do município de Americana já estava saturado devido sua proximidade com o pólo petroquímico de Paulínia.

A partir destes históricos é possível evidenciar as diferenças e semelhanças entre os dois empreendimentos para melhor compreensão dos fatos que os nortearam, mostradas no Quadro 1.

Quadro 1 – Comparativo entre os empreendimentos

	Termoelétrica de Paulínia	Carioba II - Americana
Investimento	Entre US\$ 900 mi e US\$ 1,4 bi	US\$ 600 milhões
Financiadores	Eximbank do Japão, CESP	CPFL, Shell e Integen
Potência gerada	700 MW	945 MW
Combustível utilizado	Resíduos de vácuo	Gás Natural
Entidades apoiadoras	Representantes da indústria e comércio de Paulínia e região.	Representantes da indústria e comércio de Americana e região e o Prefeito do município.
Entidades contra	Ambientalistas e o Prefeito do município.	Ambientalistas e mídia (Jornal O Liberal, de Americana e Jornal de Piracicaba)
Movimentos formados	“Campinas contra a usina pichelétrica da CESP”	“Diga não à Carioba II”
Atuação da sociedade	Através de manifestações, debates e reuniões. Intenção de realização de plebiscito. Carta com 30 mil assinaturas enviada à Embaixada do Japão solicitando a não liberação da verba para a construção da usina.	Através das Audiências Públicas, protestos e mídia. Tentativa de realização de plebiscito. Carta com 64,3 mil assinaturas enviada ao Governador solicitando sua intervenção para impedir a construção da usina.
Benefícios para a região	Geração de emprego e desenvolvimento	Geração de empregos, renda e crescimento e ampliação industrial.
Prejuízos para a região	Chuva ácida, escassez da água pela utilização do Rio Jaguari	Poluição ambiental, escassez da água pela utilização da Bacia do Rio Piracicaba
Argumentos dos “pró-usina”	Combater o racionamento de energia que poderá atingir o país entre 1993 e 1997 e utilização de combustível de baixo custo	Preocupação com o racionamento.
Alternativas dos “contra-usina”	Não foram propostas	Investimento em outras formas de geração de energia elétrica que não utilizem a água do Rio Piracicaba, como energia eólica.

Fonte: Elaboração própria

Uma vez definidos e historiados os empreendimentos escolhidos para o estudo proposto nesta dissertação, passou-se à aplicação da metodologia definida no Capítulo 3, desenvolvendo-se cada uma das etapas estabelecidas.

Etapas 1: Escolha dos jornais a serem analisados:

De acordo com os parâmetros de tiragem e periodicidade adotados para seleção dos jornais locais relativos ao empreendimento de Paulínia foi escolhido o Jornal de Paulínia, semanal e com uma tiragem de 10 mil exemplares/semana, já que os demais jornais do município, A Tribuna e Correio Paulinense, também semanais, possuem uma tiragem de 4 mil e 5 mil exemplares/semana, respectivamente.

Fundado em 07 de maio de 1966, apenas dois anos após a emancipação do município de Paulínia, o Jornal de Paulínia possui 100% de suas vendas realizadas em bancas. Quando foi fundado recebeu o nome de “Jornal do ACP”, já que circulava em Artur Nogueira, Cosmópolis e Paulínia. Recebeu esse nome por sugestão do prefeito da cidade na época, José Lozano de Araújo, que queria fazer uma referência à região do ABC paulista. Entretanto, na década de setenta o semanário foi desmembrado em três publicações distintas: “Jornal de Paulínia”, “Jornal de Cosmópolis” e “Tribuna de Artur Nogueira”, sendo que desses apenas o Jornal de Paulínia está ativo. Até hoje o Jornal de Paulínia é editado pela Empresa Gráfica Jornal do ACP.

Para a análise local do empreendimento de Americana foram selecionados os dois maiores jornais do município: O Liberal e Todo Dia. Pelo critério de maior tiragem o indicado foi o Jornal Todo Dia, diário e com aproximadamente 20 mil exemplares/dia, atingindo 14 municípios da região de Americana. Entretanto, o espaço dado ao tema considerado foi muito maior no jornal O Liberal, também diário, razão pela qual se optou pela troca, como será relatado posteriormente.

O jornal O Liberal, publicado pela Empresa Editora O Liberal Ltda., foi fundado em 01 de junho de 1952 e atende os municípios de Americana, Santa Bárbara D’Oeste, Nova Odessa e Sumaré. Possui uma tiragem de 15 mil exemplares por dia, chegando a 20 mil aos domingos. No início eram apenas duas edições por semana e hoje circula de terça-feira a domingo. Possui os

suplementos D!, Especiais, Liberalzinho, Saúde e Teen+; e as seguintes editorias: Caderno L com informações sobre cultura, Cidades, Esportes, Motor, Opinião e Polícia.

Quanto à análise regional dos empreendimentos, a opção foi o jornal Correio Popular. Localizado em Campinas, este jornal diário abrange 21 municípios da Região Metropolitana de Campinas e possui uma tiragem de 42 mil exemplares/dia, chegando a 55 mil aos domingos.

O Correio Popular é o jornal líder de Campinas, com 295 mil leitores (72% dos leitores de jornais da cidade). Pertence à Rede Anhangüera de Comunicação, responsável também pela publicação dos jornais Diário do Povo, Gazeta do Cambuí, Gazeta de Piracicaba, Gazeta de Ribeirão, da revista Metrôpole, que é ainda proprietária da Agência Anhangüera de Notícias (AAN), do portal Cosmo On-Line, da gráfica e bureau GrafCorp e do instituto de pesquisas DataCorp. Foi fundado em 1927, por Álvaro Ribeiro, que redigiu um lema o qual permanece estampado até hoje no expediente do jornal: "Seremos na Imprensa vigilantes fiscais da administração pública e zeladores intransigentes do direito coletivo".

Além dos cadernos tradicionais de política, economia, cidades e o Caderno C, que traz matérias sobre arte, lazer e cultura, o jornal é composto também pelos suplementos Correio Criança, que circula aos domingos, Motor, que mostra os lançamentos, reportagens sobre veículos e tabelas de preços, Turismo e ainda a Revista dominical Metrôpole. A Tabela 1 sintetiza as principais características dos jornais escolhidos para o estudo.

Tabela 1: Perfil dos jornais analisados

Veículo	Localidade	Fundação	Circulação	Periodicidade	Tiragem
Correio Popular	Campinas	04/09/1927	Regional	Diário	42 mil/dia
O Liberal	Americana	01/06/1952	Local	Diário (exceto segunda-feira)	15 mil/dia
Jornal de Paulínia	Paulínia	07/05/1966	Local	Semanal	10 mil/semana

Fonte: Elaboração própria

Etapa 2: Levantamento do material

Para o levantamento do material foi realizado contato direto com as empresas jornalísticas. No entanto, foram apresentadas inúmeras dificuldades na captação do material. O Jornal Correio Popular, primeiro a ser contatado, informou das taxas de custeio necessárias para a pesquisa, uma fixa por dia e outra por hora/pesquisa, além das cópias das matérias. Para otimização de custos buscou-se uma pesquisa nas bibliotecas da cidade, sendo que o Centro de Memórias da Unicamp (CMU) foi o que apresentou melhores condições no que se refere ao horário de funcionamento, disponibilidade do material e fácil acesso. Entretanto, para obtenção das cópias a melhor opção foi adquiri-las no próprio jornal, já que no CMU seria necessária a digitalização e impressão das mesmas, o que ocasionaria também num custo elevado e grande período de tempo. Sendo assim, as pesquisas sobre os dois empreendimentos, publicadas no Jornal Correio Popular, foram realizadas no Centro de Memórias da Unicamp.

Vale ressaltar que para a realização do trabalho de campo contou-se com a colaboração de três jornalistas bolsistas do Laboratório de Estudos Avançados de Jornalismo da Unicamp (LABJOR), indicadas pela Co-Orientadora desse trabalho.

Após dois meses de pesquisa no CMU, onde foram selecionadas 131 matérias sobre os dois empreendimentos, partiu-se para a pesquisa em Americana. De acordo com o critério de tiragem estabelecido no Capítulo 3, a opção seria o jornal Todo Dia de Americana, como já citado anteriormente. Entretanto, durante o levantamento de dados que aconteceu na Biblioteca Municipal, foi encontrado um material que continha recortes de matérias somente sobre a termoeletrica, mas relacionadas apenas ao Prefeito da Cidade na ocasião. Com esse material, no entanto, verificou-se que o jornal que abordou em maior quantidade matérias sobre a termoeletrica não era o que possuía a maior tiragem, mas o jornal mais antigo da cidade, O Liberal. Após a constatação desse fato, através da realização de pesquisa nos dois jornais num período por três meses, optou-se pela pesquisa definitiva no jornal O Liberal. As pesquisas na Biblioteca Municipal de Americana levaram um mês para serem concluídas. Foram selecionadas 383 matérias no Jornal O Liberal, entre os anos de 1999 e 2006.

A última pesquisa de campo aconteceu no Jornal de Paulínia, pois nem a Biblioteca Municipal, nem a Prefeitura possuíam os exemplares completos do jornal nas datas necessárias para a pesquisa. Nesse trabalho, que levou um dia para ser concluído, foram selecionadas 23 matérias sobre a Termoelétrica de Paulínia finalizando-se, dessa forma, a etapa de pesquisa de campo com 537 matérias no total dos dois empreendimentos, nos três jornais examinados. O Anexo II mostra exemplos das matérias pesquisadas em cada jornal, para os dois empreendimentos. A Tabela 2 apresenta as quantidades de matérias obtidas nos quatro anos considerados para cada empreendimento, por jornal analisado.

Tabela 2 – Total de matérias divulgadas nos dois eventos

	Termoelétrica de Paulínia		Termoelétrica de Americana	
	Jornal regional	Jornal local	Jornal regional	Jornal local
Ano 1	26	11	3	48
Ano 2	9	3	59	224
Ano 3	14	4	7	55
Ano 4	12	5	1	56
Total por jornal	61	23	70	383
Total Geral	537 matérias			

Fonte: Elaboração própria

Etapa 3: Classificação prévia do material

Durante a fase de levantamento de dados foi realizado o preenchimento de uma tabela para uma primeira classificação do material, contendo o total de páginas do jornal no dia da veiculação da matéria, data em que a matéria foi veiculada, localização no jornal com a indicação do número da página e do caderno, nome do autor e título da matéria. Esses dados primários constituem a base de todo o trabalho realizado e estão apresentados no Anexo III desta dissertação.

Etapa 4 – Classificação detalhada do material

De acordo com a metodologia estabelecida, os jornais foram analisados compreendendo o período de acontecimento dos fatos, constando pesquisas três meses antes e três meses após o término de ocorrência dos empreendimentos. Vale ressaltar que o empreendimento de Americana foi oficialmente apresentado à população em março de 2000, tendo o seu término também oficial em 2003. Entretanto, a primeira matéria encontrada foi em outubro de 1999 e a última em abril de 2006. Por isso, para efeito de análise e comparação temporal dos dois eventos foi considerada a identificação da seguinte forma: Ano 1, Ano 2, Ano 3 e Ano 4 para cada um dos empreendimentos, sendo que para Paulínia esta seqüência corresponde respectivamente a 1989, 1990, 1991 e 1992 e para Americana 1999 e 2000 (agrupados), 2001, 2002 e 2003, 2004, 2005, 2006 (agrupamento destes 4 últimos anos).

Para verificação da importância dada ao assunto em cada jornal foi realizada uma quantificação das matérias nas principais páginas dos veículos (Tabela 3).

Tabela 3 – Localização das chamadas de capa e das matérias

Localização	Termoelétrica de Paulínia		Termoelétrica de Americana	
	Jornal regional	Jornal local	Jornal regional	Jornal local
Chamadas de Capa	10	06	11	163
Capa	--	04 ¹	--	24 ²
Editorial	--	1	--	2
Opinião	4	5	7	86
Local/Cidades/Região	39	--	61	264
Geral/Brasil	12	13	--	1
Especial/Meio Ambiente	5	--	--	2
Outros (anúncio, economia, contra-capa)	1	--	2	4
Total de matérias	61	23	70	383

1 Matérias publicadas na íntegra na capa do jornal.

2 Editoriais publicados nas capas; após alterações no projeto gráfico do jornal, passou à página 2.

Fonte: Elaboração própria

A importância da opinião pública nos dois eventos justificou um detalhamento das matérias classificadas como Opinião durante os respectivos períodos de ocorrência, mostrado na Tabela 4.

Tabela 4 – Total de matérias Opinião divulgadas nos dois eventos

	Termoelétrica de Paulínia		Termoelétrica de Americana	
	Jornal regional	Jornal local	Jornal regional	Jornal local
Ano 1	5	0	0	10
Ano 2	0	1	7	62
Ano 3	0	3	0	7
Ano 4	0	0	0	7
Total de matérias	5	4	7	86

Fonte: Elaboração própria

É necessário destacar também o envolvimento de cada agente nas matérias divulgadas, através de uma quantificação quanto aos seus autores (Tabela 5).

Tabela 5 – Autor das matérias

	Termoelétrica de Paulínia		Termoelétrica de Americana	
	Jornal regional	Jornal local	Jornal regional	Jornal local
Jornalistas	58	20	67	329
Especialistas/Cientistas	1	1	2	18
Empresários	--	--	1	9
Cidadão Comum	2	--	--	13
Políticos	--	1	--	7
Publicidade	--	--	--	4
Colaborador	--	1	--	3
Total das matérias	61	23	70	383

Fonte: Elaboração própria

Foram dimensionadas (porcentagem de área de cada reportagem em relação à área da mancha total da página) ainda as matérias veiculadas antes, após e no dia em que aconteceram as audiências públicas no evento de Americana (Tabelas 6, 7, 8 e 10). Foram realizadas quatro audiências públicas, todas no ano de 2001, sendo a primeira no município de Limeira, em 24 de maio, a segunda em Paulínia, no dia 29 de maio, a terceira em Piracicaba, em 4 de junho e a quarta e última em Americana, no dia 19 de setembro. Há que considerar a data de 7 de junho do mesmo ano em que aconteceria a quarta audiência, mas que foi cancelada e remarcada para setembro (Tabela 9). No evento de Paulínia não foram realizadas audiências públicas.

Para quantificação das matérias em percentual foi feita a contagem cm/coluna encontrando-se primeiramente a área da página, em seguida a área da matéria e, por fim, a razão entre elas. Esse método foi aplicado somente para as matérias em que se dispunha da página inteira, como foi o caso do jornal Correio Popular que, apesar da página estar reduzida, encontrava-se em sua totalidade. Nos casos em que as matérias foram tiradas em partes (somente a matéria, sem conter a página inteira) foi necessária a contagem linhas/coluna, encontrando primeiramente uma equivalência de determinada matéria que estava em sua totalidade e, dessa forma, realizada a razão entre elas.

Tabela 6 – Primeira audiência pública (24/maio/2001)

Data	Caderno	Jornal regional %	Jornal local %
9/maio	Cidades	14,6	--
19/maio	Capa	--	7,2
	Cidades	--	28,0
	Opinião	--	2,6
24/maio (quinta-feira)	Capa	9,0	--
	Cidades	100,0	--
25/maio	Cidades	40,0	--

Fonte: Elaboração própria

Tabela 7 – Segunda audiência pública (29/maio/2001)

Data	Caderno	Jornal regional %	Jornal local %
29/maio (terça-feira)	Cidades	7,2	--
30/maio	Capa	--	36,3
	Cidades	29,8	28,2

Fonte: Elaboração própria

Tabela 8 – Terceira audiência pública (4/junho/2001)

Data	Caderno	Jornal regional %	Jornal local %
04/junho (segunda-feira)	Cidades	28,8	Não circula
05/junho	Capa	--	24,5
	Cidades	--	68,0

Fonte: Elaboração própria

Tabela 9 – Cancelamento da quarta audiência pública (7/junho/2001)

Data	Caderno	Jornal regional %	Jornal local %
07/junho (quinta-feira)	Cidades	7	--
8/junho	Capa	3	38
	Cidades	40,2	82,2 (pg. 4) e 66,2 (pg. 5)
	Charge	--	10,0
12/junho	Capa	--	8,7
	Cidades	--	39,9
14/junho	Capa	--	8,5
	opinião	--	13,1

Fonte: Elaboração própria

Tabela 10 – Quarta audiência pública (19/setembro/2001)

Data	Caderno	Jornal regional %	Jornal local %
23/agosto	Capa	--	2,7
	Cidades	14,0	44,8
04/setembro	Cidades	--	29,3
11/setembro	Capa	--	2,5
	Cidades	--	30,7
13/setembro	Cidades	--	5,7
18/setembro	Cidades	--	88,9
19/setembro (quarta-feira)	Capa	--	8,5
	Cidades	--	44,6
	Opinião	--	17,5
20/setembro	Capa	--	32,4
	Cidades	5,1	79,5 (pg. 4) e 38,0 (pg. 5)
21/setembro	Capa	--	33,3
	Cidades	--	64,8

Fonte: Elaboração própria

Também foi realizada a tabulação de dados quanto à tendência das matérias, se divulgadas em sua maior parte no início dos projetos, durante as audiências públicas ou no fim dos empreendimentos (Tabela 11).

Tabela 11 – Tendências das matérias – em quantidade

	Termoelétrica de Paulínia		Termoelétrica de Americana	
	Jornal regional	Jornal local	Jornal regional	Jornal local
Implantação dos projetos	4	2	1	10
Audiências Públicas	--	--	10	18
Fim dos projetos	5	1	2	8

Fonte: Elaboração própria

Foi realizada ainda a quantificação das matérias que destacaram o tema meio ambiente (Tabelas 12 e 13). Para tanto, foram selecionadas duas matérias por mês, uma a cada quinzena, considerando sempre a primeira matéria sobre o empreendimento em cada um destes períodos. Não participaram dessa seleção as matérias opinativas (editoriais, artigos assinados, charges) por se considerar que, na maioria destes casos, já trazem o apelo inerente ao tema meio ambiente.

Tabela 12 – Meio Ambiente – em quantidade

	Termoelétrica de Paulínia		Termoelétrica de Americana	
	Jornal regional	Jornal local	Jornal regional	Jornal local
Ano 1	7	4	3	8
Ano 2	1	1	4	11
Ano 3	5	3	3	10
Ano 4	3	3	1	12

Fonte: Elaboração própria

Tabela 13 – Meio Ambiente – em percentual

	Termoelétrica de Paulínia		Termoelétrica de Americana	
	Jornal regional	Jornal local	Jornal regional	Jornal local
Ano 1	87,5	57,1	100,0	61,5
Ano 2	33,3	100,0	44,4	91,7
Ano 3	83,3	100,0	100,0	83,3
Ano 4	60,0	75,0	100,0	80,0

Fonte: Elaboração própria

Capítulo 5

Análise dos Resultados

Através do levantamento de dados realizado no Capítulo 4 e com a aplicação da metodologia estabelecida no Capítulo 3, importantes análises podem ser feitas para melhor discussão e comprovação da participação na mídia impressa (jornais) na definição de empreendimentos energéticos.

Primeiramente, se faz necessária uma contextualização temporal dos dois empreendimentos analisados, o que possibilitará uma comparação mais efetiva do envolvimento da opinião pública em cada um deles. (Quadro 2).

Quadro 2: Concepções gerais dos empreendimentos analisados

	Termoelétrica de Paulínia	Carioba II - Americana
Período de ocorrência	1989 – 1992	2000 – 2003
Contextualização nacional	Pré Eco-92	Pós Protocolo de Kyoto e Rio +10
Agentes envolvidos	Governo, mídia, população e ambientalistas.	Empresas, governo, ONGs, entidades civis, mídia e população
Conflito gerado	Questão ambiental	Questão ambiental
Desfecho	Cancelado	Cancelado

Fonte: Elaboração própria

Há que se considerar ainda alguns fatos importantes que nortearam os dois eventos: enquanto que o evento de Americana estava inserido na preocupação e proteção do meio ambiente, situado entre a III Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Protocolo de Kyoto) e a Rio +10 (o balanço da Rio-92), o evento de Paulínia ainda contava com os resquícios da Conferência de Estocolmo, na qual a proteção ambiental estava aquém do desenvolvimento e progresso. Com isso, fica evidente a preocupação para que o desenvolvimento chegue a todos, mesmo que isso coloque em risco a proteção do meio ambiente. Entretanto, exatamente discutindo esta problemática é que acontece a Rio-92, onde se propõe um desenvolvimento de forma sustentável, com defesa do meio ambiente. Dessa forma, durante a Conferência da Rio-92 o então Governador de São Paulo, Luiz Antonio Fleury Filho, indagado sobre as propostas da Conferência a qual participava e os objetivos do empreendimento de Paulínia, anunciou o seu cancelamento, enquanto os técnicos da CESP tratavam as questões de adaptações, concomitantemente, com os financiadores no Japão.

A participação da mídia nos dois empreendimentos foi ativa, mas houve diferenças na cobertura em função da característica do jornal (local ou regional) e também devido à época dos acontecimentos (Gráficos 1 e 2). No caso de Paulínia em ambos os jornais a distribuição das matérias apresenta um declínio ao longo do tempo, desde a divulgação de sua construção até o seu cancelamento (Gráfico 1). Constata-se claramente o predomínio, em termos de quantidade de matérias jornalísticas publicadas, do jornal regional em relação ao local. Já no evento de Americana verifica-se o contrário, com amplo predomínio do jornal local sobre o regional. A variação temporal neste caso não segue a tendência do caso anterior, pois há um grande crescimento da cobertura jornalística no período (ano) das audiências públicas (A.P. no Gráfico 2), que não existiram no caso de Paulínia. Esta diferença fica evidente na comparação da cobertura do jornal regional em relação a ambos os eventos (Gráfico 3).

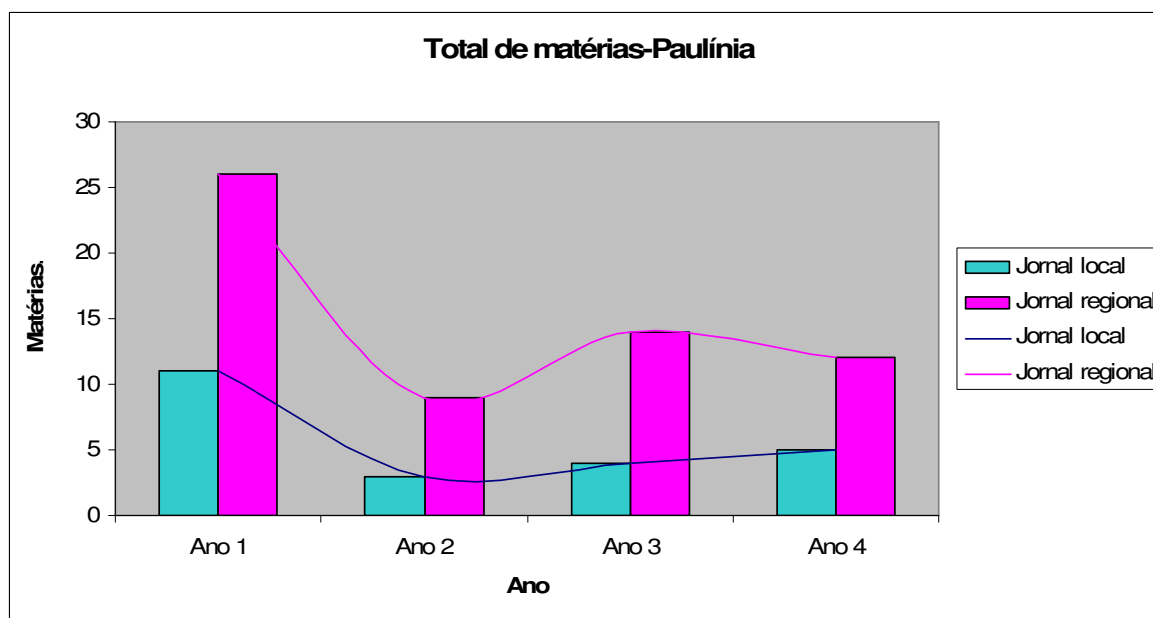


Gráfico 1 – Espaço ocupado nos jornais regional e local – Paulínia

Fonte: Elaboração própria

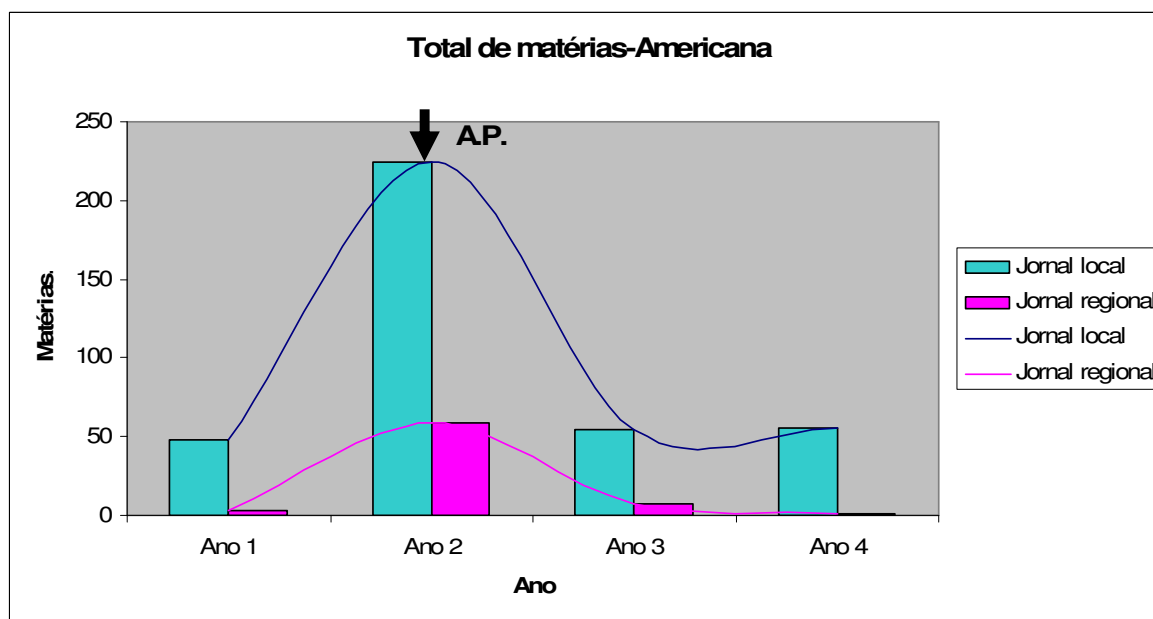


Gráfico 2 – Espaço ocupado nos jornais regional e local – Americana

Fonte: Elaboração própria

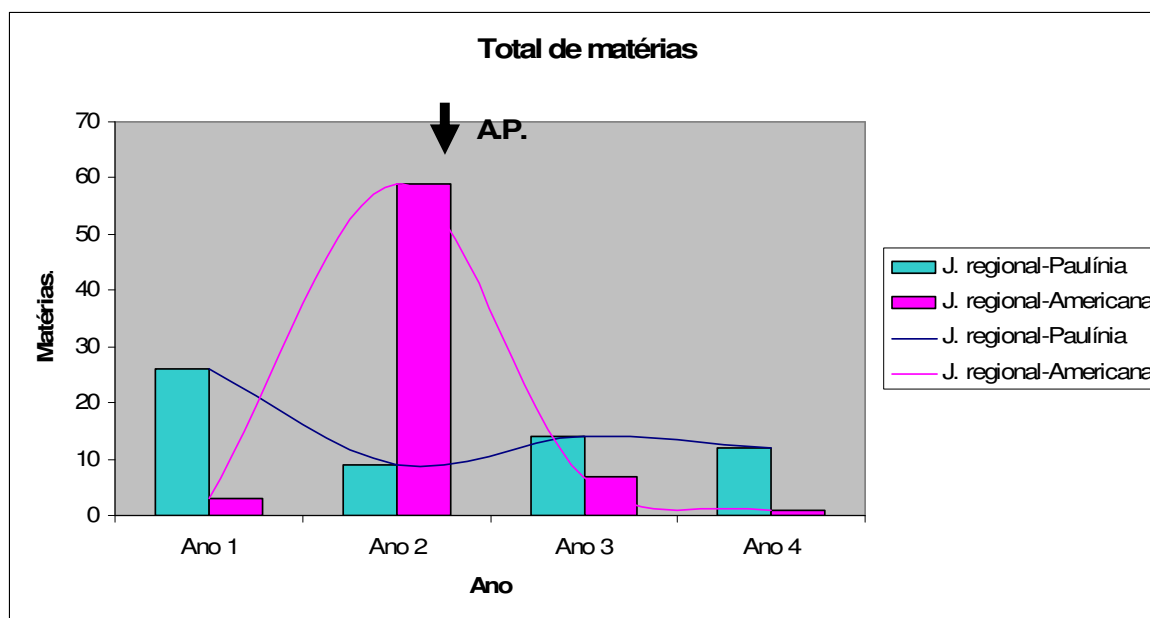


Gráfico 3 – Espaço ocupado no jornal regional – Paulínia e Americana

Fonte: Elaboração própria

Fica, portanto, evidente nesta análise o efeito que tem as audiências públicas na participação da mídia (jornais) na discussão dos empreendimentos energéticos. De fato, como frisado no Capítulo 2, no atual modelo de licenciamento destes empreendimentos as audiências públicas se constituem no momento de maior participação da opinião pública, de maior debate deste tema na sociedade, fato este refletido e amplificado pela participação da mídia.

Não existindo as audiências públicas, seria de se esperar em eventos desta natureza, onde uma grande variedade de conhecimentos especializados é requerida (sobre sistemas energéticos, meio ambiente, disponibilidade de recursos hídricos, análises de custo, geração de emprego, etc.), o comportamento para a quantidade de matérias divulgadas na mídia, principalmente através dos jornais (material impresso), mostrado no Gráfico 1. De fato, o decréscimo no número de matérias se justifica tanto do ponto de vista da empresa jornalística (o assunto “esfria” ao longo do tempo e vai perdendo espaço para outras matérias mais “quentes”) como da efetiva divulgação do assunto, uma vez que no início há um grande número de temas a serem tratados e pessoas a serem ouvidas, mas com o tempo as novas informações tratarão cada vez mais de detalhes e especificidades e os entrevistados acabarão se repetindo.

Além dessas observações, é importante notar que a quantidade total de matérias divulgadas pelo jornal regional nos dois eventos não foram significativamente diferentes, tendo havido um pequeno aumento, inferior a 13%, no caso de Americana (61 no caso de Paulínia e 70 no caso de Americana).

Com relação à localização das matérias nos diferentes cadernos dos jornais, a Tabela 12 mostra que o assunto foi tratado primordialmente no caderno Local/Cidades/Região, com exceção do Jornal de Paulínia, que não possui este caderno e tratou o tema no seu caderno Geral.

Tabela 14 – Localização das matérias – em percentual

	Termoelétrica de Paulínia		Termoelétrica de Americana	
	Jornal regional	Jornal local	Jornal regional	Jornal local
Capa	0,0	17,4	0,0	6,3
Editorial	0,0	4,3	0,0	0,5
Opinião	6,6	21,7	10,0	22,5
Local/Cidades/Região	63,9	0,0	87,1	68,9
Geral/Brasil	19,7	56,5	0,0	0,3
Especial/Meio Ambiente	8,2	0,0	0,0	0,5
Outros (anúncio, economia, contra-capá)	1,6	0,0	2,9	1,0
Total das matérias	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria

Quanto à questão da participação da opinião pública nas matérias dos jornais, o esperado é um maior espaço nos jornais locais em relação ao jornal regional. Isto de fato foi verificado no caso do evento de Americana, mas não no de Paulínia (Gráficos 4 e 5). Pode-se compreender estes resultados lembrando que a participação da opinião pública nos processos de tomada de decisão nacionais vêm crescendo desde o final do regime militar. Da mesma forma, as questões ambientais têm sido também objeto de crescente preocupação e conscientização de toda a sociedade. Portanto, no evento de Americana, mais recente, houve uma maior participação da opinião pública local.

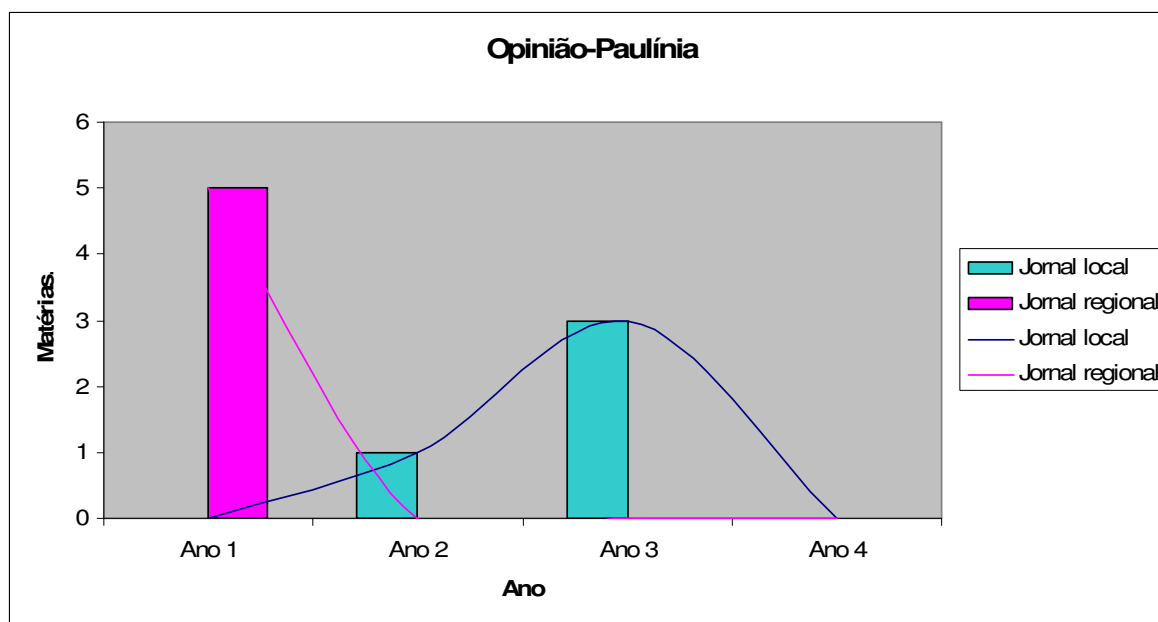


Gráfico 4 – Espaço ocupado por Opinião nos jornais regional e local – Paulínia

Fonte: Elaboração própria

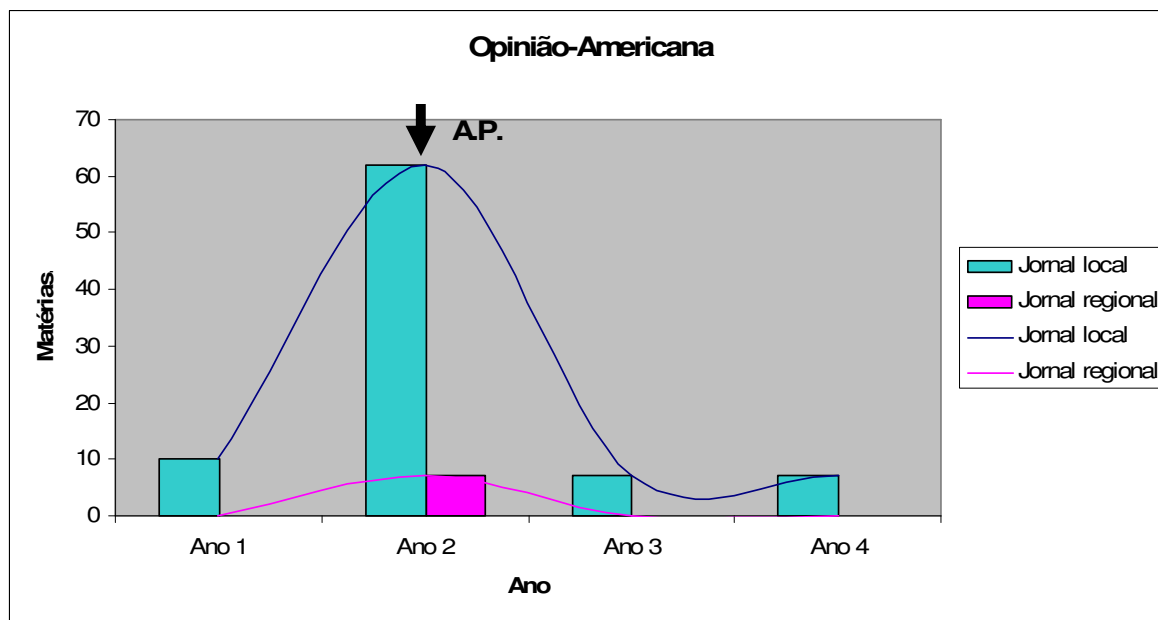


Gráfico 5 – Espaço ocupado por Opinião nos jornais regional e local – Americana

Fonte: Elaboração própria

Também neste caso ficou evidente o efeito das audiências públicas, talvez de forma ainda mais acentuada. O jornal regional, apesar de ter tido uma quantidade muito semelhante de matérias do tipo Opinião, distribuiu-as de forma totalmente diferente nos dois casos (Gráfico 6). O efeito das audiências públicas foi fundamental para definir o momento em que estas matérias apareceram de forma significativa no jornal.

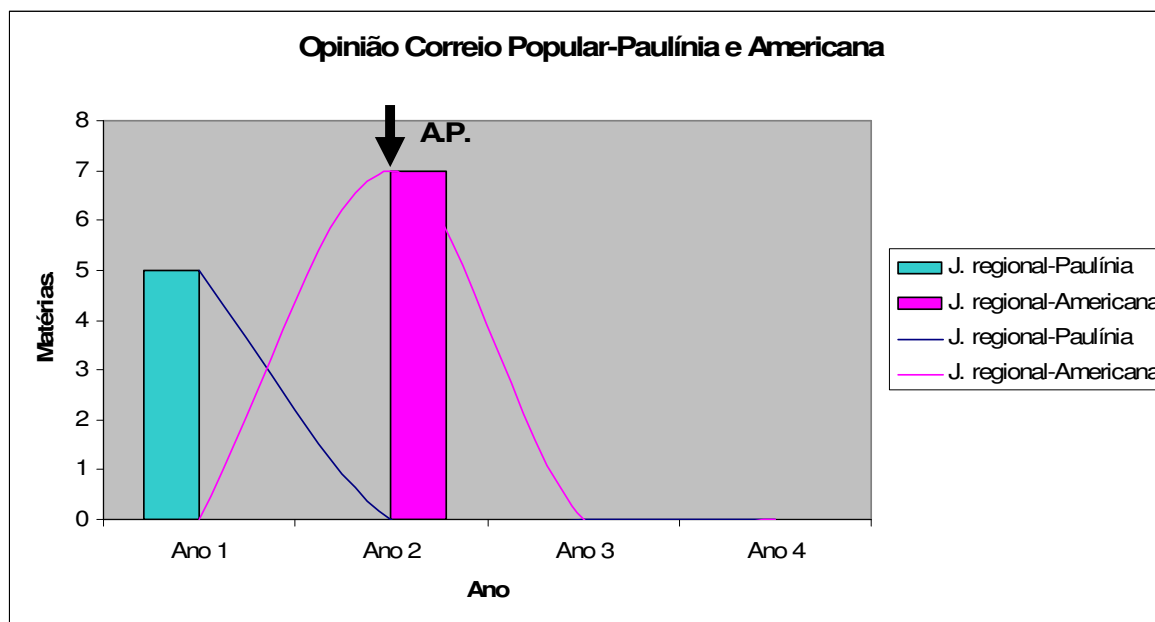


Gráfico 6 – Espaço ocupado por Opinião no jornal regional – Paulínia e Americana

Fonte: Elaboração própria

Aprofundando-se um pouco mais a análise sobre as audiências públicas, realizadas apenas no caso de Americana, observou-se que em relação ao espaço (área física) ocupado pelas matérias nos dias próximos (anteriores e subsequentes) às audiências públicas, não houve um padrão ou uma tendência específica, tanto no jornal local como no regional, de destaque anteriormente, no dia ou posteriormente às datas das audiências (Tabelas 6 a 10). Da mesma forma, não se pôde correlacionar os dias das matérias com percentuais ocupados em relação ao espaço total disponível (mancha da página), indicando que a área dos jornais foi utilizada de acordo com a disponibilidade de matérias em cada dia.

Analisando-se os percentuais utilizados no jornal local e no regional, observa-se a mesma tendência constatada quanto ao número de matérias, ou seja, um destaque maior dado pelo jornal

local, tendo ocorrido uma única vez (Tabela 7, em 30/05/2001) onde o percentual do jornal regional foi superior ao do jornal local, mesmo assim por pequena margem (29,8% contra 28,2%).

Em relação ao conteúdo das matérias jornalísticas, não foi efetuada uma análise extensiva, envolvendo diversos aspectos e temas que poderiam ser considerados, em vista do reduzido tempo e espaço disponível para a conclusão de uma dissertação de mestrado. Buscou-se analisar e determinar a temática previamente observada como preponderante, ou seja, as questões ambientais relacionadas aos empreendimentos. De fato, os resultados obtidos (Tabelas 12 e 13) comprovaram esta observação nos dois casos considerados, tanto no jornal local como no regional, de forma até mais surpreendente do que a esperada, pois envolveram em média percentuais elevados (próximos de 80%) do total de matérias amostradas (Tabela 13).

No caso do jornal regional, a comparação dos percentuais de matérias tratando das questões ambientais nos dois eventos revela um aumento perceptível entre o caso de Paulínia (média de 66%) e de Americana (média de 79%), corroborando a idéia já exposta anteriormente de que entre os dois casos houve um crescimento do interesse público pelas questões ambientais, mesmo considerando-se que no ano de 2001 ocorreu o advento da crise energética denominada “Apagão de 2001”, como também já mencionada.

Todo o material recolhido, catalogado e disponibilizado permite ainda uma série de outras análises e abordagens, mas que necessitariam de maiores pesquisas de campo, detalhamentos mais profundos dos conteúdos das matérias e outras pesquisas bibliográficas, o que está além do escopo deste trabalho.

Capítulo 6

Conclusões e Sugestões para os próximos trabalhos

Após análise dos dados apresentados no que se refere à participação da mídia (jornais) na definição dos empreendimentos energéticos analisados, nota-se uma significativa cobertura pelos jornais, dada à importância e época de acontecimento dos fatos, com algumas diferenças entre os dois eventos. Esta análise permite algumas importantes conclusões:

1- Normalmente a intensidade da cobertura jornalística a este tipo de evento é menor nos órgãos de imprensa nacionais (não considerados neste trabalho), aumentando nos órgãos regionais e sendo ainda maior nos locais, como foi observado no caso de Americana, mas não no de Paulínia. Na época do projeto de Paulínia as questões ambientais tinham menor importância e o processo das audiências públicas ainda não tinha ganhado a importância devida. Este fato também justifica um maior interesse do jornal regional pela questão do projeto de Americana, mesmo que isso tenha ocorrido de forma pouco significativa (aumento da cobertura em 13%). A cobertura dos jornais nacionais a estes eventos poderá ser objeto de estudos futuros.

2- O outro efeito esperado, de redução da cobertura ao longo do tempo, conforme o assunto vai ficando saturado e “esfriando”, pôde ser verificado claramente no caso de Paulínia, mas não no caso de Americana, onde as audiências públicas tiveram um papel significativo na determinação da intensidade da cobertura jornalística. Portanto, em termos de cobertura jornalística há que se considerar cada caso um caso específico.

3- No atual modelo de licenciamento dos empreendimentos energéticos, o papel desempenhado pela mídia (jornais) se sobressai nos períodos próximos às audiências públicas. De fato, este é o principal momento de participação da opinião pública e os jornais vão expressar este momento e contribuir de forma significativa para a divulgação de fatos e informações, contribuirá para a organização e manifestação dos movimentos populares, bem como para que os empreendedores esclareçam as vantagens dos projetos. O papel desempenhado por outros tipos de mídia nos eventos estudados não foi considerado neste trabalho, mas supõe-se com alguma segurança que em termos de cobertura jornalística eles tiveram o mesmo comportamento. Ficou evidenciada, portanto, a importância do período das audiências públicas na definição dos empreendimentos energéticos, sendo a mídia um reflexo deste momento.

4- Através da leitura do conteúdo das reportagens, percebe-se que o principal tema abordado pela mídia (jornais) é sobre o meio ambiente, ou seja, são as questões relacionadas às emissões atmosféricas das termoeletricas e do uso dos recursos hídricos que predominam nas matérias dos jornais considerados. Ainda quanto a este tema, percebe-se pela importância relativa dada pelo jornal regional nos dois casos, que houve um aumento no trato das questões ambientais no evento de Americana, mais recente, refletindo o aumento do interesse da sociedade sobre este assunto nos últimos anos. Desta forma, ficou demonstrada a necessidade dos empreendedores energéticos contarem com comunicadores sociais com formação em questões ambientais. De qualquer maneira, novos estudos sobre como é formada a opinião pública acerca das questões ambientais devem ser efetuados devido à importância deste tema.

5- Verificou-se ainda que a maior parte das reportagens jornalísticas nos dois eventos considerados foi realizada por jornalistas dos próprios órgãos, não servindo estes jornais como “tribuna livre” para a sociedade. Portanto, evidenciou-se a grande importância dos órgãos de imprensa possuir em seus quadros jornalistas com formação adequada, com conhecimentos sobre jornalismo científico, envolvendo os diversos aspectos presentes nestes tipos de empreendimentos.

Vale ressaltar que neste trabalho não foi realizada uma análise mais profunda quanto ao conteúdo das matérias, não devido à falta de material coletado, mas por não estar inserido no escopo desta dissertação, sendo perfeitamente possível sua realização em trabalhos futuros. Uma

dessas análises seria uma avaliação referente à ética e à isenção dos jornalistas e veículos de comunicação na elaboração das matérias, bem como ao suporte técnico e econômico utilizado para esta finalidade. De fato são conhecidos inúmeros casos onde se colocou em dúvida a isenção das mídias em temas polêmicos, acusadas de possuírem interesses próprios, condicionando e conduzindo as matérias jornalísticas segundo estes interesses.

Outro aspecto relevante diz respeito à preparação dos jornalistas na realização das matérias. Assim, outro ponto interessante a ser considerado numa futura análise seria quanto à natureza das informações, ou seja, o quanto há nessas matérias de científico, se aconteceram e como aconteceram as explicações sobre o funcionamento dos empreendimentos, se foram utilizados elementos contextuais, como gráficos, tabelas, fotos ou esquema explicativos e se houve uma preocupação quanto à tradução dos termos técnicos.

Por tudo isso, evidencia-se que para todas as decisões a serem tomadas no âmbito das sociedades democráticas, cada um dos atores envolvidos luta e defende seus interesses dentro da sua legitimidade. Cada um desses atores tem uma forma de disseminar e divulgar suas opiniões e manifestar seus interesses. O da sociedade é através da mídia e a mídia também tem seus interesses próprios, mas também tem que exercer sua função social e sustentar sua credibilidade.

Assim, quando se fala em energia, desenvolvimento e meio ambiente, verifica-se o quão complexa é essa inter-relação, pois como se sabe a busca pelo progresso (desenvolvimento) necessita da disponibilidade de energia e outros recursos naturais que, para tanto, provocam grandes impactos ambientais sobre as populações, o que pode significar uma perda da qualidade de vida que reduz, ou até mesmo elimina, os benefícios até então obtidos com o desenvolvimento econômico. Como os ganhos e as perdas em geral não são distribuídos de forma homogênea entre toda a sociedade, surgem conflitos inevitáveis em todas as propostas de empreendimentos econômicos e mais notadamente no caso dos energéticos. Nas sociedades democráticas as discussões e as posteriores tomadas de decisão sobre tais empreendimentos exigem um amplo debate público, onde todos os aspectos devem ser considerados, como os técnicos, econômicos e ambientais entre outros. O que se tem visto, principalmente no Brasil, é que estes debates não são nada fáceis e conflitos dessa natureza têm criado significativos problemas sociais e políticos.

É neste quadro que os meios de comunicação têm sua contribuição a dar, pois se publicadas informações devidamente respaldadas e confiáveis, certamente ajudarão para que a sociedade tenha uma visão correta da questão, mesmo que seja impossível o estabelecimento de um consenso. Como o desejável é se tomar a melhor decisão, ou seja, aquela que traga maiores benefícios com os menores impactos para toda a sociedade, o conhecimento da correta dimensão dos aspectos envolvidos é de fundamental importância, pois impede decisões que beneficiem apenas alguns grupos.

Os conflitos citados neste trabalho servem como âncora para mostrar como uma proposta de empreendimento pode causar grandes debates e discussões, principalmente no que se refere à questão ambiental, que é justamente quando se dá mais notadamente uma maior participação da sociedade. Assim, se a população não tem os conhecimentos necessários e uma opinião crítica, que a imprensa certamente pode ajudar a formar, além de se posicionar radicalmente contra uma questão em que, inclusive ela, poderia ser beneficiada, ainda pode ser facilmente manipulada, como aconteceu no caso de Americana, em que a população recebia alguns “presentes” para manifestar seu apoio à usina. Desta maneira, como já manifestou BÔA NOVA (1985), “o ponto crucial está em ampliar a participação da população na tomada de decisões que lhe dizem respeito, o que implica o acesso às informações, o debate aberto das alternativas, a livre manifestação das preferências e o poder de fazer valer as escolhas da maioria”.

Casos como os das termoeletricas de Americana e Paulínia devem ser divulgados pela mídia sem sensacionalismos, de forma que o receptor tenha o verdadeiro entendimento das vantagens e dos “porquês” dos problemas e assim ser capaz de pensar alguma possível negociação. A mídia é nesse aspecto o agente utilizado pela sociedade para exprimir suas idéias e opinião. Daí a sua grande responsabilidade e, por isso, deve ter uma atitude séria e comprometida, principalmente no que tange aos problemas da sociedade, buscando como fontes pessoas qualificadas, notadamente quando se tratar de assuntos mais complexos, como no caso dos benefícios e prejuízos quando da implantação de determinado empreendimento energético. Dessa forma o nível de debate e de discussões será mais elevado e, conseqüentemente, as possibilidades de erros nas tomadas de decisão serão mínimas.

Empreendedores, mídia e sociedade devem se unir na busca pelo ideal: mínimo de prejuízos para o mínimo de pessoas e máximos de benefícios para o máximo número de pessoas. Em questões como as abordadas neste trabalho, principalmente a ambiental, não há ganhadores ou perdedores, pois não há uma solução única, mas uma negociação pela busca da melhor opção para aquela sociedade, naquele momento, para aquelas condições.

Referências Bibliográficas

AB'SABER, A N. **Bases conceituais e papel do conhecimento na previsão de impacto.** In AB'SABER, A N & MULLER, C. (org.). *Previsão de Impacto*, pp. 24-49. EDUSP, São Paulo, 1994.

AGÊNCIA Nacional de Energia Elétrica. Brasília, DF. Disponível em <www.aneel.gov.br>. Acesso em 07 Mar. 2006.

ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza.** São Paulo: Unesp, 1995: 22-40.

AMBIENTE Brasil. Disponível em <www.ambientebrasil.com.br>. Acesso em 14 Fev. 2006

ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. **Psico-Sociologia das Relações Públicas.** In: CORRÊA, Tupã Gomes. *Interesse público e interesse privado na dialética da opinião pública.* São Paulo, SP: ECA/USP, Comunicarte 13/14. 1989: 110-124.

Aneel dá aprovação ao projeto da termelétrica. **O Liberal.** Americana, SP. 22 jun. 2001. Cidades, p. 5.

BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. **Desenvolvimento e ambiente: questões fundamentais da sociologia contemporânea**. Humanitas, Campinas, 3(2):39-53, ago/dez, 2000.

BARTHOLO JR., Roberto. **A mais moderna das esfinges: notas sobre ética e desenvolvimento**. In: Bursztyn, Marcel (org). *A Dificil Sustentabilidade. Política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001: 13-26.

BÔA NOVA, Antonio Carlos. **Energia e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1985.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Título II, Capítulo I, Artigo 5º, XXXIII. Promulgado em 05 de outubro de 1988.

BRASIL. **Deliberação Consema nº 34/2001**, de 27 de novembro de 2001.

CAMARGO, Vera Regina Toledo. **A cultura do lazer e o papel das ONGs: o exercício da cidadania**. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (org). *Comunicação Pública*. Campinas, SP: Alínea, 2004: 159-166.

CAMARGOS, Maurício Lara. **O comunicador público. Entre o mar e o rochedo**. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (org). *Comunicação Pública*. Campinas, SP: Alínea, 2004: 147-156.

CARAPINHEIRO, Graça. **A globalização do risco social**. In: Santos, Boaventura de Souza (org). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002: 197-230.

CENTRAIS Elétricas Brasileiras - Eletrobrás. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em <www.eletrobras.com.br>. Acesso em: 03 Mar.2006.

COMISSÃO Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum*, 2. Ed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COMPANHIA Energética do Estado de São Paulo – CESP. São Paulo, SP. Disponível em <www.cesp.com.br>. Acesso em: 3 Mar. 2006.

CONSELHO Estadual do Meio Ambiente. São Paulo, SP. Disponível em <www.ambiente.sp.gov.br/consema>. Acesso em 22 Dez. 2005.

CONSELHO Nacional do Meio Ambiente. Brasília, D.F. Disponível em <www.mma.gov.br/port/conama>. Acesso em 28 Mai. 2006.

CORREIO Popular. Campinas, SP. Disponível em <www.cpopular.com.br>. Acesso em 02 Mar. 2006.

COSMO On line. Campinas, SP. Disponível em <www.cosmo.com.br>. Acesso em 02 Mar. 2006.

EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. São Paulo, SP. Disponível em <www.emplasa.sp.gov.br>. Acesso em 29 Jun. 2006.

FREIRE, Paulo. **A educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. apud OLIVEIRA, Maria José da Costa (Org). **Comunicação pública.** Campinas, SP: Alínea, 2004. p. 72.

FREITAS, Sidinéia Gomes. **Formação e desenvolvimento da opinião pública.** Campinas, SP. Comunicarte, v. 2, n. 4, p. 177-184. 1984. Disponível em <www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/opiniaopublica/0017.htm>. Acesso em 13 Dez. 2005.

GOLDEMBERG, José – **Energia, Meio Ambiente & Desenvolvimento.** São Paulo: USP, 1998.

GUADAGNIM, Rodrigo. Carioba 2 “morreu”, diz Ginetti. **O Liberal.** Americana, SP. 27 Mar. 2003. Cidades, pg. 5.

GUIMARÃES, Roberto. **Agenda 21 e desenvolvimento sustentável. Debates socioambientais.** Ano IV, n.11 – nov/fev 1998/1999.

HABERMANS, Jürgen. Comunicação, opinião pública e poder. apud OLIVEIRA, Maria José da Costa. **A questão ambiental sob a ótica das relações públicas. A atuação das empresas químicas e petroquímicas de Paulínia.** São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 1994. 169 p. Dissertação (Mestrado). p. 74.

INSTITUTO Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis. Disponível em <www.ibama.gov.br>. Brasília, DF. Acesso em 03 Mar. 2006.

KUNSCH, Margarida M. K. **Obtendo Resultados com Relações Públicas.** São Paulo: Pioneira, 1999.

LODI, João Bosco. **Lobby & holding: as bases dos poder.** São Paulo: Pioneira, 1984.

MACHADO, P. A L. **Direito Ambiental Brasileiro.** São Paulo: Malheiros Editores, 1998.

MAMMANA, G. P. **O Financiamento do setor elétrico e as políticas ambiental e de conservação de energia.** Campinas: Programa de Pós Graduação em Planejamento de Sistemas Energéticos, Faculdade de Engenharia Mecânica, Unicamp, 1994. Dissertação de Mestrado.

MARTINS, José Pedro. Fleury suspende projeto da termoelétrica de Paulínia. **Correio Popular.** Campinas, SP. 5 jun. 1992. Geral, p. 13.

MATOS, Heloiza. **Comunicação pública – democracia e cidadania: o caso do legislativo.** In: OLIVEIRA, Maria José da Costa. *Gestão pública, comunicação e cidadania: o caso da Prefeitura Municipal de Campinas.* CONGRESSO ANUAL DE CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 26. 2003. Belo Horizonte, MG: Núcleo de Relações Públicas e Comunicação Organizacional.

MATTOZO, Vânia; CAMARGO, C. Celso de Brasil. **Energia, ambiente e mídia: qual é a questão?** Florianópolis, SC: Ed. Da UFSC, 2005.

MEADOWS, Dennis L., MEADOWS, Donella H., RANDERS, J. & BEHRENS, William W. **1972. Limites do crescimento- um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade.** São Paulo, Ed. Perspectiva.

MELO, José Marques de. **Comunicação, opinião pública, desenvolvimento.** In: OLIVEIRA, Maria José da Costa. **A questão ambiental sob a ótica das relações públicas. A atuação das empresas químicas e petroquímicas de Paulínia.** São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 1994. 169 p. Dissertação (Mestrado). p. 74.

_____. **Estudos de Jornalismo Comparado.** São Paulo, SP: Pioneira, 1972. apud GUIMARÃES, Eduardo (Org). **Produção e Circulação do Conhecimento.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2003. pg. 137.

_____. **Quando a ciência é notícia.** São Paulo, SP: ECA/USP, 1986. apud GUIMARÃES, Eduardo (Org). **Produção e Circulação do Conhecimento.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2003. pg. 137.

MINISTÉRIO de Minas e Energia. Brasília, DF. Disponível em <www.mme.gov.br>. Acesso em 18 Jan. 2006.

MINISTÉRIO do Meio Ambiente. Brasília, DF. Disponível em <www.mma.gov.br>. Acesso em 18 Jan. 2006.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita. Repensar a reforma, reformar o pensamento.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000: 9-33.

MOTA, Carlos Renato. **As principais teorias e práticas de desenvolvimento.** In: Bursztyn, Marcel (org). *A Difícil Sustentabilidade. Política energética e conflitos ambientais.* Rio de Janeiro: Garamond, 2001: 27-40.

OLIVEIRA, Maria José da Costa. **A questão ambiental sob a ótica das relações públicas. A atuação das empresas químicas e petroquímicas de Paulínia.** São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 1994. 169 p. Dissertação (Mestrado).

_____. (Org). **Comunicação pública.** Campinas, SP: Alínea, 2004.

_____. **Comunicação pública e os setores não-estatais.** In: _____ (Org.). *Comunicação Pública.* Campinas, SP: Alínea, 2004: 187-201.

PERUZZO, Cicilia M. K. **A participação na comunicação popular.** São Paulo: Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 1991. 234 p. Tese (Doutorado).

PERUZZO, Cicilia M. K. **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania.** In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (Org.). *Comunicação Pública.* Campinas, SP: Alínea, 2004: 49-79.

PORTAL do Biodiesel. Brasília, DF. Disponível em <www.biodiesel.gov.br>. Acesso em 02 Mar. 2006.

REDE Anhanguera de Comunicação. Campinas, SP. Disponível em <www.rac.com.br>. Acesso em 02 Mar. 2006.

SANTIAGO, Érika. Primeiro evento oficial reúne 900 pessoas. **O Liberal.** Americana, SP. 25 mai. 2001. Cidades, p. 3.

_____ e SALUSTIANO, Vagner. Audiência pública termina em pancadaria. **O Liberal.** Americana, SP. 8 jun. 2001. Cidades, p. 4.

SECRETARIA do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. São Paulo. Disponível em <www.ambiente.sp.gov.br>. Acesso em 03 Mar. 2006.

SOS Mata Atlântica. São Paulo, S.P. Disponível em <www.sosmatatlantica.org.br>. Acesso em 18 Jan. 2006.

VIANA, Fabiana Gama. **Relacionamento planejadores energéticos e jornalistas: análise da crise energética de 2001**. Campinas: Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, 2004. 103 p. Dissertação (Mestrado).

VOGT, Carlos. et al. **C&T na mídia impressa brasileira: tendências evidenciadas na cobertura nacional dos jornais diários sobre ciência & tecnologia (Biênio 2000-2001)**. Campinas: Pontes Editores, 2003. pg. 135-179 apud GUIMARÃES, Eduardo. **Produção e circulação do conhecimento**. Campinas: Pontes Editores, 2003.

WWF-Brasil. Brasília, DF. Disponível em <www.wwf.org.br>. Acesso em Jun. 2003. In: MARQUES, Cristiane. **Informação, desenvolvimento, energia e meio ambiente**. Artigo apresentado na disciplina Tópicos Especiais em Planejamento de Sistemas Energético. Faculdade de Engenharia Mecânica. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.

Anexos

Anexo I – Deliberação CONSEMA sobre audiências públicas

Anexo II – Exemplos das matérias pesquisadas

Anexo III – Tabelas das matérias coletadas nos jornais pesquisados

Anexo I – Deliberação CONSEMA sobre audiências públicas

Deliberação Consema 34/2001, de 27 de novembro de 2001

170ª Reunião Ordinária do Plenário do Consema

O Conselho Estadual do Meio Ambiente, em sua 170ª Reunião Plenária Ordinária, aprovou a seguinte norma para solicitação, convocação e condução de Audiências Públicas:

Artigo 1º - São consideradas Audiências Públicas, para fins do licenciamento ambiental, as reuniões que têm como objetivo informar a sociedade e conhecer a opinião pública sobre a implantação de determinado empreendimento ou proposta de atividade potencialmente causadores de significativo impacto ambiental.

§ 1º - Podem ser realizadas Audiências Públicas sobre as propostas de empreendimentos e atividades sujeitos a avaliação de impacto ambiental em análise na Secretaria do Meio Ambiente-SMA, assegurada sua realização sempre que o empreendimento for submetido a EIA/RIMA.

§ 2º - O CONSEMA pode também, a qualquer momento e mediante deliberação específica, determinar a realização de Audiências Públicas para analisar planos e programas que possam vir a causar significativa degradação ambiental, independentemente do procedimento de licenciamento ambiental.

Artigo 2º - As Audiências são eventos públicos, que permitem a participação de qualquer pessoa.

Parágrafo único – Além do uso da palavra, garantido aos inscritos nos termos do Art. 9º e seus parágrafos, as manifestações de apoio ou de reprovação à proposta de empreendimento, atividade, plano ou programa poderão ser feitas com aplausos, faixas, cartazes etc., vedado o uso de apitos, de instrumentos acústicos ou de quaisquer meios que conturbem a discussão.

Artigo 3º - A realização de Audiência Pública, garantida nos termos do Parágrafo 2º do Artigo 192 da Constituição Estadual, será promovida pela Secretaria do Meio Ambiente-SMA, sempre que a julgar necessária, ou quando for fundamentadamente solicitada ao Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental-DAIA:

- a) pelo Poder Público Estadual ou Municipal do Estado de São Paulo;
- b) pelo CONSEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente;
- c) pelo Ministério Público Federal ou do Estado de São Paulo;
- d) por entidade civil sem fins lucrativos, constituída há mais de um ano e que tenha por finalidade social a defesa de interesse econômico, social, cultural ou ambiental que possa ser afetado pelo empreendimento ou pela atividade objeto de avaliação de impacto ambiental;
- e) por 50 (cinquenta) ou mais cidadãos que tenham legítimo interesse que possa ser afetado pelo empreendimento ou atividade.

§ 1º - Se o pedido de Audiência Pública não for acolhido pelo DAIA, o solicitante deverá ser informado sobre as razões dessa negativa.

§ 2º - Apresentado o estudo ambiental de empreendimento ou atividade em licenciamento na Secretaria do Meio Ambiente-SMA, o empreendedor, a partir da data de protocolização desse estudo, fará publicar e divulgar em jornal e em outros veículos de comunicação, em especial de

radiodifusão, notas informativas de abertura do prazo de 45 dias, para que seja solicitada Audiência Pública, nos termos da legislação vigente.

§ 3º - A publicação mencionada no parágrafo anterior deverá ser feita em corpo 7, ou em outro superior a este, no primeiro caderno de jornal de grande circulação e em jornal da localidade onde se situa o empreendimento.

§ 4º - O empreendedor enviará à SMA/DAIA comprovação da publicação e divulgação das notas informativas, as quais devem obedecer o seguinte modelo:

(nome da empresa-sigla) torna público que, nos termos da Deliberação Consema 34/2001, encontra-se aberto o prazo de 45 dias, a contar desta data, para solicitação à Secretaria do Meio Ambiente/Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental de Audiência Pública relativa à (atividade e local).

§ 5º - A convocação de Audiências Públicas será feita pela SMA através do Diário Oficial do Estado de São Paulo, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis.

§ 6º - Convocada a Audiência Pública, o empreendedor deverá divulgá-la imediatamente por meio de jornal de grande circulação no Estado de São Paulo, pela imprensa e por outros veículos de comunicação locais, em especial de radiodifusão, e enviará à SMA/DAIA comprovação dessa divulgação.

§ 7º - No período que intercorre entre a convocação e a realização da Audiência Pública, o DAIA manterá o estudo ambiental do empreendimento no site da SMA, para conhecimento público e para que os interessados possam manifestar-se também pela Internet.

§ 8º - As Audiências Públicas serão realizadas sempre no município ou na área de influência em que o empreendimento, a atividade, o plano ou o programa estiverem previstos para serem implantados, tendo prioridade para escolha o município onde os impactos ambientais forem mais significativos.

§ 9º - Se a área de influência da obra ou atividade abranger dois ou mais municípios, a SMA, por iniciativa própria ou movida por deliberação do Consema, poderá convocar mais de uma Audiência Pública, podendo realizá-la também na Capital do Estado.

§ 10º - O local, com condições adequadas de infra-estrutura e de acesso público que resguardem a independência da reunião, o horário e demais providências para a realização das Audiências Públicas serão determinados pela SMA.

Artigo 4º - As Audiências Públicas de empreendimentos ou atividades sujeitos a licenciamento ambiental poderão ser realizadas a qualquer momento do processo de análise e tramitação do estudo na Secretaria do Meio Ambiente-SMA, antes da conclusão do Parecer Técnico final por ela elaborado.

Artigo 5º - As Audiências Públicas são constituídas por uma mesa diretora, uma tribuna e um plenário.

§ 1º - A mesa diretora das Audiências Públicas terá a seguinte composição:

I - Secretário do Meio Ambiente, ou seu representante;

II - Coordenador da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção de Recursos Naturais-CPRN da Secretaria do Meio Ambiente, ou seu representante;

III - Secretário Executivo do CONSEMA, ou seu representante;

IV - Um membro do CONSEMA, escolhido de comum acordo entre os conselheiros presentes à Audiência Pública.

§ 2º - As Audiências Públicas são presididas pelo Secretário do Meio Ambiente, ou seu representante, e coordenadas pelo Secretário Executivo do Consema, ou seu representante.

§ 3º - Cabe ao Secretário Executivo, ou seu representante, a responsabilidade:

I - pelo registro das pessoas participantes da Audiência Pública em livro de presença apropriado, constando nome, órgão ou entidade que representa, quando couber, telefone ou número de um documento;

II - pela preparação da ata da Audiência Pública.

§ 4º - Da ata, que será lavrada e assinada por servidor da Secretaria Executiva do Consema, constarão: data, hora e local da Audiência, síntese das intervenções dos participantes e relação dos documentos entregues à Mesa durante a Audiência.

§ 5º - A ata da Audiência Pública será apensada ao respectivo processo de licenciamento ambiental.

§ 6º - O plenário é composto pelas pessoas presentes à Audiência Pública.

I – Serão reservados lugares no plenário para os representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, para os membros do CONSEMA, para a equipe técnica responsável pela elaboração do estudo, do plano ou do programa, para o representante do empreendedor, para a equipe técnica da SMA e para as demais autoridades constituídas devidamente identificadas.

II - Para que seja resguardada a segurança dos participantes da Audiência Pública, só será permitida a entrada de pessoas no recinto até o limite de sua lotação.

§ 7º - A tribuna será o espaço físico destinado aos oradores, devidamente inscritos e identificados para fazer uso da palavra.

Artigo 6º - Serão formalmente convidados para participar das Audiências Públicas:

a) Os Prefeitos e as Câmaras de Vereadores dos municípios da área de influência do empreendimento ou assunto em exame;

b) Os Membros titulares e suplentes do CONSEMA;

c) As Entidades ambientalistas cadastradas no CONSEMA;

d) Os representantes do Ministério Público federal e estadual da área de influência do empreendimento ou assunto em exame;

e) O(s) órgão(s), a(s) entidade(s) ou o representante do conjunto dos cidadãos que tiverem solicitado a Audiência Pública.

Artigo 7º - Serão convocados, para manifestação na Audiência Pública, o empreendedor e o coordenador da equipe multidisciplinar responsável pela elaboração do estudo ambiental, assessorados pelos técnicos necessários ao completo esclarecimento da questão.

Parágrafo único - No caso das Audiências Públicas previstas pelo Parágrafo 2º do Artigo 1º desta Deliberação, serão convocados os órgãos ou as entidades responsáveis pelo assunto em exame.

Artigo 8º - Todos os documentos apresentados à Mesa, mediante protocolo, serão anexados, para exame, ao processo técnico-administrativo de licenciamento do empreendimento ou atividade em análise na Secretaria do Meio Ambiente-SMA, devendo ser citados na ata da Audiência Pública.

§ 1º - A fita de gravação da Audiência Pública será anexada ao respectivo processo técnico-administrativo de licenciamento em análise na Secretaria do Meio Ambiente-SMA.

§ 2º - Os interessados poderão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de realização da Audiência Pública, apresentar documentos relativos ao assunto objeto da Audiência, a serem entregues diretamente no protocolo da SMA ou através de carta registrada.

Artigo 9º - A sessão terá início com a formação da Mesa, no horário previsto no edital, sendo que o coordenador continuará recebendo inscrições para participação nos debates até 60 (sessenta) minutos após a abertura dos trabalhos, podendo ampliar esse prazo em caráter excepcional, por deliberação da Mesa.

§ 1º - No início da sessão, o coordenador dos trabalhos exporá as normas segundo as quais se processará a Audiência Pública.

§ 2º - As inscrições, que também poderão ser feitas por meio de procuração e serão recebidas a partir do momento em que for aberto ao público o local da audiência, serão feitas em listas apropriadas, garantindo-se ao inscrito conhecer a ordem do seu pronunciamento, sendo que cada pessoa poderá inscrever apenas o próprio nome e ser também portadora de procuração de apenas mais uma pessoa.

§ 3º - Para inscrever-se como representante de entidade da sociedade civil ou de órgão público, o interessado deverá comprovar que a ela/ele pertence e tem delegação para falar em seu nome, sendo permitida apenas uma inscrição para cada órgão ou entidade.

Artigo 10 – O desenvolvimento da Audiência Pública terá a seguinte organização:

1ª Parte – abertura:

– saudação inicial, realizada pelo Secretário do Meio Ambiente, ou seu representante;

II – esclarecimentos sobre o processo de licenciamento, feitos pelo coordenador da CPRN, ou seu representante;

2ª Parte – exposições sobre o projeto em discussão:

I – empreendedor, ou seu representante (15 minutos);

II - equipe responsável pela elaboração do estudo ambiental (30 minutos);

3ª parte – manifestação do(s) representante(s) do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no CONSEMA (30 minutos totais);

4ª Parte - manifestação de representantes das entidades da sociedade civil (5 minutos para cada um);

5ª Parte - manifestação de pessoas em particular (3 minutos para cada uma);

6ª Parte – manifestação de representantes de órgãos públicos (5 minutos para cada um);

7ª Parte - manifestação dos membros do CONSEMA (5 minutos para cada um);

8ª Parte - manifestação dos Parlamentares (5 minutos para cada um);

9ª Parte - manifestação dos Secretários Municipais, dos Prefeitos e dos Secretários de Estado (5 minutos para cada um);

10ª Parte - respostas e comentários:

I – equipe responsável pela elaboração do estudo ambiental (15 minutos);

II - conselheiro do CONSEMA que estiver compondo a mesa nos termos do Artigo 5º, Parágrafo 1º, inciso IV (10 minutos);

III - empreendedor, ou seu representante (5 minutos).

11ª Parte - encerramento, realizado pelo Secretário do Meio Ambiente, ou seu representante.

§ 1º - Cada pessoa inscrita terá direito a uma única manifestação, obedecida a ordem de inscrição.

§ 2º - A critério do coordenador, os representantes dos órgãos do Poder Público poderão ser convidados a prestar esclarecimentos técnicos sobre o assunto objeto da Audiência Pública.

§ 3º A critério do coordenador, blocos de respostas poderão ser inseridos no decorrer da audiência, independentemente das respostas e comentários que acontecerão no final.

§ 4º - O tempo total do conjunto das manifestações mencionadas na 5ª Parte deste Artigo não poderá exceder sessenta (60) minutos.

§ 5º - Quando da convocação das Audiências Públicas, as entidades ambientalistas cadastradas no CONSEMA reunir-se-ão para deliberar sobre a indicação de representante(s), com vistas a cumprir o procedimento preconizado na 3ª parte deste Artigo. As entidades ambientalistas cadastradas deverão, através de ata assinada por todos os participantes da reunião, indicar com antecedência seu(s) representante(s) ao Secretário Executivo do CONSEMA, sob pena de perderem o direito à manifestação mencionada na 3ª parte deste Artigo.

§ 6º - No caso das Audiências Públicas previstas pelo Parágrafo 2º do Artigo 1º desta Deliberação, caberá ao CONSEMA definir, na Deliberação complementar ali prevista, a utilização dos tempos mencionados nos incisos I e II da 2ª Parte e nos incisos I e III da 10ª Parte deste Artigo.

§ 7º - As manifestações referidas nas 8ª e 9ª Partes deste Artigo são exclusivas de seus titulares, não sendo permitida a substituição por representantes ou assessores.

§ 8º - A critério do coordenador, a palavra poderá ser concedida ao(s) inscrito(s) nas 8ª e 9ª partes, em qualquer momento da audiência depois das exposições previstas na 2ª parte, desde que este(s), por alguma razão maior declarada, não possa(m) aguardar a ordem de inscrição e de concessão da palavra preconizada por este Artigo.

§ 9º - As exposições de que tratam os incisos I e II da 2ª Parte deste Artigo devem ser esclarecedoras, organizadas didaticamente e usar linguagem compreensível para qualquer participante, evitando-se ou traduzindo-se os termos técnicos.

Artigo 11 - O empreendedor deverá, no município em que se realizar a Audiência Pública, colocar o estudo ambiental, o plano ou o programa, em local de acesso público, à disposição de todos os interessados, durante o período mínimo de quinze dias úteis anteriores à realização da Audiência.

Parágrafo único - Deverá ser dada ampla publicidade a respeito do fato determinado no Caput deste Artigo.

Artigo 12 - Durante a Audiência Pública será mantido no recinto pelo empreendedor, para livre consulta dos presentes, pelo menos um exemplar do estudo ambiental, do plano ou do programa em discussão.

Artigo 13 – O empreendedor deverá, sempre que possível, providenciar registro fotográfico das Audiências Públicas.

Artigo 14 - As despesas com a realização da Audiência Pública serão custeadas pelo empreendedor.

Artigo 15 - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Deliberação 50/92, de 16 de novembro de 1992.

Ricardo Tripoli
Secretário de Estado do Meio Ambiente
Presidente do Consema

Anexo II – Exemplos das matérias pesquisadas

Vitória do Povo

O governador Fleury não aguentou a pressão de políticos e do povo contra a implantação da termoeletrica. Foi um movimento que arregimentou todos os segmentos da sociedade não só de Paulínia como de outras cidades, que corriam o risco de ter na região a famosa **chuva ácida** que iria trazer grandes malefícios para a população.

O prefeito José Pavan Júnior sempre se manifestou contra esse empreendimento e quando participou da *Eco-Urbs*, no Rio, falou naquele importante conclave que debate a vida no Plane-

ta Terra, contra a instalação da usina em sua cidade. Pavan desde o início do seu mandato já se posicionava contra diante dos graves e perniciosos efeitos que traria a usina. A ele se juntaram também vereadores, dirigentes de entidades, técnicos da Unicamp. Para afirmar o que citamos, basta recordar as várias reuniões com técnicos da Cesp, especialistas da Unicamp, dirigentes de entidades, quando o problema foi exaustivamente debatido em todos os seus aspectos.

Agora, diante da pressão de uma região que envolve

prefeitos de mais de uma dezena de cidades, o governador Fleury anuncia o cancelamento do projeto, bem como, conforme afirmou no Rio: "a usina não será instalada em nenhum ponto do território paulista".

Que a atitude tomada pelo governador seja definitiva e não uma simples manobra em época de eleição, pois o partido a que pertence está muito desgastado na região, prevendo-se a perda de muitas e importantes prefeituras nas próximas eleições.

Aí está uma vitória do povo.

Prefeito se manifesta contra termoeletrica na Eco-Urbs

Foi muito concorrido o estande da Prefeitura Municipal de Paulínia montado no 1º Seminário Internacional sobre Problemas Ambientais dos

como a criação do Jardim Botânico, que será inaugurado neste domingo.

Na ocasião, José Pavan Júnior defendeu a preservação do Varão também co-

mostrando o Varão. Ainda durante sua exposição, José Pavan Júnior se posicionou contra a construção da usina termoeletrica que o Governo do Estado,

Na semana passada, como noticiou o *Jornal de Paulínia*, em sua edição de 30 de maio último, o prefeito José Pavan Júnior havia se manifestado contrário à instalação da termoeletrica em Paulínia, quando participava da *Eco-Urbs*, no Rio

Grupos protestam contra termelétrica de Carioba II

Grupos de oposição ao projeto de instalação da Usina Termelétrica de Carioba II, em Americana, promoveram ontem uma descida de barco pelo rio Piracicaba, em protesto contra o empreendimento. A manifestação foi idealizada pelo vereador José Pedro Leite da Silva (PL), de Piracicaba, e teve a participação de parlamentares e de grupos ambientalistas de Piracicaba e Americana.

A expedição saiu por volta das 8h da confluência dos rios Atibaia e Jaguari, na altura da hidrelétrica de Salto Grande, passou pelo local previsto para instalação da usina Carioba II, onde os manifestantes plantaram árvores nativas, e retornou a Piracicaba. “Nosso objetivo foi deixar claro que Piracicaba diz não à Carioba II”, disse Leite Silva. Os manifestantes utilizaram oito barcos na descida do rio.

Segundo o presidente do Grupo de Defesa Ecológica de Americana (Grude), Jonas Santa Rosa, cerca de 40 pessoas desceram o rio de barco, com faixas contrárias à usina, além dos ativistas que par-

ticiparam do plantio de árvores. “Na situação atual, a instalação da usina vai acabar de vez com a bacia do Piracicaba”, comentou Santa Rosa.

Ele criticou a forma como estão sendo encaminhadas as audiências públicas para apresentação do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) da termelétrica. Na segunda audiência da série de quatro programadas, realizada terça-feira na Câmara de Paulínia, guardas municipais precisaram intervir para evitar um confronto direto entre os grupos oponentes.

O clima esquentou durante a audiência depois que o presidente da Associação de Moradores do Parque da Liberdade, Gumerindo Ferraz, acusou integrantes do Grude de terem apresentado um vídeo falso sobre Americana. O produtor do vídeo, Geraldo Batista, protestou. “Estão atentando contra minha honra”, afirmou, acrescentando que irá abrir processo contra os empreendedores da usina, um consórcio composto pela InterGen/CPFL/Shell. (Delma Medeiros / Agência Anhangüera)

Cesp explica usina para vereadores em Paulínia

DO CORRESPONDENTE

PAULÍNIA — Técnicos da Companhia Energética de São Paulo (Cesp) estiveram reunidos anteontem com vereadores da cidade, para discutir o projeto da usina termoeletrica que a empresa estatal pretende instalar no município. Foi a primeira vez que a Cesp apresentou oficialmente às autoridades locais, informações de caráter global a

respeito da construção da usina, e o impacto social e sobre o meio ambiente que o empreendimento causará ao município e região. O assessor da Diretoria de Engenharia da Cesp, Flávio Bras Pires, durante a reunião, admitiu que a Cesp errou ao não ter iniciado antes uma campanha de esclarecimento da opinião pública sobre o que será a Termoeletrica de Paulínia.

Jessyr Blanco
presidente

O LIBERAL

FUNDADO EM 01/06/1952 ANO 51 Nº 10.838

AMERICANA-SP, QUINTA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 2003



Venda avulsa R\$ 0,70

► VINDA DE REFUGIADOS FOI INVENTADA POR FALSO PALESTINO, QUE AGORA ESTÁ NA MIRA DA POLÍCIA. PÁGINA 3

Carioba 2 'morreu', diz Ginetti

Secretário de Desenvolvimento de Americana diz que, se projeto da usina termelétrica renascer, não será aqui

sem sentido

Por que os homens fazem os tanques? E carregam-nos de balas, que fazem um enorme barulho ao serem disparadas? Para onde vão essas balas, e por quê? Tudo é feito para matar? Mas por que atirar contra alguém? Para se fazer guerra? E por que os homens fazem as guerras? E ainda tentam achar motivos que as justifiquem? Massacram em nome de "Deus"? Seria aquele mesmo Deus ao Qual se atribui o amor, a paz, a justiça? Mas cadê o amor, a paz e a justiça nesses homens? Existe isso naquele homem de pequenos olhos que vive com uma bandeira americana como broche? Ou naquele outro que sorri à toa e vive concordando com ele? São perguntas que poderiam habitar a mente de uma criança, assistindo à guerra daqui ou a vivenciando de lá, bem pertinho do terror, como este menino que está na foto feita ontem, no Iraque, próximo a um tanque. Para quem está lá, as dúvidas se somam a um medo que só quem já sobreviveu a uma guerra pode descrever. Para quem está aqui, ou em qualquer parte do mundo, essas dúvidas básicas intrigam, como se todos fôssemos crianças buscando um sentido para o que não faz sentido.



Área civil é bombardeada

Secretário de Desenvolvimento Econômico de Americana, Nelson Ginetti, afirmou ontem que não acredita mais concretização do Projeto Carioba 2. "O projeto Carioba 2 está praticamente morto em Americana e, se renascer, renasce em outro lugar. Aqui acho que dificilmente sai do papel". Ele ressaltou ainda que a sua posição é a mesma dos investidores. "Pelo que eu senti, eles não têm mais interesse". A InterGen continua afirmando seu interesse pelo projeto. **Página 5**

Formada comissão para impedir pedágio na SP-304

Oito vereadores de quatro cidades da região formaram ontem uma comissão para discutir alternativas que possam impedir a instalação de um pedágio na Rodovia Luiz de Queiroz (SP-304). Eles pretendem agora se reunir com os deputados estaduais e agendar uma audiência com o governador Geraldo Alckmin. **Página 8**

Página 9

O LIBERAL

AMERICANA

já era?

Ginetti prevê 'morte' de Carioba 2

Secretário de Desenvolvimento Econômico acredita que dificilmente o projeto da usina sairá do papel em Americana

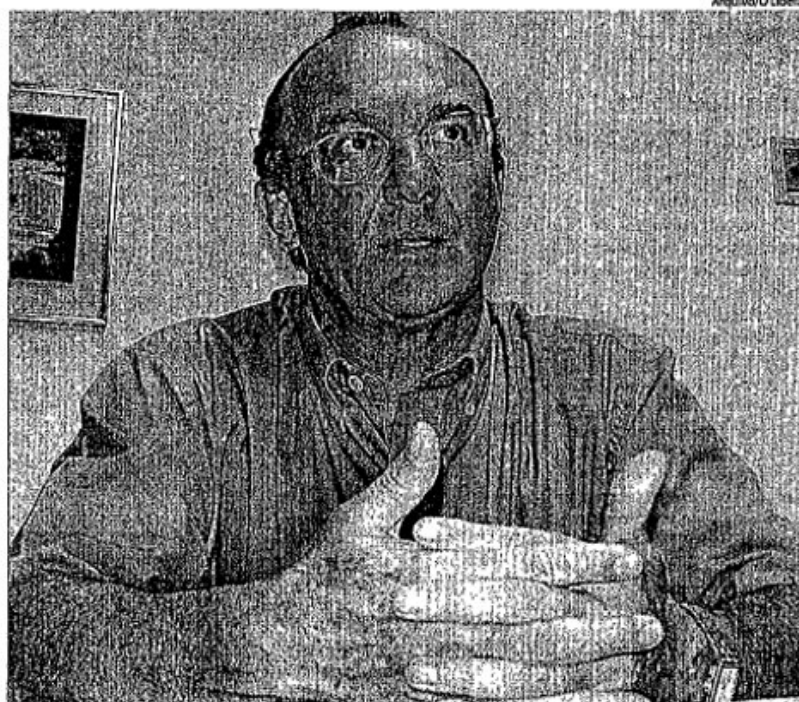
RODRIGO GUADAGNIM
rodrigo.antonio@olibrallnet.com.br

AMERICANA - "O projeto Carioba 2 está praticamente morto em Americana e se renascer, renasce em outro lugar. Aqui acho que dificilmente sai do papel." A opinião é do secretário de Desenvolvimento Econômico, Nelson Ginetti. Ele foi bastante contundente nas afirmações e ressaltou ainda que a posição dele é a mesma dos investidores. "Pelo que senti, eles não têm mais interesse.". O grupo InterGen continua afirmando seu "interesse pelo projeto e o compromisso com o País".

66

Setores produtivos também alteraram o sistema e o crescimento do País está mais lento"

Segundo Ginetti, seu ponto de vista é fundamentado na postura adotada pelo novo governo federal. "Está em curso uma mudança para retirar os dois pilares de sustentação de uma termelétrica: o subsídio do gás natural e a garantia de compra de energia elétrica. E as termelétricas só são viáveis se houver compensação, já que todo mundo sabe que a energia hidráulica é bem mais



O secretário Ginetti entende que ficou difícil a instalação da Usina Carioba 2 na cidade

barata", disse.

O secretário aponta ainda um segundo fator não menos relevante. Para ele, o plano de incentivar as termelétricas foi motivado por um período de escassez de água que provocou o temor de um racionamento. "O raciocínio era o seguinte: é melhor pagar mais do que não ter. Acontece que, nos últimos tempos, as chuvas foram re-

gulares e os reservatórios estão acima dos índices. A previsão é que não tenhamos crise nos próximos três anos", comentou.

Outro fator considerado é a postura adotada pela população no período de racionamento. "O povo acabou adotando a economia como norma constante. Os setores produtivos também alteraram o sistema e o crescimento econômico do

País está mais lento", disse. "A conjuntura trabalha contra a Carioba", acrescentou.

As chances de termelétricas serem instaladas em outros pontos do País não são descartadas por Ginetti, no entanto. "Acho que outros projetos podem ser implantados em outras regiões como a Centro-Oeste. Aqui acho que não é mais viável", disse. Ginetti foi categórico ao afirmar

que o projeto está parado. "A InterGen colocou o pé no freio, assim como outros investidores. A Petrobrás, por exemplo, perdeu milhões."

InterGen - O engenheiro da InterGen, José Hugo Aguiar, comentou a pesquisa feita pelo instituto Pró-Exitus e divulgada pelo LIBERAL domingo. O resultado aponta que 57% dos americanenses são contrários a instalação da usina. "Dado que o noticiário é sempre satanizando o projeto, o resultado até que foi positivo", ironizou. A InterGen também divulgou uma nota, por meio da qual reafirma o interesse no projeto. "O projeto Carioba 2 está aguardando definições no quadro regulatório para prosseguir com sua implantação", afirma o comunicado.

Prefeito prefere manter posição neutra no caso

Ao comentar o resultado da pesquisa preparada pelo instituto Pró-Exitus, divulgada pelo LIBERAL, domingo, o prefeito Erich Hetzl Júnior afirmou que mantém a mesma posição do prefeito licenciado Waldemar Tebaldi, ou seja, neutro com relação a instalação a usina termelétrica Carioba 2, em Americana. "Se for trazer benefício, sou favorável. Mas se ficar comprovado que trará dano ambiental, sou contra", afirmou, por meio de sua assessoria de imprensa.

O resultado da pesquisa apontou que 57% dos americanenses são contrários à instalação da Carioba 2. "Houve uma alteração, já que inicial-

mente cerca de 80% eram contrários", resumiu. Erich ressaltou ainda que a instalação ou não da usina foge da alçada municipal. "A aprovação depende de fatores externos à vontade da administração".

O deputado Vanderlei Macris fez comentário idêntico ao de Erich, quando perguntado se era favorável ou contrário à usina.

Mas o parlamentar diverge do secretário de Desenvolvimento Econômico Nelson Ginetti, com relação à inviabilidade do projeto. "Pelo menos até agora as termelétricas fazem parte do projeto do governo. Por enquanto, não mudou nada", disse. (RG)

Anexo III – Tabelas das matérias coletadas nos jornais pesquisados

JORNAL DE PAULÍNIA

ANO 1989					
Total Pág.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
12	11/mar	7	Geral	sem autor	Quase pronto o projeto da usina termoeletrica
12	6/mai	Capa e 6	Geral	sem autor	Termoeletrica de Paulinia evitará déficit de energia
12	27/mai	Capa e 4	Geral	sem autor	Prefeito preocupado com a usina termoeletrica
12	3/jun	Capa e 2	Geral	sem autor	CESP debate implantação de termoeletrica
12	1/jul	7	Opinião	Maria Rita C.Donalisio (Médica do Centro de Saúde Escola Paulinia)	Paulinia futura sede de Usina poluidora - Termo-Elétrica
12	5/ago	Capa e 2	Opinião	sem autor	"Termoeletrica custará 585 milhões de dólares"
12	5/ago	Capa e 2	Geral	sem autor	"Técnicos debatem a termoeletrica "
12	12/ago	2	Opinião	sem autor	Termoeletrica
12	19/ago	Capa e 9	Opinião	Julio Aerny (articulista)	Termoeletrica em Paulinia
16	30/set	2	Geral	sem autor	"Termoeletrica não sai do papel se for comprovado risco"
16	30/set	2	Opinião	sem autor	"Termoeletrica"
	14/out	3	Geral	sem autor	Bonomi pede bloqueio de recursos para termoeletrica
16	11/nov	3	Geral	sem autor	Debates sérios sobre a Termoeletrica

ANO 1990					
Total Pág.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
12	11/mar	7	Geral	sem autor	Quase pronto o projeto da usina termoeletrica
16	28/fev	3	Geral	sem autor	Alteração no projeto da Termoeletrica
16	27/out	Capa	Editorial	sem autor	Quercia garante chuva ácida para Paulinia

JORNAL DE PAULÍNIA

ANO 1991					
12	11/mar	7	Geral	sem autor	Quase pronto o projeto da usina termoeletrica
16	13/abr	5	Geral	Jurandir José Bonomi (Vereador)	Vereador pede bloqueio de recursos para termoeletrica (moção de protesto)
12	3/ago	3	Geral	sem autor	Alternativas para uma termoeletrica
16	21/dez	Capa	Capa	sem autor	Prefeito protesta novamente contra usina termoeletrica

ANO 1992					
Total Pág.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
12	11/mar	7	Geral	sem autor	Quase pronto o projeto da usina termoeletrica
16	4/abr	5	Geral	sem autor	Cesp programa debates na região sobre a Termoeletrica de Paulínia
16	30/mai	Capa	Capa	sem autor	Prefeito se manifesta contra termoeletrica na Exo-Urbs
16	6/jun	Capa	Capa	sem autor	Vitória do Povo
16	20/jun	5	Geral	sem autor	Dinheiro da termoeletrica pode ir para modernização de porto

JORNAL O LIBERAL - AMERICANA

ANO 1999					
Total pag.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
26	16-out	3	Capa e Cidades	Wander Pessoa	Nova Usina da CPFL terá investimento de US\$ 600 mi
28	20-out	4	Cidades	sem autor	Termelétrica de Carioba 2 começa a sair do papel
34	21-out	3	Capa e Cidades	Marcos Brogna	Termelétrica pode começar a operar em 2001
28	26-out	2	Opinião (Painel)	Diógenes Gobbo	Carioba 1/ Carioba 2
28	26-out	15	Região	Maria Ângela Alves	Vereadores temem que usina prejudique o abastecimento
28	30-out	1	Editorial	sem autor	A usina e o rio
26	2-nov	8	Região	sem autor	Ambientalistas vão discutir implantação
28	4-nov	1 e 9	Capa e Região	Maria Ângela Alves	Americana corre o risco de perder usina
28	5-nov	1 e 9	Capa e Região	Maria Ângela Alves	SB briga para abrigar Usina Termelétrica
30	10-nov	2	Opinião	Nelson Ginetti (Sec. Desen. Econômico de Americana)	Termelétrica e o rio
24	16-nov	5	Cidades	sem autor	Unicamp debate termelétrica
28	19-nov	5	Cidades	sem autor	Debate não atrai autoridades
32	10/dez	7	Cidades	sem autor	Termelétrica e consumo de água serão discutidos hoje

ANO 2000					
Total pag.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
28	3-mar	2	opinião	Luiz Carlos Pôrto (Engenheiro Ambiental e consultor de empresas)	O impacto ambiental das usinas
26	15-mar	5	Cidades	sem autor	Consórcio apresenta o projeto hoje
32	16-mar	4	Cidades	Kesi Adria	Termelétrica depende de estudos
30	20-abr	5	Capa e Cidades	Cristian Eduardo	Esgoto pode reduzir o impacto ambiental
32	5-Mai	5	Capa e Cidades	Kesi Adria	Conselho Consultivo discute ações

JORNAL O LIBERAL - AMERICANA

Total pag.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
26	22-jun	2	Opinião (Painel)	Diógenes Gobbo	Termelétrica
32	7-jun	7	Cidades	Silvana Maria	Audiência pode discutir termelétrica
48	8-jul	3	Cidades	sem autor	Audiências discutem futuro de usina
36	26-jul	Capa	Editorial	sem autor	Usina em debate
32	2-ago	1 e 4	Capa e Cidades	Silvana Maria	Usina afasta risco de déficit e reduz custo para o consumidor
46	5-ago	5	Capa e Cidades	Silvana Maria	Sistema de resfriamento da usina é a maior preocupação
56	6-ago	5	Cidades	Silvana Maria	Fim do monopólio deverá beneficiar todos os consumidores
32	9-ago	2	Opinião (Painel)	Diógenes Gobbo	Termelétrica
30	10-ago	1 e 7	Capa e Cidades	Mirna Ferrez	audiência discute a instalação de Carioba 2
30	11-ago	3	Capa e Cidades	Evandro Coev	Ambientalistas criticam sobre a nova termelétrica
56	13-ago	2	Opinião	Eloisa Jones (leitora)	Emas e Termelétrica
30	18-ago	2	Opinião	Mêncio Toledo (leitor)	Termelétrica
30	25-ago	2	Opinião (Painel)	Diógenes Gobbo	Hidrelétrica
32	30-ago	1 e 4	Capa e Cidades	Kesi Adria	Relatório deve ficar pronto em outubro e haverá nova audiência
30	1-set	3	Cidades	Evandro Coev	CPFL aguarda parecer de audiência
26	19-set	3	Capa e Cidades	sem autor	Anúncio- PALESTRA
34	21-set	3	Capa e Cidades	sem autor	Entidade aponta motivos contra a instalação de usina
30	22-set	2	Opinião (Painel)	Diógenes Gobbo	Termelétrica e Opiniões
68	1-out	8	Cidades	sem autor	Conselho reúne mais de 30 integrantes
60	8-out	5	Cidades	Cristian Eduardo	Grupos discutem efeitos sobre a termelétrica
26	17-out	4	Cidades	sem autor	Reunião discute termelétrica
32	18-out	5	Cidades	sem autor	Conselheiros já estudam os impactos

JORNAL O LIBERAL - AMERICANA

Total pag.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
30	19-nov	1 e 3	Capa e Cidades	Evandro Coev	Engenheiro faz alerta sobre a possível escassez de água
40	24-nov	4	Cidades	sem autor	Termelétrica- estudos devem minimizar os impactos
36	29-nov	1 e 3	Capa e Cidades	Renata Ribeiro	Termelétrica- empreendedores visitam cidade
32	6-dez	2	Opinião	Luiz Carlos Pôrto (Engenheiro Ambiental e consultor de empresas)	Considerações sobre a hidrelétrica
50	9-dez	1 e 5	Capa e Cidades	sem autor	Debate sobre a termelétrica acontece na segunda
30	12-dez	1 e 3	Capa e Cidades	sem autor	Promotoria vai apurar inquérito civil
30	27-dez	1	Editorial	sem autor	Termelétrica e desperdício
38	29-dez	3	Cidades	sem autor	Aprovado relatório contra a usina

ANO 2001					
Total pag.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
34	3-jan	2	Opinião	Diego de Nadai (Estudante de Direito e Vereador PMDB)	Termelétrica merece a sua confiança?
32	10-jan	2	Opinião	Plínio Zabeu (médico e colaborador)	Termelétrica ou água?
24	16-jan	2	Opinião	Geraldo Pio (colaborador)	Termelétrica, cai fora!
42	19-jan	4	Capa e Cidades	Cristian Eduardo	Prefeitura não se opõe à Usina Carioba 2
48	20-jan	3	Cidades	sem autor	Pupo diz que certidão é sobre o solo
26	23-jan	2	Opinião (Painel)	Diógenes Gobbo	Termelétrica
28	30-jan	2	Opinião	Diego de Nadai (Estudante de Direito e Vereador PMDB)	Termelétrica merece a sua confiança?
28	1-fev	2	Opinião	Luiz Carlos Pôrto (Eng. Ambiental, consultor de empresas e prof. Unicamp)	Usina: caberá à sociedade decidir
38	2-fev	2	Opinião	Luiz Carlos Pôrto (Eng. Ambiental, consultor de empresas e prof. Unicamp)	Usina: caberá à sociedade decidir (conclusão)

JORNAL O LIBERAL - AMERICANA

ANO 2001					
Total pag.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
38	2-fev	3	Cidades	sem autor	Riscos são discutidos em Santa Bárbara
52	4-mar	4	Capa e Cidades	Catarina Bicudo	Mentor quer plebiscito sobre termoeletrica
36	9-mar	3	Capa e Cidades	Erika Santiago	Relatório Ambiental já se encontra na prefeitura
56	11-mar	4	Capa e Cidades	Erika Santiago/Diógenes Gobbo	Associação quer troca para apoiar usina
34	14-mar	3 a capa	Capa e Cidades	Reginaldo Gonçalves	Vereadores criticam as decisões da Soabli
34	14-mar	3 a capa	Capa e Cidades	Erika Santiago	Associações se manifestam contra usina
40	16-mar	2	Opinião (do leitor)	Rodrigo Luiz Corrêa (ex-membro da Diretoria do Samjapsaj)	Termelétrica
50	17-mar	5 e capa	Cidades	Erika Santiago	Entidades deixam o conselho e querem impedir UTE
36	21-mar	2	Opinião (Painel)	Diógenes Gobbo	Carioba 2: MP protesta
30	22-mar	4	Capa e Cidades	Erika Santiago	Inquérito vai apurar possíveis riscos da usina termoeletrica
38	23-mar	4	Capa e Cidades	Erika Santiago	Decisão da Promotoria tem apoio de diversos setores
48	24-mar	4	Cidades	Erika Santiago	CPFL vai assinar contrato de energia
28	27-mar	3	Capa e Cidades	Maria Ângela Alves	Termelétrica começa hoje negociações
36	28-mar	capa	Editorial	sem autor	Povo é ignorado
36	28-mar	3	Capa e Cidades	Maria Ângela Alves	Consórcio compra turbinas e fecha contrato
38	30-mar	2	Opinião	Luiz Carlos Pôrto (Eng. Ambiental, consultor de empresas e prof. Unicamp)	Termelétrica e editorial
38	30-mar	5	Capa e Cidades	sem autor	Esclarecimento à População
48	31-mar	5	Capa e Cidades	Erika Santiago	Votação de parecer técnico gera discussão
56	1-abr	2	Opinião	Roberto Moraes (Deputado Estadual PPS)	Carioba 2
56	1-abr	2	Opinião (Charge)	sem autor	
56	1-abr	3	Capa e Cidades	Erika Santiago	Projeto aponta problemas de usinas

JORNAL O LIBERAL - AMERICANA

ANO 2001					
Total pag.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
24	3-abr	3	Capa e Cidades	Erika Santiago	Comitê das bacias analisa EIA-Rima
36	4-abr	capa	Editorial	sem autor	Usina e dúvidas
36	4-abr	3	Capa e Cidades	Erika Santiago	Associação dos engenheiros assina parecer contra usina
28	5-abr	3	Capa e Cidades	Erika Santiago	Debate sobre usina será realizado na Fatec
40	6-abr	2	Opinião (painel)	Diógenes Gobbo	Termelétrica
40	6-abr	2	Opinião (Charge)	sem autor	
56	8-abr	5	Capa e Cidades	José Roberto Silva	Entidades ambientalistas se unem contra usina
28	10-abr	2	Opinião (painel)	Diógenes Gobbo	Termelétrica
28	12-abr	2	Opinião (do leitor)	Rodolpho Faé Tenani (Estudante de Direito Uniemp)	Termeletrica
28	12/abr	2	Opinião (Charge)	sem autor	
28	12/abr	7	Capa e Cidades	sem autor	Nova Odessa cria comissão para analisar termoelétrica
34	13/abr	2	Opinião (Charge)	sem autor	
34	13/abr	2	Capa e Cidades	Erika Santiago	Empreendedor reconhece escassez
36	17/abr	2	Opinião	Cleber Alessandro Pedriça (Colaborador)	Termelétrica x Qualidade de Vida
36	17/abr	3	Capa e Cidades	José Roberto Silva	Thame se isenta sobre questão da Termelétrica
36	18/abr	capa	Editorial	sem autor	Serão cartas marcadas?
36	18/abr	2	Opinião	João Tavares Assessor de Paulo Maluf no interior)	Carioba 2
36	18/abr	2, 3	Capa e Cidades	Erika Santiago	Samartin manifesta seu apoio
32	19/abr	2	Opinião (Charge)	Carlos Reis	
32	19/abr	4	Capa e Cidades	Erika Santiago	Carioba 1 opera com 36% e nova usina vai poluir mais
32	20/abr	2	opinião	Raffaele Neto (Colaborador e morador nesta cidade há 30 anos)	Carioba I X Carioba II

JORNAL O LIBERAL - AMERICANA

ANO 2001					
Total pag.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
32	20/abr	3	Capa e Cidades	Erika Santiago	Manifestantes condenam usina
46	21/abr	2	Opinião (Do leitor)	Assessoria de imprensa da Carioba 2	Termelétrica responde
46	21/abr	2 e 3	cidades	Marcos Brogna	Zoppi cobra posicionamento de liderança
46	21/abr	3 e 5	Suplemento do Meio Ambiente	Erika Santiago	Usina põe em xeque bacia do Rio Piracicaba
46	21/abr	3	Suplemento do Meio Ambiente		Publicidade
56	22/abr	2 e 7	Opinião (Painel)	Diógenes Gobbo	Informação
56	22/abr	2 e 7	Cidades	Erika Santiago	Postura do jornal é criticada
24	24/abr	2	opinião	Mirian Fátima Smania Donanzan (Advogada e colaboradora)	Termelétrica e Americanenses Mártires
24	24/abr	2	opinião (Do leitor)	Assessoria de imprensa da Carioba 2	Termelétrica
24	24/abr	3	Capa e Cidades	sem autor	Sardelli diz que falta de água é maior problema
34	25/abr	2	Opinão (do leitor)	Jayme Sattler	Ridículo
34	25/abr	2	Opinão (do leitor)	Assessoria de imprensa da Carioba 2	Ainda a termelétrica
34	25/abr	2	Editorial		
34	25/abr	2 e 3	Capa e Cidades	Erika Santiago / Reginaldo Gonçalves	Assinaturas são suficientes para plebiscito
30	26/abr	2	Opinião (do leitor)	Paulo R. Martins	Usina, não
30	26/abr	2	Opinião (do leitor)	Assessoria de imprensa da Carioba 2	Resposta
30	26/abr	2 e 3	Capa e Cidades	Erika Santiago	Municípios negam interesse pela Carioba 2
40	27/abr	2	opinião (do leitor)	Geraldo Baptista (Pres. Do Lions Clube de Americana)	Usina
40	27/abr	2 e 3	Capa e Cidades	Cristian Eduardo	Americana não deve ter ICMS de R\$30 mi
40	27/abr	2 e 3	Capa e Cidades	Erika Santiago	Demanda precisa ser bem avaliada
48	28/abr	5	Anúncio	sem autor	Pederneiras e Bariri abraçam usina

JORNAL O LIBERAL - AMERICANA

ANO 2001					
Total pag.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
58	29/abr	2	Opinião (Do leitor)	Marcílio Alves de Souza	Compensar o quê?
58	29/abr	2	Opinião (Do leitor)	Assessoria de imprensa da Carioba 2	Carioba 2 responde
58	29/abr	2	Opinião	José Pedro Martins	Carioba : o mito realidade
32	02/mai	3	Opinião (Do leitor)	assessoria de imprensa da Carioba 2	Carioba 2 responde
32	02/mai	3	Capa e Cidades	Marcos Brogna	Mentor compara termelétrica a Angra 1 e 2
26	03/mai	capa	Editorial	sem autor	A ética dos senadores
26	03/mai	2	Opinião (painel)	Diógenes Gobbo	PV debate Termelétrica
26	03/mai	4	Capa e Cidades	Cristian Eduardo	De Nadai quer barrar usina no Legislativo
38	04/mai	2	Opinião (Charge)	Carlos Reis	
38	04/mai	2	Opinião	Raffaele Netto (colaborador)	Poluição X Qualidade de Vida
38	04/mai	2	Opinião	Nelson de Souza Rodrigues (Engenheiro Agrônomo e ex-presidente da Div. do Meio Ambiente da Assoc. dos Engenheiros de Piracicaba - Assessoria Carioba 2)	Algumas questões sobre Carioba 2
38	04/mai	3	Capa e Cidades	Reginaldo Gonçalves	Plebiscito deve ser discutido no dia 22
46	05/mai	3	Capa e Cidades	Cristian Eduardo	Decisão judicial é argumento para De Nadai
46	05/mai	1	Editorial	sem autor	O silêncio conveniente
68	06/mai	3	Capa e Cidades	Cristian Eduardo	Vereador questiona contrato com a CPFL
36	09/mai	3	Capa e Cidades	Cristian Eduardo	Panfletos defendendo usina param no 1º DP
36	10/mai	3 e 5	Cidades	Cristian Eduardo	Mentor garante que retorno de ICMS/ Frente vai realizar marcha até Americana contra Termelétrica
38	11/mai	2	Opinião (painel)	Diógenes Gobbo	Termelétrica e imprensa
38	11/mai	3	Capa e Cidades	Do Jornal de Piracicaba	Mendes Thame se declara contrário à Usina
48	12/mai	4	Capa e Cidades	Erika Santiago	Pesquisadores defendem instalação

JORNAL O LIBERAL - AMERICANA

ANO 2001					
Total pag.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
38	15/mai	3	Capa e Cidades	Erika Santiago	Deputado diz que Carioba 2 é preocupante
36	16/mai	Capa	Editorial	sem autor	A Grande Termelétrica (editorial)
36	16/mai	2	Opinião (painel)	Diógenes Gobbo	Carioba 2: visita
36	16/mai	3	Cidades	Alessandra Morgado	Termelétrica não evitará os apagões
36	16/mai	3	Cidades	Erika Santiago/C. Eduardo	Vereadores divergem sobre usina
26	17/mai	2	Opinião (Painel)	Diógenes Gobbo	Termelétrica
26	17/mai	4	Capa e Cidades	Marcos Brogna	Represa ameaçada é o trunfo dos empreendedores da usina
38	18/mai	2	Opinião (Charge)	Carlos Reis	
38	18/mai	2	Opinião	Geraldo Baptista (empresário)	CPFL
38	18/mai	2 e 3	Capa e Cidades	Marcos Brogna	Presidente nega apoio da Acia
48	19/mai	2	Opinião	Plínio Zabeu (médico e colaborador)	A história se repete
48	19/mai	3	Capa e Cidades	Erika Santiago	Greenpeace vai comparecer nas audiências
64	20/mai	4	Capa e Cidades	Alessandra Morgado	Usina só perde para Replan em poluição
38	22/mai	3	Capa e Cidades	Erika Santiago	Especialista critica EIA-Rima da Usina
36	23/mai	3	Capa e Cidades	Cristian Eduardo	Falta de lei veta realização de plebiscito
30	24/mai	3, 4	Capa e Cidades	Vagner Salustiano	CM pode recorrer ao TER para realização do plebiscito
34	25/mai	3	Capa e Cidades	Cristian Eduardo	Comissão tenta apoio do prefeito
34	25/mai	3	Cidades	Erika Santiago	1º Evento oficial reúne 900 pessoas
34	25/mai	3	Cidades	Maria Ângela Alves	Entidades entendem que usina irá provocar desenvolvimento
46	26/mai	2	Opinião (Do leitor)	Usina Termelétrica - Assessoria de Imprensa	Carioba 2 responde
46	26/mai	3	Capa e Cidades	Vagner Salustiano	Prefeito diz que não vai realizar plebiscito
28	29/mai	3	Capa e Cidades	Vagner Salustiano	Valores sobre ICMS provocam discussões

JORNAL O LIBERAL - AMERICANA

ANO 2001					
Total pag.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
38	30/mai	Capa	Editorial	sem autor	Acia, Usina e promessas
38	30/mai	3	Cidades	Erika Santiago	Audiência em Paulínia reúne 500
38	31/mai	3	Cidades	Vagner Salustiano	Impasse sobre o plebiscito pode parar Usina Carioba 2
36	01/jun	3	Capa e Cidades	sem autor	Orestes deixa a comissão da CM
48	02/jun	1	Editorial	sem autor	O gigantismo da Carioba 2
60	03/jun	2	Opinião (painel)	Diógenes Gobbo	Termelétrica
60	03/jun	5	Capa e Cidades	Vagner Salustiano	Governador recebe dossiê contra usina
42	05/jun	2	Opinião (painel)	Diógenes Gobbo	Usina nega pesquisa
42	05/jun	3	Cidades	Vagner Salustiano	Comissão sugere convocação de plebiscito
38	06/jun	3	Cidades	Vagner Salustiano	Vereadores aprovam parecer sobre plebiscito
44	07/jun	2	Opinião (Charge)	Carlos Reis	
44	07/jun	2	Opinião (painel)	Diógenes Gobbo	Gabeira é contra Carioba 2
44	07/jun	2	Opinião (Charge)	Rosemary Bars (Jornalista e chefe de redação do Jornal de Piracicaba)	Porque sou contra Carioba 2
44	07/jun	2 e 3	Capa e Cidades	sem autor	Empreendedores admitem fazer pesquisas
36	08/jun	2	Opinião (Charge)	Carlos Reis	
36	08/jun	4	Capa e Cidades	Vagner Salustiano/Erika S.	Audiência pública termina em pancadaria
36	08/jun	5	Cidades	C. Eduardo e Vagner S.	Instalação de Carioba 2 tem agora apoio do Executivo
46	09/jun	1	Editorial	sem autor	O apoio anunciado
46	09/jun	4	Cidades	Erika Santiago	Novas usinas irão utilizar água do Jaguari
36	12/jun	3	Capa e Cidades	Vagner Salustiano	Secretário confirma que haverá audiência
24	14/jun	2	Opinião (painel)	Diógenes Gobbo	Carioba2 / Audiência
24	14/jun	3	Cidades	Vagner Salustiano	ANP admite que Carioba 2 será inviável

JORNAL O LIBERAL - AMERICANA

ANO 2001					
Total pag.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
46	16/jun	3	Cidades	Cristian Eduardo	Posição da ANP volta a provocar polêmica
38	19/jun	5	Capa e Cidades	Cristian Eduardo	Faixas de agradecimento ao prefeito devem ser retiradas
36	20/jun	1	Capa (Editorial)	sem autor	A explicação dos empresários
36	20/jun	2	Opinião	Reginaldo José Buck (Advogado e ex-vereador)	Mistérios de Carioba 2
36	20/jun	3	Cidades	Vagner Salustiano	Promotores trabalham em conjunto
28	21/jun	2 e 3	Capa e Cidades	Vagner Salustiano	Ministro afirma que Carioba 2 é inviável
38	22/jun	2	Opinião (painel)	Diógenes Gobbo	Plebiscito
38	22/jun	3, 4 e 5	Cidades	Vagner Salustiano	Diretor do Daia quer usina em outra área e ANEEL dá aprovação ao projeto da termelétrica
46	23/jun	3	Cidades	Erika Santiago	Especialistas se preocupam com ar e água
38	24/jun	2	Opinião	Reginaldo José Buck (Advogado e ex-vereador)	Em defesa do plebiscito
38	24/jun	4	Cidades	Vagner Salustiano	Decreto sobre o plebiscito tem maioria
36	27/jun	3	Capa e Cidades	Nilza Tavoroni	Acia responde editorial sobre Usina Carioba 2
32	04/jul	3	Capa e Cidades	Vagner Salustiano	Câmara aprova plebiscito sobre Carioba 2
26	05/jul	3	Cidades	Vagner Salustiano	Decreto sobre o plebiscito vai para o TER
48	07/jul	5	Cidades	Marcos Brogna	Perito sugere dividir termelétrica em 3
58	08/jul	5	Capa e Cidades	Vagner Salustiano	Promotor vai solicitar a cópia do laudo
28	12/jul	5	Capa e Cidades	Erika Santiago	EIA-Rima não analisa consumo em 20 anos
32	13/jul	5	Capa e Cidades	Erika Santiago	Consórcio aponta que usina é inviável
62	15/jul	3	Capa e Cidades	Vagner Salustiano	Mendes Thame garante que licença não sai
62	15/jul	5	Capa e Cidades	Erika Santiago	Movimento contra usina reúne 600 pessoas
38	17/jul	3	Capa e cidades	Erika Santiago	Projeto sobre a instalação da usina pode sofrer mudanças

JORNAL O LIBERAL - AMERICANA

ANO 2001					
Total pag.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
26	19/jul	3	Capa e Cidades	Ag. Estado/Cristian Eduardo	Decisão de Alckmin ainda provoca dúvidas
46	21/jul	1	Capa	Editorial	Apoio precipitado
46	21/jul	4	Capa e Cidades	Erika Santiago	Presidente da Fiesp diz que usina tem muitas inverdades
36	24/jul	3	Capa e Cidades	Vagner Salustiano	Consórcio estuda transferência da Usina
30	01/ago	3	Capa e Cidades	Vagner Salustiano	Promotor entra com ação contra Carioba 2
28	02/ago	3	Capa e Cidades	Vagner Salustiano	Comissão busca hoje apoio de Tripoli
32	08/ago	3	Cidades	Vagner Salustiano	Carioba 2 vai propor menor uso de água
46	11/ago	Capa	Editorial	sem autor	Debate em alto nível
60	12/ago	2	Opinião	Plínio Zabeu (médico e colaborador)	Termelétrica
60	12/ago	4	Cidades	Josemil Rodrigues	Ato contra usina reúne 500
60	12/ago	4	Capa e Cidades	Vagner Salustiano/Ag Estado	Carioba 2 pode ir para o Rio de Janeiro
36	14/ago	3	Capa e Cidades	Vagner Salustiano	Carioba 2 reduz o consumo de água em 90%
30	15/ago	3	Capa e Cidades	Vagner Salustiano	Promotor fecha o cerco contra Carioba 2
26	23/ago	3	Capa e Cidades	Vagner Salustiano	Audiência pública acontece dia 19 no ginásio do Zanaga
46	01/set	4	Capa e Cidades	Vagner Salustiano	Enquete não reflete opinião da população
38	04/set	5	Cidades	Vagner Salustiano	Secretaria nada responde sobre audiência pública
40	07/set	4	Cidades	Vagner Salustiano	Instalação de Carioba 2 pode ser feita em etapas
40	07/set	2	Opinião	Luiz Henrique Werneck (Ger. de Desenv. Negócios Bechtel do Brasil Construções)	Usina: quem ganha com alterações?
58	09/set	2	Opinião	Luiz Henrique Werneck (Ger.de Desenv. Negócios Bechtel do Brasil Construções)	Carioba 2: quem ganha com alterações? (2)
26	11/set	5	Capa e Cidades	Vagner Salustiano	MP quer mais audiências sobre Carioba 2

JORNAL O LIBERAL - AMERICANA

ANO 2001					
Total pag.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
30	12/set	3	Capa e Cidades	Vagner Salustiano	Empreendedores irão se defender de ação na justiça
26	13/set	4	Cidades	Vagner Salustiano	Audiência está confirmada para o dia 19, no Zanaga
36	14/set	3	Capa e Cidades	Vagner Salustiano	Advogados da Carioba 2 conseguem suspender
42	15-Set	Capa	Editorial	sem autor	Um debate necessário
42	15/set	3	Cidades	Vagner Salustiano	MP nomeia procurador para defender perícia de Usina
54	16/set	3	Cidades	Vagner Salustiano	Mecanismo pode afetar projeto Carioba 2
40	18/set	4	Cidades	Vagner Salustiano	Mentor quer cancelar audiência da Usina
32	19/set	2	Opinião	Pedro Alvaro Salvador (ex-vereador e assessor parlamentar)	O "pum" da termelétrica
32	19/set	4	Capa e Cidades	Marcos Brogna	Liminar suspende audiência pública
28	20/set	5	Cidades	Erika Santiago	Atual proposta não convence especialistas
28	20/set	4	Capa e Cidades	Vagner Salustiano	Validade da audiência vai para justiça
32	21/set	3	Capa e Cidades	Erika Santiago	Audiência pública não encerra discussões
42	22/set	4	Capa e Cidades	Vagner Salustiano	Projeto Carioba 2 não passa pela Cetesb
70	23/set	3	Cidades	Erika Santiago	Grupos técnicos se reúnem para elaboração de minuta
32	26/set	Capa	Editorial	sem autor	Usina e política
26	27/set	2	Opinião (painel)	Diógenes Gobbo	Bom senso
64	30/set	4	idades	sem autor	Ruído do novo projeto de Carioba 2 preocupa Sardelli
36	02/out	5	idades	Alessandra Morgado	Carioba 2 irá aumentar a deposição
38	09/out	4	idades	sem autor	CPFL contrata cinco operários para fazer manutenção da usina
38	09/out	12	capa e Brasil	Agência Estado	Termelétricas podem aumentar em 10% a emissão de gás carbônico
38	16/out	3	idades	Vagner Salustiano	Empreendedores querem a licença até próximo mês
32	17/out	3	idades	Vagner Salustiano	Comitê começa preparar parecer sobre termelétrica

JORNAL O LIBERAL - AMERICANA

ANO 2001					
Total pag.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
36	23/out	4	Capa e Cidades	Vagner Salustiano	Entidades querem mover ação contra usina
36	24/out	capa	Editorial	sem autor	Usina e política
28	25/out	3	Capa e Cidades	Vagner Salustiano	Entidades fazem protesto e deixam Consema
30	26/out	3	Cidades	Cristian Eduardo	Mau cheiro preocupa Diego de Nadai
40	31/out	4	Capa e Cidades	Cristian Eduardo	Comitê adia parecer sobre termelétrica/ Cetesb não considera usina como uma indústria
40	31/out	4	Cidades	Agência Estado	Carioba 2 pode se tornar prioridade
36	07/nov	3	Capa e Cidades	Agência Anhangüera	Oito projetos de usina para a região já foram aprovados
28	08/nov	5	Cidades	Erika Santiago	Encontro discute impactos ambientais de Carioba 2
30	09/nov	5	Cidades	Erika Santiago	Debate sobre usina reúne 100
36	10/nov	3	Capa e Cidades	Erika Santiago	Relatório aponta falhas em dados técnicos
42	13/nov	7	Capa e Cidades	Agência Estado	Entidades insistem em plebiscito
28	15/nov	4	Capa e Cidades	Erika Santiago	Comitê tem recuo no relatório sobre usina
40	21/nov	6	Capa e Cidades	Vagner Salustiano	ONGs pedem intervenção no Consema
74	25/nov	4	Capa e Cidades	Erika Santiago	Parecer confirma rejeição à Usina
38	27/nov	5	Cidades	Cristian Eduardo	Encontro discute os impactos
26	29/nov	3	Cidades	Jornal de Piracicaba	Comitê define sobre usina Carioba 2 hoje
28	30/nov	3	Capa e Cidades	Erika Santiago	CPFL deixa consórcio da termelétrica
32	01/dez	Capa	Editorial	sem autor	Usina, política e dinheiro
32	01/dez	3	Cidades	Vagner Salustiano	Para mentor, usina tem futuro incerto
38	05/dez	3	Cidades	Erika Santiago	Empreendedor estuda uma nova configuração
26	06/dez	4	Capa e Cidades	Erika Santiago	Intergen assume o lugar da CPFL
38	12/dez	3	Cidades	Jornal de Piracicaba	Ambientalistas abandonam o Consema

JORNAL O LIBERAL - AMERICANA

ANO 2001					
Total pag.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
36	15/dez	12	Panorama	Agência Estado	Ambientalistas são contrários à troca
42	18/dez	4	Cidades	Erika Santiago	Parecer do Daia segue em análise
28	21/dez	2	Opinião (painel)	Diógenes Gobbo	Carioba 2

ANO 2002					
Total pag.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
56	6-jan	1	Opinião (painel)	Diógenes Gobbo	Termelétrica
38	9-jan	capa	editorial	sem autor	A usina e milhões
28	10-jan	4	Capa e Cidades	Vagner Salustiano	Tebaldi exige obras da ETE
52	23-jan	3	Capa e Cidades	Cristian Eduardo	Carioba 2 pode chegar a 1,5 mil Mw
26	24-jan	3	Capa e Cidades	Cristian Eduardo	EIA-Rima desconsidera 1,5 mil MW
30	25-jan	3	Cidades	Cristian Eduardo	InterGen garante projeto
26	31-jan	4	Cidades	Erika Santiago	Potência da usina causa divergências
32	2-fev	6	Cidades	Vagner Salustiano	Fórum discute sobre Carioba 2
34	7-fev	4	Cidades	Cristian Eduardo	Mão-de-obra preocupa CM
38	9-fev	5	Cidades	Erika Santiago	Plebiscito segue indefinido
28	21-fev	4	Capa e Cidades	Erika Santiago	Usina como Carioba é suspensa
36	26-fev	5	Cidades	sem autor	Reunião não deve analisar Carioba 2
38	27-fev	3	Cidades	Erika Santiago	Técnicos retomam análise sobre usina termelétrica
68	3-mar	11	Panorama	Agência Estado	Thame fala da bacia e critica Usina
38	13-mar	4	Capa e Cidades	Erika Santiago	Daia recomenda construir Carioba 2
30	14-mar	7	Capa e Cidades	Erika Santiago	Carioba 2 está na pauta do Consema

JORNAL O LIBERAL - AMERICANA

ANO 2002					
Total pag.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
36	15-mar	2	opinião (cartas)	Paulo Rochedo da Costa (Eng. Especial Energia e perito prestando assessoria ao Ministério Público de Americana	Aprovação para Carioba 2
36	15-mar	4 e 2	Cidades	Erika Santiago	Conheça o parecer técnico do Daia
64	17-mar	8	Cidades	Jornal de Piracicaba	Manifesto vai fechar a SP 304
38	20-mar	4	Capa e Cidades	Erika Santiago	Protesto contra usina pára SP-304
28	21-mar	3	Capa e Cidades	Erika Santiago	Consema dá licença à Usina
28	5-abr	2	Opinião (painel)	Diógenes Gobbo	Termelétrica
32	6-abr	3	Capa e Cidades	Cristian Eduardo	Empreendedores querem negociar compensações
36	9-abr	2	opinião	Wellington Zigarti (colaborador)	Carioba 2: um manifesto
38	10-abr	4	Capa e Cidades	Erika Santiago	MP recebe representação contra Usina Carioba 2
28	12-abr	4	Capa e Cidades	Erika Santiago	Carioba 2 para a ser uma prioridade
38	17-abr	capa	editorial	sem autor	Usina e benefícios
66	28-abr	3	Capa e Cidades	José Roberto da Silva/ Josemil Rodrigues	BNDES se afasta de pequenas empresas
32	4-mai	3	Cidades	sem autor	Carioba 2 deve ser fiscalizada
28	24-mai	4	Capa e Cidades	Marcos Brogna	Ibama intervém na licença da usina
32	25-mai	4	Capa e Cidades	Erika Santiago	Estado desacata intervenção federal
36	28-mai	5	Capa e Cidades	Erika Santiago	Conselho emite moção de agravo
26	30-mai	3	Capa e Cidades	Cristian Eduardo	Prefeito indica 6 para negociar compensação
26	4-jun	6	Capa e Cidades	Leslie Cia Silveira	Poluição do ar está próxima do limite
26	11-jun	4	Capa e Cidades	Erika Santiago	Estação monitora o ar devido à Termelétrica
26	20-jun	2	opinião (cartas)	Raffaele Manzo Neto (colaborador)	Carioba 2 - Shell

JORNAL O LIBERAL - AMERICANA

ANO 2002					
Total pag.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
32	29-jun	3	Capa e Cidades	Cristian Eduardo	Valor das medidas ainda continua sem definição
44	2-jul	3	Cidades	sem autor	Para Ginetti diminui pressão por Carioba
24	11-jul	6	Capa e Cidades	Erika Santiago	Falta de licença atrasa instalação
36	16-jul	6	Capa e Cidades	Erika Santiago	Ibama entra na justiça para assumir licença
32	10-ago	3	Capa e Cidades	Cristian Eduardo	Juiz nega liminar que tentava anular licença
26	15-ago	3	Capa e Cidades	Cristian Eduardo	Promotoria e Ibama admitem recorrer
34	20-ago	6	Capa e Cidades	Marcos Brogna	Poluição por ozônio extrapola limite
38	28-ago	3	Cidades	Cristian Eduardo	Ginetti quer consultar Cetesb sobre emissão de poluentes
50	8-set	2	Opinião	Oriel da Rocha Queiroz (Promotor de Justiça do Meio Ambiente de Americana)	Licença impregnada de ozônio
26	13-set	2	Opinião (painel)	Diógenes Gobbo	Artigo sobre ozônio
26	13-set	3	Capa e Cidades	Erika Santiago	Cetesb sabia sobre ozônio desde 98
34	14-set	3	Capa e Cidades	Erika Santiago	MP entra com recurso para manter intervenção
26	18-out	3	Capa e Cidades	Erika Santiago	InterGEN pede a licença de instalação da usina
38	23-out	3	Cidades	Erika Santiago	Lions pede reavaliação do projeto
26	31-out	capa	editorial	sem autor	A usina e os tucanos
32	9-nov	6	Capa e Cidades	Erika Santiago	Pedido de plebiscito está nas mãos de juiz relator
26	21-nov	6	Capa e Cidades	Tony Duda	Data do plebiscito pode ser definida neste ano
32	14-dez	7	capa e cidades	Tony Duda	Definição de plebiscito fica para o ano que vem
32	31/dez	7	Cidades	Erika Santiago	CM faz memorial de defesa sobre plebiscito

JORNAL O LIBERAL - AMERICANA

ANO 2003					
Total pag.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
26	24-jan	2	opinião (painel)	Diógenes Gobbo	Sabotagem
26	24-jan	3	idades	Evandro Coev	Oposição quer pressionar o TRE
38	29-jan	3	capa e cidades	Evandro Coev	InterGen age para adiar plebiscito
34	4-fev	8	capa e cidades	sem autor	TRE decide plebiscito hoje
38	5-fev	8	capa e cidades	Tony Duda	TRE adia votação do plebiscito
24	6-fev	6	idades	Tony Duda	Decisão do TRE provoca insatisfação
58	23-fev	8	capa e cidades	Eduardo Coev	Juiz do TER nega pedido da InterGen
40	25-fev	3	idades	Tony Duda	Plebiscito depende de parecer do MP
36	15-mar	3	capa e cidades	sem autor	E-mail sobre Carioba 2 causa polêmica
36	18-mar	7	idades	Rodrigo Guadagnim	Novas regras devem definir continuidade de Carioba 2
56	23-mar	3	capa e cidades	Marcos Brogna	57% são contrários à Termelétrica
36	25-mar	4	idades	sem autor	Plebiscito aumentaria rejeição
26	27-mar	5	capa e cidades	Rodrigo Guadagnim	Carioba 2 "morreu", diz Ginetti
28	28-mar	5	idades	Rodrigo Guadagnim	Estudo aponta Carioba 2 como inviável
34	1-abr	8	idades	sem autor	Ministra defende formas de energia
36		5	idades	Rodrigo Guadagnim	Carioba 2 sofre mais um golpe
36	30-abr	6	capa e cidades	Rodrigo Guadagnim	Nova polêmica envolve o projeto de Carioba 2
30	3-mai	6	Cidades	Rodrigo Guadagnim	Especialista diz que falta planejamento
38	14-mai	5	Cidades	Rodrigo Guadagnim	Plebiscito está longe de aprovação
36	3-jun	3	capa e cidades	Rodrigo Guadagnim	Erich se posiciona contrário à Usina
28	6-jun	2	opinião (painel)	Diógenes Gobbo	Carioba 2

JORNAL O LIBERAL - AMERICANA

ANO 2003					
Total pag.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
36	24-jun	3	Capa e Cidades	Rodrigo Guadagnim	Goldemberg admite rever Carioba 2
34	5-jul	8	Capa e Cidades	Marcos Brogna	Perícia externa avaliará qualidade do ar
36	8-jul	2	Opinião	Carlos Weg (Eng. Colaborador)	Carioba 2 e os peritos americanos
38	17-jul	2	Opinião	Renato A Carneiro (Ger. Depto. Com. Social Sec. Estado Meio Ambiente)	Termelétrica e os peritos
32	19-jul	2	Opinião	Paulo R. da Costa/Danilo J. F. Luchiari (Eng.Asses.Minist.Púb.Americana)	A inviabilidade de Carioba 2
26	24-jul	4	Cidades	Rodrigo Guadagnim	Carioba 2 sofre novo revés
26	30-ago	5	Capa e Cidades	Leslie Cia Silveira	Arquivamento de plebiscito é pedido
38	9-set	10	Panorama	Do Jornal de Piracicaba	Descoberta de gás não salva termelétrica
40	1-out	8	Cidades	sem autor	Planejamento é a solução
28	10-out	3	Cidades	Rodrigo Guadagnim	Perícia ignora níveis de ozônio
38	15-out	6	Capa e Cidades	Rodrigo Guadagnim	Montoro diz que usina não é viável
28	17-out	5	Cidades	sem autor	MP agora exige perícia ampla
42	10-dez	3	Capa e Cidades	Rodrigo Guadagnim	Agora, Prefeitura proíbe Carioba 2 em Americana / Instalação de Carioba 2 é proibida
24	11-dez	6	Capa e Cidades	Rodrigo Guadagnim	Riscos da usina só são vistos agora
36	13-dez	capa	editorial	sem autor	Agora não pode
36	13-dez	7	Capa e Cidades	Rodrigo Guadagnim	Nova regra deixa Carioba 2 mais longe
36	13-dez	2	opinião	Oriel da Rocha Queiroz (Promotor de Justiça do Meio Amb. Americana)	Carioba 2: certidão fez valer clamor da população
60	14-dez	4	Capa e Cidades	Rodrigo Guadagnim	MP comemora o seu dia e resultados
60	14-dez	6	Cidades	Rodrigo Guadagnim	Carioba foi alvo de muita polêmica
36	16-dez	3	Cidades	sem autor	Indefinição sobre usina vai demorar
40	17-dez	3	Capa e Cidades	Rodrigo Guadagnim	Americana tem o 2º pior ar do interior

JORNAL O LIBERAL - AMERICANA

ANO 2003					
Total pag.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
26	18-dez	4	Capa e Cidades	Rodrigo Guadagnim	Prefeitura sabia dos riscos ambientais
54	21-dez	3	Capa e Cidades	Marcos Brogna	Para 72%, a proibição à Carioba 2 chegou tarde
52	28-dez	5	Cidades	Rodrigo Guadagnim	Estudo favorável nunca foi apresentado
52	28-dez	9	Cidades/ retrospectiva	sem autor	Prefeitura proíbe Termelétrica
34	30-dez	2	Opinião (painel)	Diógenes Gobbo	Termelétrica

ANO 2004					
Total pag.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
38	14-jan	8	Cidades	sem autor	Lara admite que ar está crítico
38	9-mar	1 e 3	Capa e Cidades	Cristian Eduardo	Nova usina foi proposta para região
56	2-mai	2	Editorial	Eunice Pimenta	Preocupação recíproca
38	30-jul	1	Editorial	sem autor	Vocação industrial
38	4-ago	1 e 3	Capa e Cidades	Rodrigo guadagnim	Governo Federal sepulta Carioba 2

ANO 2005					
Total pag.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
34	11-mai	3	Cidades	Michele da Costa	Carioba 2 finalmente sepultada
32	21-mai	1 e 3	Capa e Cidades	Evandro Coev	Para Intergen, projeto está suspenso

ANO 2006					
Total pag.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
80	22-jan	11	Cidades	Marcos Brogna	A semana em contexto: de fatos e de mitos
32	19-abr	3	Cidades	Daiane Parno	Usina termelétrica pode virar sucata

PAULÍNIA - JORNAL CORREIO POPULAR

ANO 1989					
Total Pág.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
32	11/abr	1 e 6	Capa e Local	sem autor	"Começam em janeiro as obras da termoeletrica" e "Japão libera NCz\$ 585 mi para usina termoeletrica"
64	30/abr	4	Local	Antônio Carlos Leite	"CPFL quer construir usinas junto com empresas privadas"
28	13/mai	5	Local	sem autor	"Ação ecológica"
32	27/mai	4	Local	sem autor	"Cidades pedem verba de usina para conservar rio"
28	2/jun	1 e 3	Capa e Local	sem autor	"Mantida polêmica sobre usina da Cesp" e "Polêmica e dúvidas cercam a termoeletrica"
32	3/jun	4	Local/Região	sem autor	"Prefeitura é contra construção de usina"
32	6/jun	4	Local/Região	sem autor	"Movimento contra usina faz reunião"
28	7/jun	4	Local	sem autor	"Municípios discutem consórcio para bacias"
40	8/jun	4	Local	sem autor	"Comissão discutirá poluição de bacias com o governador"
28	9/jun	1 e 4	Capa e Local	sem autor	"Entidades tentam evitar construção da usina da Cesp" e "Movimento contra usina avalia trabalhos hoje"
80	18/jun	13	Local/Região	sem autor	"Plebiscito pode decidir futuro de usina"
32	20/jun	4	Local/Região	sem autor	"Grupo faz coleta de assinaturas contra usina"
80	25/jun	1 e 3	Capa e Local	sem autor	"Termoeletrica de Paulínia poderá alterar clima da região" e "Feldman preocupado com instalação de termoeletrica"
28	30/jun	4	Local/Região	sem autor	"Grupos ecológicos promoverão encontro"
32	4/jul	4	Local/Região	sem autor	"Consórcio de municípios quer agilizar projetos"
28	5/jul	4	Local/Região	sem autor	"Para engenheiro, usina evitará crise de energia"
80	23/jul	1 e 4	Capa e Local	Nilson Ribeiro	"Usina de Paulínia já causa polêmica" e "Uma usina geradora de reclamações"
28	4/ago	4	Local	sem autor	"Usina de Paulínia terá combustível da Replan"
24	18/ago	4	Local/Região	sem autor	"Entidades programam protesto contra usina"
28	26/ago	1 e 3	Capa e Local	sem autor	"Leiva espera verbas para a termoeletrica" e "Leiva dá prazo para obras da termoeletrica"

PAULÍNIA - JORNAL CORREIO POPULAR

ANO 1989					
Total Pág.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
28	27/set	3	Local	sem autor	"Para Leiva, usina de Paulínia é irreversível"
28	29/set	4	Local/Região	sem autor	"Reunião formalizará Consórcio do Piracicaba"
78	1/out	3	Local	sem autor	"Fernando Gabeira faz visita à região, amanhã"
32	3/out	1 e 3	Capa e Local	s/ autor	"Gabeira é contrário à termelétrica" e "Programa do PV passará a apresentar propostas"
84	29/out	4	Local	sem autor	"Ato público contra instalação de usina"
80	26/nov	11	Local/Região	sem autor	"Em Americana, comissão ambiental recebe denúncias"

ANO 1990					
Total Pág.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
92	14/jan	11	Local/Região	sem autor	"Consórcio vai debater usina termelétrica"
28	7/fev	4	Local/Região	sem autor	"Seminário debaterá termoelétrica na região"
32	10/fev	4	Local/Região	sem autor	"Prefeitos definem plano de recuperação dos rios"
36	22/fev	4	Local/Região	sem autor	"Seminário debate hoje impacto de termoelétrica"
28	23/fev	4	Local/Região	sem autor	"Termoelétrica preserva águas do rio Jaguari"
24	24/fev	4	Local/Região	sem autor	"Cesp altera projeto da termoelétrica"
20	28/fev	9	Local/Região	sem autor	"Termoelétrica gera polêmica"
28	10/mar	4	Local/Região	sem autor	"Termoelétrica continua provocando polêmica"
28	2/nov	2	Opinião	sem autor (Xequê-Mate)	Termoelétrica

PAULÍNIA - JORNAL CORREIO POPULAR

ANO 1991					
Total Pág.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
32	1/mar	3	Cidades	Manoel Alves Filho	"Cidades criticam projetos feitos sem consulta prévia"
32	3/abr	3	Cidades	Luiza Fonseca	"Documento sugere frente ampla antitermoelétrica"
35	8/jun	12	Geral	Luiza Fonseca	"Debate sobre usina não atinge objetivo"
67	30/jun	5	Cidades	Luiza Fonseca	"Movimento contra usina usa recurso pedagógico"
40	18/jul	14	Geral	José Pedro Martins	"Cesp admite não construir termoelétrica em Paulínia"
44	25/jul	1 e 14	Capa e Geral	José Pedro Martins	"Cesp estuda termoelétrica para Guaçu" e "Termelétrica em Mogi-guaçu é opção a Paulínia, afirma Cesp"
32	1/out	12	Geral	José Pedro Martins	"Paulínia faz novo debate sobre usina termoelétrica"
32	9/out	12	Geral	José Pedro Martins	"Grupos da região debatem poluição da termoelétrica"
32	11/out	1 e 11	Capa e Geral	Mauro Squariz	"Paulínia - Debate sobre usina termoelétrica transformou-se em protesto de ecologistas e sindicalistas contra a obra" e "Termoelétrica é criticada em Paulínia"
36	19/out	11	Geral	José Pedro Martins	"Conservação de energia substitui usina"
32	13/dez	32	contracapa	José Pedro Martins	"Estudo contesta ecologistas e aprova termoelétrica."
64	15/dez	23	Geral	José Pedro Martins	"Sindicatos e ecologistas da região fazem prévia dos temas da Rio-92"
28	17/dez	11	Geral	José Pedro Martins	"Tese pró-termelétrica não convence ecologistas"
32	18/dez	14	Geral	José Pedro Martins	"Termoelétrica só sai sem dano à região, diz Fleury"

PAULÍNIA - JORNAL CORREIO POPULAR

ANO 1992					
Total Pág.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
28	14/fev	9	Cidades	sem autor	"Cesp explica usina para vereadores em Paulínia"
28	8/abr	8	Cidades	José Pedro Martins	"Termoelétrica em Paulínia terá projetos da Unicamp"
28	14/abr	2	Opinião	José Almeida de Souza Júnior (leitor)	"Termoelétrica"
28	14/abr	11	Geral	José Pedro Martins	"Conservação de energia dá prêmio a pesquisador"
24	17/abr	2	Opinião	Flávio Braz Pires, Coord. Projeto da Usina Term. Paulínia	"Termoelétrica"
48	10/mai	2	Opinião	Antônio Vieira de Moraes (leitor)	"Termoelétrica"
52	17/mai	15	Geral	sem autor	"Ambientalistas verão usinas japonesas"
24	1/jun	7	Caderno Especial Rio-92	sem autor	"Projeto de termoelétrica mobiliza grupos ecológicos"
28	5/jun	1 e 13	Capa e Geral	José Pedro Martins	"Fleury cancela usina termoelétrica" e "Fleury suspende projeto da termoelétrica de Paulínia"
28	10/jun	11	Ambiente	José Pedro Martins	"Verba de termoelétrica deve ir para porto"
28	14/jul	4	Caderno Especial 218 anos Campinas	sem autor	"Zelo de ecologistas garante equilíbrio ambiental"
28	18/jul	10	Ciência/Ambiente/Educação	sem autor	"Prefeitos querem recursos para Bacia do Piracicaba"

AMERICANA - JORNAL CORREIO POPULAR

ANO 2000					
Total pag.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
70	27/abr	6	Cidades	sem autor	"Consórcio debate termelétrica"
28	20/nov	2	Cidades	sem autor	"Usina Termelétrica em Americana preocupa comitê das Bacias"
78	7/dez	6	Cidades	Henrique Polidoro	"Termelétrica deve ser instalada em Mogi-Mirim"

ANO 2001					
Total pag.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
92	4/mar	7	Cidades	sem autor	"Termelétrica deve ser desativada em Americana"
44	28/mar	B1	Economia	Adriana Leite	"CPFL vai consumir US\$ 240 mi de Carioba II"
40	6/abr	10	Cidades	Francisco Belda	"Aneel aprova termelétrica em Mogi"
68	7/abr	8	Cidades	Marcelo Villa	"Encontro discute instalação de termelétrica"
68	15/abr	B1 e B3	Economia	Mário Rossit	"Apagão ameaça Região Metropolitana" e "Déficit de energia dá prejuízo de R\$ 2 bi"
50	17/abr	6	Cidades	Edmilson Siqueira	"Termelétrica 1" e "Termelétrica 2"
44	18/abr	9	Cidades	sem autor	"Ex-prefeito defende criação da termelétrica Carioba II"
44	21/abr	1 e 6	capa/Cidades	Edmilson Siqueira	"O desperdício vai causar a falta de energia elétrica" e "Apagões"
44	21/abr	2	Opinião	opinião do jornal (editorial)	"Será difícil evitar esse racionamento"
42	25/abr	9	Cidades	Delma Medeiros	"Entidades pedem plebiscito para Carioba II"
72	26/abr	6	Cidades	Edmilson Siqueira	"Carioba 1" e "Carioba 2"
62	3/mai	3	Opinião	Nelson de S. Rodrigues (Eng. Agrônomo, ex-presidente Div.Meio Amb. Assoc.Eng.Piracicaba)	"Algumas questões (omitidas) sobre a Carioba 2"
40	4/mai	9	Cidades	sem autor	"Câmara de Americana pode votar plebiscito no dia 22"
68	5/mai	6	Cidades	Edmilson Siqueira	"Usinada 1", "Usinada 2" e "Usinada 3"

AMERICANA - JORNAL CORREIO POPULAR

ANO 2000					
Total pag.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
38	9/mai	4	Cidades	Nice Bulhões	"Audiências discutem termelétrica a partir do dia 24"
42	11/mai	3	Opinião	José Pedro Martins	"Estresse ambiental inviabiliza Carioba II"
42	11/mai	3	Opinião	Electo Silva Lora (Prof. Dr. Núcleo de Estudos em Sist. Térmicos da Escola Fed.Eng. de Itajubá)	"Carioba II, a realidade longe dos mitos"
44	18/mai	4	Cidades	Diego Zanchetta	"Comitê de Bacias discute impactos de termelétrica"
38	23/mai	4	Cidades	Delma Medeiros	"Justiça veta plebiscito sobre usina termelétrica"
70	24/mai	1 e 7	capa/Cidades	Delma Medeiros	box: "Termelétrica em debate" e "Audiências definem futuro de termelétrica"
42	25/mai	6	Cidades	Delma Medeiros	"Sem conflito, audiência abre debate sobre termelétrica"
44	29/mai	5	Cidades	sem autor	"Carioba II tem hoje nova audiência em Paulínia"
38	30/mai	4	Cidades	Delma Medeiros	"Audiência sobre Carioba II reúne 400"
66	31/mai	6	Cidades	Delma Medeiros	"Grupos protestam contra termelétrica de Carioba II"
24	4/jun	8	Cidades	Delma Medeiros	"Audiência acirra debate sobre termelétrica"
42	5/jun	5	Cidades	Delma Medeiros	"Conflito marca 3º debate sobre Usina Carioba II"
68	7/jun	6	Cidades	sem autor	"Câmara insiste em plebiscito sobre Carioba II"
36	8/jun	1 e 5	capa/Cidades	Delma Medeiros	"Audiência sobre Carioba é suspensa" e "Tumulto suspende audiência de Carioba II"
70	14/jun	4	Cidades	Delma Medeiros	"Conselho Tutelar pede apuração de denúncia sobre Carioba II"
60	23/jun	4	Cidades	Diego Zanchetta	"Professor acusa manipulação no caso Carioba II"
32	4/jul	1 e 4	capa/Cidades	Delma Medeiros	"Americana decide Carioba em plebiscito" e "Câmara insiste em plebiscito de Carioba"
32	6/jul	5	Cidades	sem autor	"Pedido de plebiscito para Carioba II vai ao T R E"
68	14/jul	1 e 9	capa/Cidades	Delma Medeiros	"Consórcio emite parecer contra a usina Carioba II" e "Consórcio emite parecer contra a usina"
38	17/jul	4	Cidades	sem autor	"Consórcio vai apresentar novos estudos sobre Carioba II"
68	26/jul	7	Cidades	Paulo San Martin	"Consórcio admite ao governo que estuda mudar Carioba II de cidade"

AMERICANA - JORNAL CORREIO POPULAR

ANO 2000					
Total pag.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
36	27/jul	9	Cidades	Delma Medeiros	"Americana reúne forças a favor de Carioba II"
62	28/jul	1 e 6	capa/Cidades	Delma Medeiros	"Lideranças anunciam apoio à termelétrica" e "Movimento tenta manter Carioba II em Americana"
36	1/ago	7	Cidades	sem autor	"Comissão pró-Carioba II tem reunião amanhã com Trípoli"
64	2/ago	6	Cidades	Delma Medeiros	"MP move ação contra usina termelétrica"
32	3/ago	3	Opinião	José Pedro Martins	"Kyoto, Viracopos, Carioba"
44	14/ago	1 e 5	capa/Cidades	Marcelo de Oliveira	"Consórcio muda o projeto de termelétrica" e "Plano B tenta viabilizar Carioba II"
34	15/ago	9	Cidades	Marcelo de Oliveira	"Plano B para Carioba II ainda depende de aprovação do Consema"
40	21/ago	4	Cidades	sem autor	"Estado recebe novo relatório ambiental de Carioba II"
72	23/ago	11	Cidades	Marcelo de Oliveira	"Carioba II terá audiência pública dia 19"
38	29/ago	6	Cidades	sem autor	"Carioba terá que importar engenheiros, diz professor"
36	5/set	5	Cidades	Marcelo de Oliveira	"Proposta de instalação da Carioba II é protocolada"
56	8/set	4	Cidades	Marcelo de Oliveira	"Região discute construção de duas termelétricas"
82	9/set	2	Opinião	opinião do jornal (editorial)	"O Abastecimento de Energia e as Termelétricas"
50	11/set	6	Cidades	sem autor	"Comitê das Bacias retoma discussão sobre Carioba II"
42	12/set	15	Cidades	Ivan Lopes	"Intergen diz que vai contestar ação do MP"
64	20/set	10	Cidades	sem autor	"Intergen vence embate jurídico e realiza audiência"
26	24/set	3	Opinião	Ben Maynard (diretor para o Brasil InterGen, uma das empreendedoras da usina termelétrica Carioba)	"Carioba II e o emprego"
68	23/out	9	Cidades	Marcelo de Oliveira	"Relatório sobre Carioba II deve sair esta semana"
46	30/out	7	Cidades	sem autor	"Comitê de Bacias avalia pareceres sobre Carioba II"
36	31/out	9	Cidades	Agência Estado (Brasília)	"Carioba II pode entrar em Plano Prioritário".

AMERICANA - JORNAL CORREIO POPULAR

ANO 2000					
Total pag.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
58	1/nov	7	Cidades	Marcelo de Oliveira	"Relatórios apontam falhas no projeto Carioba II"
36	16/nov	1 e 11	capa/Cidades	Marcelo de Oliveira	"Aprovadas nove termelétricas na região" e "Aneel aprova 9 termelétricas na região"
32	30/nov	10	Cidades	sem autor	"Comitê aprova Carioba II com ressalvas"
72	1/dez	1 e 11	capa/Cidades	Alessandra Morgado	"CPFL alega custo e deixa consórcio de Carioba II" e "CPFL deixa consórcio da usina de Carioba II"

ANO 2002					
Total pag.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
30	13/mar	7	Cidades	Eli Fernandes	"Secretaria de Meio Ambiente dá parecer favorável a Carioba 2"
32	20/mar	1 e 7	capa/Cidades	Eli Fernandes	"Consema vota hoje licença para Carioba 2" e "Conselho vota licença para Carioba II"
76	21/mar	1 e 7	capa/Cidades	sem autor	"Consema aprova instalação da usina Carioba II em Americana" e "Consema aprova instalação de Carioba II"
38	22/mar	11	Cidades	Eli Fernandes	"Ecologistas prometem ação contra licença para Carioba II"
60	6/abr	12	Cidades	Nice Bulhões	"Mudanças no projeto de Carioba II são apresentadas em Americana"
32	10/abr	9	Cidades	Nice Bulhões	"MP recebe representação contra termelétrica Carioba 2"
68	14/set	11	Cidades	Erika Santiago (de O Liberal)	"Cetesb ignora legislação ao aprovar Carioba 2"

ANO 2003					
Total pag.	Data	Pág	Caderno	Autor	Título
62	29/mar	11	Cidades	de O Liberal	"Relatório rejeita usina Carioba 2 em Americana" e "Parecer inviabiliza usina Carioba 2 em Americana"